



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 009, DE 07 DE MAIO DE 2013

Aprova, *ad referendum*, a proposta do Projeto Pedagógico do curso de Doutorado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso da competência que lhe foi subdelegada mediante a Portaria MEC nº 404, de 23/04/2009 (Republicada DOU 07/05/2009) considerando o memorando nº 085/2013-PRPI

R E S O L V E

Aprovar, *ad referendum*, a proposta do Projeto Pedagógico do curso de Doutorado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia que será submetido à análise e aprovação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Virgílio Augusto Sales Araripe
Presidente do Conselho Superior

Atesto que a matéria desta Resolução foi referendada em Reunião do CONSUP, conforme o que consta da Ata de 16/05/2013.

Secretária dos Conselhos

Programa de Pós-Graduação Interinstitucional em Rede

de

**Propriedade Intelectual e
Transferência de Tecnologia**

PARTE A

Contextualização, Antecedentes, Proposta e Curso

Salvador, março a maio de 2013

Sumário

IDENTIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E SEUS DIRIGENTES.....	5
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA	8
INFRAESTRUTURA	9
INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DE ENSINO E PESQUISA.....	9
LABORATÓRIO PARA PESQUISA - RECURSOS DISPONÍVEIS.....	10
BIBLIOTECA LIGADA A REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES.....	14
CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA.....	19
IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI).....	19
RELEVÂNCIA E IMPACTO REGIONAL DA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS COM O PERFIL PREVISTO.....	19
CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA A SER ATENDIDA	21
COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO	23
<i>Cooperação com universidades e grupos de pesquisa nacionais e internacionais</i>	<i>23</i>
<i>Apoio a outros organismos internacionais</i>	<i>24</i>
<i>Projetos Integradores</i>	<i>24</i>
ASSOCIAÇÃO DE IES - DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR.....	27
ESPECIFICIDADES DAS FORMAS ASSOCIATIVAS DAS IES.....	27
ANTECEDENTES (HISTÓRICO) DA INICIATIVA.....	27
<i>Constituição da Rede NIT-NE</i>	<i>27</i>
<i>Atividades de Extensão Acadêmica</i>	<i>29</i>
<i>Oficinas / Treinamentos Mão-na-Massa</i>	<i>32</i>
<i>Disciplinas de Pós-Graduação e Graduação</i>	<i>33</i>
<i>Indicadores.....</i>	<i>34</i>
CAPACITE	35
<i>Criação da revista “Cadernos de Prospecção” - ISSN 1983-1358 (print) 2317-0026 (online)</i>	<i>36</i>
<i>Criação da revista “GEINTEC – Gestão, Inovação e Tecnologias” (ISSN 2237-0722)</i>	<i>37</i>
INFORMAR COMO ESTÁ ESTRUTURADA OU ORGANIZADA A ASSOCIAÇÃO.....	38
OBJETIVOS, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO, LINHAS.....	40
ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO	40
<i>Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia.....</i>	<i>40</i>
LINHAS DE PESQUISA	40
<i>Propriedade Intelectual em Setores Estruturantes (PI).....</i>	<i>41</i>
<i>Transferência de Tecnologia Políticas e Desenvolvimento (TT)</i>	<i>41</i>
CARACTERIZAÇÃO DO CURSO	42
OBJETIVOS DO CURSO/PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO	42
TOTAL DE CRÉDITOS PARA TITULAÇÃO	43

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO ESQUEMA DE OFERTA DO CURSO.....	45
<i>Disciplinas Integradas</i>	46
<i>Disciplinas Integradoras Presenciais</i>	46
<i>Disciplinas Regulamentares em cada uma das IES</i>	46
<i>Atividades Curriculares em cada uma das IES</i>	47
<i>Disciplinas já existentes em outros Programas de Pós-Graduação em cada IES que podem ser cursadas pelos Alunos</i>	47
DESCRIÇÃO DAS DISCIPLINAS INTEGRADAS	48
<i>Metodologia da Pesquisa Científica e Tecnológica</i>	50
<i>Políticas Públicas de C,Tel</i>	50
<i>Prospecção Tecnológica</i>	52
<i>Indicadores Científicos e Tecnológicos</i>	54
<i>Projetos em Ciência, Tecnologia e Inovação</i>	55
<i>Indicações Geográficas e Marcas Coletivas</i>	57
<i>Propriedade Intelectual e suas vertentes em Biotecnologia Fármacos e Saúde</i>	58
<i>Propriedade Intelectual nas Indústrias Alimentícia e Química</i>	60
<i>Propriedade Intelectual nas Engenharias e na Tecnologia da Informação e Comunicação</i>	60
<i>Propriedade Intelectual no Agronegócio</i>	61
<i>Gestão da Transferência de Tecnologia em Ambientes de Inovação</i>	63
<i>Valoração Sistêmica de PI e TT</i>	64
<i>Negociação Contratos e Formalização de Transferência de Tecnologia</i>	67
<i>Empreendedorismo em Setores Tecnológicos</i>	68
<i>Ambientes de Inovação e suas interações sistêmicas</i>	69
DISCIPLINAS INTEGRADORAS PRESENCIAIS.....	70
<i>Seminário Interdisciplinar Integrador I</i>	70
<i>Seminário Interdisciplinar Integrador II</i>	70
<i>Seminário de Tese I</i>	70
<i>Seminário de Tese II</i>	71
DISCIPLINAS REGULAMENTARES EM CADA UMA DAS IES	72
<i>Tópicos Interdisciplinares I</i>	72
<i>Tópicos Interdisciplinares II</i>	72
ATIVIDADES CURRICULARES EM CADA UMA DAS IES	73
<i>Exame de Qualificação</i>	73
<i>Tirocínio Docente Orientado (Estágio de Docência) I</i>	73
<i>Tirocínio Docente Orientado (Estágio de Docência) II</i>	73
<i>Pesquisa Orientada</i>	73
<i>Projeto de Tese</i>	74
DISCIPLINAS JÁ EXISTENTES EM OUTROS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CADA IES QUE PODEM SER CURSADAS PELOS ALUNOS COMO DISCIPLINAS OPTATIVAS / ELETIVAS	75
<i>UFAL - Competitividade e Desenvolvimento</i>	75
<i>UFAL - Economia da Inovação</i>	75

<i>UFAL - Empreendedorismo e Inovação em Setores Tecnológicos</i>	76
<i>UFAL - Informação Tecnológica e Redação de Patentes</i>	77
<i>UFAL - Sistemas de Inovação</i>	78
<i>UFAL - Inovação e Propriedade Intelectual</i>	80
<i>UFBA - Ciência e Inovação</i>	81
<i>UFBA - Propriedade Intelectual seu licenciamento e transferência de tecnologia</i>	82
<i>UFBA - Prospecção Tecnológica</i>	83
<i>UFBA - Cultura Científica</i>	84
<i>UFPI, UFBA, UFAL - Bionegócios e Marcos Legais em Biotecnologia (RENORBIO)</i>	86
<i>UFPI - Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia</i>	86
<i>IFBA- Gestão do Conhecimento e Aprendizagem Colaborativa</i>	87
<i>IFBA- Construção e Difusão do Conhecimento para Inovação Tecnológica</i>	89
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	91
OBSERVAÇÕES	91
CRÍTICAS E SUGESTÕES	92

Identificação das Instituições de Ensino Superior e seus Dirigentes

Sigla	IES / ICT	Reitor / Dirigente	Pró-Reitor	Coordenador
UFBA	<p>Nome: Universidade Federal da Bahia Sigla: UFBA CNPJ: 15.180.714/0001-04 Endereço: Rua Augusto Viana , s/n - Palácio da Reitoria , Canela , 40110-909 , Salvador Telefone Direto: 3283-7072 Email: gabinete@ufba.br</p>	<p>Reitora: Dora Leal Rosa</p>	<p>Pró-Reitoria de Ensino de Pós Graduação Pró-Reitor: Robert Evan Verhine Link: http://www.propg.ufba.br/ Endereço: Rua Basílio da Gama, 06, Canela, 40110-040, Salvador Telefone Geral: 3283-7991 Email: propg@ufba.br</p>	<p>Tipo Documento: CPF Número: 54417732515 Nome: Cristina Maria Assis Lopes Tavares da Mata Hermida Quintella Telefone: (71) 99001080 E-mail Institucional: cristina@ufba.br</p>
IFBA	<p>Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Sigla: IFBA CNPJ: 10.764.307/0001-12 Endereço: Av. Araújo Pinho, nº39 - Canela - Salvador - BA CEP: 40.110-150 Telefone Direto: (71) 2102-0474</p>	<p>Reitora: Aurina Oliveira Santana Telefone: (71) 2102-0415 E-mail Institucional: gabinete@ifba.edu.br</p>	<p>Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação: Rita Maria Weste Nano Telefone: (71) 3221-0330 E-mail Institucional: prpgi@ifba.edu.br</p>	<p>Andrea Lopes de Oliveira Ferreira</p>
IFCE	<p>Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará CNPJ: 10744098000145 Endereço: Reitoria: Rua José Lourenço, 3000 - Joaquim Távora CEP: 60115-282 Fone: (85) 3401.2300 Fax: (85) 3401.2323</p>	<p>Nome: Virgílio Augusto Sales Araripe E-mail Institucional: reitoria@ifce.edu.br</p>	<p>Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Auzuir Ripardo de Alexandria Fone: (85) 3307.3749</p>	<p>André Luiz Carneiro de Araújo CPF: 46356851368</p>
UEFS	<p>Nome: Universidade Estadual de Feira de Santana CNPJ: 14045546000173 Endereço: Avenida Transnordestina, S/N, Bairro: Novo Horizonte, CEP: 44.036-900, Feira de Santana – BA</p>	<p>Tipo Documento:CPF Número: 111006565-53 Nome: José Carlos Barreto de Santana Telefone: 75 3161-8002 E-mail Institucional: reitor@uefs.br</p>	<p>Pró-Reitor Tipo documento:CPF Número: 114146185-49 Nome:Marluce Maria Araujo Assis Telefone: 75-3161-8028 E-mail Institucional: marluce.assi@pesquisador.cnpq.br</p>	<p>Washington de Jesus Sant'Anna da Franca Rocha CPF: 174530895-49</p>

Sigla	IES / ICT	Reitor / Dirigente	Pró-Reitor	Coordenador
UESC	<p>Nome: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ</p> <p>Esfera Administrativa: Estadual</p> <p>CNPJ: 40738999/0001-95</p> <p>Endereço: KM 16 RODOVIA ILHÉUS - ITABUNA - BR 415</p> <p>Bairro: SALOBRINHO</p> <p>Cidade: ILHÉUS - BA</p> <p>CEP: 45660-000</p> <p>Telefone: 212-2555</p> <p>Fax: 212-2195</p> <p>E-mail Institucional: reitoria@uesc.br</p> <p>URL: www.uesc.br</p>	<p>Tipo Documento:CPF</p> <p>Número:363.928.635-91</p> <p>Nome:ADELIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO</p> <p>Telefone:(73) 3680-5311</p> <p>E-mail Institucional:reitoria@uesc.br</p>	<p>Tipo Documento:CPF</p> <p>Número:400.535.981-72</p> <p>Nome:ELIDA PAULINA FERREIRA</p> <p>Telefone:(73) 3680-5010</p> <p>E-mail Institucional:propp@uesc.br</p>	<p>GESIL SAMPAIO AMARANTE SEGUNDO</p> <p>CPF: 018.979.017-20</p>
UFAL	<p>Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS</p> <p>Sigla: UFAL</p> <p>CNPJ: 24.464.109/0001-4</p> <p>Esfera Administrativa: AUTARQUIA FEDERAL</p> <p>Endereço: BR-104 NORTE, KM 097, CIDADE UNIVERSITÁRIA</p> <p>Bairro: TABULEIRO DO MARTINS</p> <p>Cidade: MACEIÓ-AL</p> <p>CEP: 57072-970</p> <p>Telefone: 82-3214-1003</p> <p>Fax: 82-3214-1700</p> <p>E-mail Institucional: pro-reitor@propep.ufal.br</p> <p>URL: www.UFAL.BR</p>	<p>Tipo Documento:CPF</p> <p>Número: 146307531-68</p> <p>Nome:EURICO DE BARROS LOBO FILHO</p> <p>Telefone:(82) 3214-1002</p> <p>E-mail Institucional:gr@reitoria.ufal.br</p>	<p>Pedro Valentim dos Santos</p> <p>E-mail Institucional: PRO-reitor@propep.ufal.br</p>	<p>JOSEALDO TONHOLO</p> <p>CPF: 163923988-05</p>
UFERSA	<p>Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO</p> <p>Sigla:UFERSA</p> <p>CNPJ: 24.529.265/0001-40</p> <p>Endereço: Av. Francisco Mota, 572</p> <p>Bairro Costa e Silva, Mossoró-RN </p> <p>CEP: 59.625-900</p> <p>Telefone Direto: (84) 3317-8224</p>	<p>Nome: Jose Arimatea de Matos</p> <p>E-mail Institucional: reitor@ufersa.edu.br</p>	<p>Pró-Reitor de Pesquisa e, Pós-Graduação</p> <p>Rui Sales Junior</p> <p>Fone: (84) 3317 8295</p>	<p>Rui Sales Junior</p> <p>CPF 876.343.254-49</p>
UFMA	<p>Nome: Universidade Federal do Maranhão</p> <p>Sigla: UFMA</p> <p>CNPJ: 062791030001-19</p> <p>Endereço: CIDADE UNIVERSITÁRIA</p> <p>AV. DOS PORTUGUESES, 1966, BACANGA - CEP 65080-805</p> <p>FONE: (98) 3272-8000</p> <p>SÃO LUÍS - MARANHÃO</p>	<p>CPF: 032954943-04</p> <p>Nome:NATALINO SALGADO FILHO</p> <p>Telefone: (98) 3272 8049</p> <p>E-mail Institucional: reitoria@ufma.br</p>	<p>Tipo Documento:CPF</p> <p>Número: 148075133-20</p> <p>Nome: FERNANDO CARVALHO SILVA</p> <p>Telefone: (98) 3272 8701</p> <p>E-mail Institucional: pppg@ufma.br</p>	<p>GILVANDA SILVA NUNES</p> <p>CPF: 279.288.533-53</p>

Sigla	IES / ICT	Reitor / Dirigente	Pró-Reitor	Coordenador
UFPI	Nome: Universidade Federal do Piauí CNPJ: 06.517.387/0001-34 Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Bairro Ininga - Teresina - PI Coordenadoria de Comunicação Social, (86)3215-5525, Fax (86)3215- 5526, comunicacao@ufpi.edu.br CEP: 64049-550	NOME: José Arimatéia Dantas Lopes/ http://lattes.cnpq.br/34 21337623011794 CPF: 051025613-91 Telefone: 86-3215- 5510/3215.5511 Celular Institucional: 86 -8858-1830 E-mail institucional - arilopes@ufpi.edu.br	Helder Nunes da Cunha Pró-Reitor de Pesquisa e Pós- Graduação da UFPI.	Maria Rita de Moraes Chaves Santos CPF: 09623469349

Identificação da Proposta

Esta proposta corresponde a um curso novo vinculado a programa recomendado pela CAPES? Não

Nome do Programa: PGPITT - Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

Área Básica: ENGENHARIA/TECNOLOGIA/GESTÃO

Área Avaliação: INTERDISCIPLINAR

Tem graduação na área ou área afim? Não

Nível:	Situação:	Histórico:
Doutorado	Em Projeto	Nova proposta (Apresentado pela 1º vez)

Infraestrutura

Infraestrutura Administrativa e de Ensino e Pesquisa

Tabela 1: Infraestrutura Física Administrativa, de Ensino e Pesquisa disponível por ICT ao programa.

ICT	Estrutura Administrativa exclusiva	Bibliotecas	Salas Docentes	Sala Conferências Apresentações	Salas alunos	Sala estudo	Laboratórios
UFBA - Ponto Focal	SIM	SIM	7	1	2	1	1
IFBA-Ponto Focal	SIM	SIM	6	1	2	1	1
IFCE-Ponto Focal	SIM	SIM	3	1	1	1	1
UEFS-Ponto Focal	SIM	SIM	6	2	3	1*	2
UESC-Ponto Focal	SIM	SIM	3	1	2	1	3
UFAL-Ponto Focal	SIM	SIM	7	1	1	1	5
UFERSA-Ponto Focal	SIM	SIM	6	1	1	1	1
UFMA-Ponto Focal	SIM	SIM	5	1	2	1	2
UFPI-Ponto Focal	SIM	SIM	6	1	1	1	1

LABORATÓRIO PARA PESQUISA - RECURSOS DISPONÍVEIS**UFBA**

Nome: Laboratório de Informática LABINQUI, 3o andar do IQ/UFBA

Objetivo do Laboratório: O Laboratório de Informática de Química (LABINQUI) foi inaugurado em 17 de outubro de 1996, durante a gestão do Prof. Lafaiete Almeida Cardoso e, desde então, vem proporcionando aos alunos de graduação em Química uma melhor formação profissional, através do aprendizado de técnicas modernas de computação e comunicação de dados. Tendo sido reinaugurado em 30 de novembro de 2006, na gestão do Profº Dirceu Martins, O LABINQUI conta com o novo modelo de computação Thin Clients, que tem possibilitado aos alunos do Curso de Química (Graduação, Graduação Especial e Pós-Graduação) a utilização de recursos tecnológicos mais qualitativos na formação profissional e acadêmica. O Laboratório é utilizado pelos servidores técnicos administrativos, pelos professores, bem como pela comunidade em geral do Instituto de Química.

Este laboratório será utilizado para o ensino e pesquisas relacionadas com busca, tratamento e gestão de ativos da propriedade intelectual.

Espaço físico: sala de 43 m².

Equipamentos: 20 Terminais Thin Clients, 3,20GHz, 3,00GB de RAM. IBM. Sistema Operacional: Windows Server 2003. Acesso a Internet pela Rede UFBA. Programas instalados (Configuração padrão): MICROSOFT OFFICE 2003. OPENOFFICE 2.0, INTERNET EXPLORER, FIREFOX, ADOBE ACROBAT READER, APLICATIVO PARA MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS COMPACTADOS (ZIP), bem como TERMINAL ALUNO, IR TUTOR (Infravermelho), SISTEMA ACADÊMICO (Programa do Colegiado), SISTEMA DE PATRIMÔNIO (Programa da Contabilidade), OUTLOOK EXPRESS, SCIFINDER SCHOLAR 2006 e OUTROS. Ainda, no modelo de computação antiga: 04 Computadores Pentium II Celeron, 300 MHz, 32Mb, IBM. Sistema Operacional: Windows 98. Acesso a Internet pela Rede UFBA. Programas instalados: OFFICE 97 - WORD E POWER POINT, INTERNET EXPLORER 6.0.26, UNSCRAMBLER (10 licenças educacionais); ORIGIN 7.0, IR TUTOR (Infravermelho), PTABLE - Tabela Periódica, WINZIP 8.0 - Compactador de arquivos, CHEMWIN 3.0.2, ACROBAT READER 5.0 e TERMINAL ALUNO - Consulta. O LABINQUI dispõe, também, de 03 pen-drives (128MB) para empréstimo aos usuários, 01 projetor, 01 quadro de acrílico. Possui ainda duas bancadas para que os alunos possam utilizar os seus próprios computadores portáteis.

IFBA

Nome: Laboratório de Informática

Objetivo do Laboratório: Laboratório destinado ao ensino e pesquisas relacionadas com busca, tratamento e gestão de ativos da propriedade intelectual.

Espaço físico: sala de 50 m².

Equipamentos: 20 computadores com acesso à Internet, 01 projetor, 01 quadro de acrílico.

IFCE

Nome: Telemática

Objetivo: Elaboração de planos de negócios, criação e estruturação de novas empresas e apoio intelectual para iniciarem as suas atividades, buscas de prospecção tecnológica, otimização matricial de ações.

Espaço físico: sala de 90 m2.

Compartilhamento: Não

Equipamentos: 09 computadores com acesso à Internet, 01 projetor, impressora.

UEFS

Nome: BROTO - INCUBADORA DE BIOTECNOLOGIA

Objetivo: Elaboração de planos de negócios, criação e estruturação de novas empresas e apoio intelectual para iniciarem as suas atividades.

Espaço físico: sala de 30 m2.

Compartilhamento: Não

Equipamentos: 03 computadores com acesso à Internet, 01 projetor, impressora.

Nome: NUCAE – Nucleo de Computação Aplicado a Engenharia

Objetivo do Laboratório: Desenvolvimento de pesquisas numérico-computacionais objetivando a elaboração de softwares;

Espaço físico: sala de 90 m2.

Compartilhamento: Não

Equipamentos: 1 servidor, 30 computadores com acesso à Internet, 01 projetor, 02 impressora.

UESC

Nome: NBCGIB, Núcleo de Biologia Computacional e Gestão de informações Biotecnológicas.

Objetivo do Laboratório: O NBCGIB tem como missão desenvolver e aplicar ferramentas computacionais de bioinformática, biologia computacional e gestão de informações biotecnológicas, construir bancos de dados e fazer gestão de informações em biotecnologia no estado da Bahia.

Espaço físico: 1 sala de servidores, 4 gabinetes para docentes e sala de reuniões para 30 pessoas.

Compartilhamento: Programa pós-graduação em Genética e Biologia Molecular, PPGGBM, e Biologia e Biotecnologia de Micro-organismos, PPGBBM,

Equipamentos: 1 servidor WEB; 1 sistema Altix 350 com 10 processadores Itanium 64 bits, 14 GB de memória RAM, e storage de 2 TB, 3 impressoras e equipamentos para videoconferências.

Nome: CACAU, Centro de Armazenamento de Dados e Computação Avançada da UESC

Objetivo do Laboratório: permitir a realização de cálculos seriais ou paralelos, a estruturação da produção científica em banco de dados e fornecer suporte computacional para os diferentes grupos de pesquisa e cursos de pós-graduação da UESC.

Espaço físico: 1 sala de servidores, 4 gabinetes para docentes e sala de reuniões para 30 pessoas.

Compartilhamento: Rede Colaborativa de Computação de Alto Desempenho e Aplicações (Rede Co.C.A.D.A.), que conta com 10 instituições associadas.

Equipamentos: 1 servidor web, 1 servidor de e-mail e Banco de Dados, 1 servidor de firewall, conta ainda com um cluster de 20 nós de cálculo dotados de dois processadores Intel Xeon Quadcore e 16 GB de memória RAM totalizando 160 núcleos e 320 GB de memória RAM, servidor de gerenciamento e um servidor de arquivos ligado a um storage com capacidade de 8,6 Tb. Inclui softwares específicos para lidar com computação de alto desempenho HPC (p.expo: compiladores Intel e GCC, Gerenciadores de fila PBS-Pro e Torque, além de softwares específicos GridMathematica (R), OpenFOAM(R), Gaussian(R) e COMSOL Multiphysics (R)) e com sistemas de banco de dados (Oracle, MySQL).

Nome: LaMAC, Laboratório de Matemática Aplicada e Computacional.

Objetivo do Laboratório: Oferece a infraestrutura computacional necessária à obtenção de soluções que demandem elevado esforço computacional, viabilizando a solução numérica de problemas complexos.

Espaço físico: 1 sala de 30m².

Compartilhamento: Grupo de Pesquisa em Matemática Aplicada e Computacional, GPMAC, Curso de Especialização em Modelagem Matemática e Computacional

Equipamentos: 10 estações de trabalho numéricas e de visualização gráfica; 2 impressoras; 1 servidor de aplicações com dois processadores Intel Xeon Quadcore, 16 GB de memória RAM e 2 TB de HD; e 1 cluster com 5 nós de cálculo bi-processados Intel Xeon.

UFAL

Nome: Laboratório de Informática

Objetivo do Laboratório: Laboratório destinado ao ensino e pesquisas relacionadas com busca, tratamento e gestão de ativos da propriedade intelectual.

Espaço físico: sala de 60 m².

Equipamentos: 20 computadores com acesso à Internet, 01 projetor, 01 quadro de acrílico.

UFERSA

Nome: 2 Laboratórios de Informática

Objetivo do Laboratório: destina-se a prover a realização de aulas especiais, com auxílio de microcomputadores, e auxiliar os alunos nas suas atividades acadêmicas, bem como o acesso desses à internet, consulta à Plataforma de Periódicos CAPES e a diversos sites de Buscas, tais como INPI, WIPO, Espacenet.

Espaço físico: 2 Laboratórios de informática.

Equipamentos: Cada laboratório possui 30 computadores com acesso a internet, projetor, estrutura didática, softwares de linguagem de programação, simulação, matemática e física.

UFMA

Nome: Laboratório de Pesquisas em PI e Prospecção Tecnológica

Objetivo do Laboratório: destinado ao ensino e pesquisas relacionadas com busca, tratamento e gestão de ativos da propriedade intelectual, e elaboração de prospecções tecnológicas.

Espaço físico: sala de 36 m².

Compartilhamento:

Equipamentos: 06 computadores com acesso à Internet, 01 impressora, 03 retroprojetores, 03 notebooks.

Nome: Laboratório de Informática

Objetivo do Laboratório: destinado ao estudo de discentes e docentes.

Espaço físico: sala de 20 m².

Compartilhamento:

Equipamentos: 04 computadores com acesso à Internet.

UFPI

Nome: Laboratório de Informática

Objetivo do Laboratório: Laboratório destinado ao ensino e pesquisas relacionadas com busca, tratamento e gestão de ativos da propriedade intelectual.

Espaço físico: sala de 106 m².

Equipamentos: 49 computadores com acesso à Internet, 01 projetor, 01 quadro de acrílico.

UFRB

Nome: Laboratório de Informática

Objetivo do Laboratório: Laboratório destinado ao ensino e pesquisas relacionadas com busca, tratamento e gestão de ativos da propriedade intelectual.

Espaço físico: sala de 20 m².

Equipamentos: 5 computadores com acesso à Internet, 01 projetor, 01 quadro de acrílico.

BIBLIOTECA LIGADA A REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES

UFBA

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia (SIBI) representa um Órgão Estruturante responsável pelo funcionamento sistêmico das bibliotecas da UFBA (hoje, em um total de 17), a fim de oferecer suporte ao desenvolvimento da pesquisa, bem como da inovação, do ensino e da extensão. O SIBI é, decerto, uma das estruturas mais fundamentais para a atividade de pesquisa, de sorte que podemos considerar sua ampliação e constante modernização uma meta institucional estratégica, tal como, aliás, o contempla o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFBA, que lista entre seus principais eixos de ação: (i) Recuperação e ampliação da infraestrutura de pesquisa e (ii) Acesso a informações e sua difusão.

Em 1953, com o Serviço Central de Informações Bibliográficas (SCIB), a história das bibliotecas passa a ter organicidade na UFBA. Em 1968, com a reforma universitária, institui-se a Biblioteca Central da UFBA como órgão suplementar vinculado à Reitoria, com o objetivo de centralizar aquisições bibliográficas, racionalizando a organização e a técnica. Por muitos anos, a Biblioteca Central esteve instalada em prédios adaptados, até que a ampliação de suas atividades e coleções levou, em 1983, à construção de um novo prédio no Campus Federação-Ondina – prédio enfim adequado ao seu funcionamento, dentro das normas e padrões de uma biblioteca universitária. Essa Biblioteca, tendo por finalidade regimental coordenar tecnicamente as bibliotecas de Unidades ou Órgãos da UFBA, passou a centralizar, promover e assegurar serviços de documentação e informação bibliográfica necessários ao ensino, à pesquisa e à extensão na Universidade, contando com um acervo constituído de publicações na área de Humanidades e, sobretudo, de Obras de Referência.

Em torno dessa Biblioteca, organizou-se então o Sistema de Bibliotecas, com 36 (trinta e seis) bibliotecas: 27 de Unidades de Ensino e 09 de Órgãos Suplementares. Porém, essa estrutura um tanto agigantada não satisfazia exigências de racionalização e otimização de recursos, deixando ainda a desejar no que tangia à qualificação dos serviços prestados aos programas de ensino, pesquisa e extensão. Nessa direção, tiveram início ações em favor de uma estrutura organizacional mais adequada e um novo modelo de gestão, além de um processo estratégico de incorporação de acervos, cujo horizonte é fortalecimento progressivo das bibliotecas designadas como universitárias, então distinguidas das setoriais. Esse processo foi enfim institucionalizado através da Resolução nº 03, do Conselho Universitário (CONSUNI), de 8 de junho de 2009.

Atualmente, comportando em sua totalidade um acervo de cerca de 900 mil volumes impressos (livros, teses e folhetos), o SIBI é constituído de 17 Bibliotecas, assim divididas e denominadas: Bibliotecas Universitárias: Reitor Macedo Costa; Professor Rubim de Pinho; Isaías Alves; Omar Catunda; Bernadete Sinay Neves; Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável; Instituto Multidisciplinar em Saúde; Bibliotecas Setoriais localizadas nas Unidades de Ensino: Direito, Administração, Educação, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Teatro, Belas Artes e o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO); Bibliotecas Especiais: Professor Gonçalo Moniz – Memorial da Saúde Brasileira, Biblioteca do Museu de Arte Sacra.

O Sistema de Bibliotecas da UFBA tem sido contemplado com importantes investimentos pela FINEP e Programa REUNI para infraestrutura. No que se refere à aquisição de acervo, o MEC disponibiliza recursos para compra da bibliografia básica dos cursos de graduação.

Caracterização do Acervo

Monografias, Publicação Seriadas, Multimeios, Hemeroteca, Material de Referência. Catálogos, Enciclopédias, Bibliografias, Dicionários, Periódicos, Teses e Dissertações, Trabalho Conclusão de Cursos – TCC, Multimeios (vídeos, filmes, discos), Bases de Dados Digitais (CD-ROM), Livros, Catálogos, Boletins, Jornais, Diretório, *Slides*, Patentes, Glossário.

Atividades

Organização de Eventos, Visitas Guiadas, Recepção aos Calouros, Atendimento e orientação ao Usuário, Orientação para normalização de trabalhos científicos, Comutação Bibliográfica - Localização de documentos, Empréstimo Interbibliotecário, Programa de Treinamento em Bases de Dados e Portal CAPES. Tem acesso ao portal de periódicos da CAPES, banco de patentes do INPI, SPACENET, USPTO, WIPO e banco nacional de teses e dissertações.

IFBA

A Biblioteca do IFBA está conectada com a internet e tem um acervo completo, com o foco não só de ensino universitário, como também ensino médio.

Tem acesso ao portal de periódicos da CAPES, banco de patentes do INPI, SPACENET, USPTO, WIPO e banco nacional de teses e dissertações.

IFCE

A Biblioteca do IFCE está conectada com a internet e tem um acervo completo, com o foco não só de ensino universitário, como também ensino médio.

Tem acesso ao portal de periódicos da CAPES, banco de patentes do INPI, SPACENET, USPTO, WIPO e banco nacional de teses e dissertações.

UEFS

SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECA – SISBI-UEFS

O Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Estadual de Feira de Santana SISBI-UEFS, composto pela Biblioteca Central Julieta Carteadó - BCJC e por mais oito bibliotecas setoriais, mantém acervo de 112.426 títulos de livros e outros materiais bibliográficos e 3.013 títulos de periódicos nacionais e internacionais. Em 2011, considerando-se as aquisições, exceto periódicos, foram investidos R\$ 167.040,90 (cento e sessenta e sete mil, quarenta reais e noventa centavos) para aquisição de 2.317 exemplares de livros nacionais e estrangeiros e 83 exemplares de livros eletrônicos. Quanto aos periódicos, foram investidos R\$ 154.362,29 (cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e dois reais e vinte e nove centavos) em 126 renovações de publicações nacionais e 8 estrangeiras.

O Sistema Pergamum, software que gerencia o acervo da BCJC, oferece serviços importantes aos usuários, tais como: acesso online a base SISBI-UEFS, empréstimo informatizado, reserva e renovação online.

O SISBI sempre procura acompanhar as novas tendências tecnológicas, assim, nesse ano, a BCJC efetuou a compra de livros eletrônicos para compor o seu acervo, visando à modernização do acervo e contribuindo para a democratização e preservação da informação. Esse tipo de material oferece várias vantagens, tais como: disponibilidade para vários usuários, simultaneamente; não necessita de armazenamento físico, etiquetas e estantes; não há desgaste do material; e não há roubos ou extravios.

Outro ponto que o SISBI vem procurando se adequar é na questão da acessibilidade informacional, como a inclusão de deficientes visuais, no acesso ao conhecimento e à cultura. Em parceria com a Fundação Dorina Nowill para Cegos, o sistema vem ampliando seu acervo através da aquisição de livros falados, no formato MP3. Além disso, busca a adequação dos espaços e a aquisição de equipamentos para atender aos portadores de necessidades especiais. Tem acesso ao portal de periódicos da CAPES, banco de patentes do INPI, SPACENET, USPTO, WIPO e banco nacional de teses e dissertações.

UESC

A Biblioteca da UESC é uma unidade relativamente nova e em plena expansão. Possui uma estrutura moderna e bem equipada, apresentando uma gama de serviços informatizados, entre eles: o empréstimo domiciliar, o programa de comutação bibliográfica, o jornal da Biblioteca (Informateca) e o serviço de catalogação cooperativa. Todos estes serviços visam o acesso, o compartilhamento e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico em níveis compatíveis com as necessidades dos usuários, servindo de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão. O setor conta atualmente com um acervo de aproximadamente 90.000 volumes e 40.000 fascículos de periódicos científicos, nacionais e internacionais, e acesso a bases de dados diversas. Figura-se como política da administração da Universidade a sistemática ampliação deste acervo. Entre as redes de compartilhamento de informação, encontramos o Portal de Periódicos da CAPES, a Rede Antares (Provedora de Informação em Ciência e Tecnologia) a rede Bibliodata-CALCO (gerenciada pela Fundação Getúlio Vargas), a Biblioteca Nacional (convenio de cooperação técnica), e o BIREME (Serviço Cooperativo do Sistema Latino-americano e do Caribe de Informação), sistemas estes que oferecem acesso às bases de dados online, em CD-Rom e via internet. A Biblioteca da UESC dispõe ainda da Seção de Multimeios, com mais de 3000 títulos entre fitas de vídeo educativas e material científico-tecnológico, além da sala de palestras e seminários com todos os meios de apresentação disponíveis. O acesso ao portal CAPES está disponível desde qualquer computador na rede interna da UESC e também através do PROXY disponível, via a rede do NBCGIB, para pesquisadores e alunos que se encontram fora da instituição. Tem acesso ao portal de periódicos da CAPES, banco de patentes do INPI, SPACENET, USPTO, WIPO e banco nacional de teses e dissertações.

UFAL

Em 1989 a UFAL constituiu o seu Sistema de Bibliotecas - SIBI passa a ter seu regimento, além de várias conquistas, como a adoção de uma política orçamentária garantindo 8% do orçamento institucional para o SIBI, o que assegurou a melhora do acervo bibliográfico, condições de uso das bibliotecas e a oferta de serviços especializados.

O SIBI passou a ser composto pela Biblioteca Central, o Órgão Colegiado e 7 Bibliotecas Setoriais.

O marco da nossa história se dá em 03 de abril de 1990, quando é inaugurado e aberto o novo prédio da Biblioteca Central. Durante o período compreendido entre 1987 a 1990, a biblioteca recebeu um grande impulso, transformando-a em um polo de intercâmbio científico, cultural e social, saindo de um estado primitivo para uma performance moderna e dinâmica. Este mérito deve-se ao trabalho, à competência e a dedicação da então gestora desta unidade, na época, a bibliotecária Sílvia Regina Cardeal.

Ao longo do tempo, a monta de investimentos tendeu ao decréscimo. A última aquisição significativa do material bibliográfico aconteceu em 1996. Aliado a isto, o prédio passou muito tempo sem uma manutenção e/ou reforma adequada.

Em 2005 houve uma forte retomada, a partir dos investimentos federais, com ações concretas a reforma na estrutura física da Biblioteca (incluindo piso, climatização) nas áreas destinadas ao serviço aos usuários, aquisição de 1028 títulos, o que corresponde a uma média de 4000 exemplares de livros, na ordem de R\$ 360.000,00 e R\$ 175.000,00 em periódicos nacionais e estrangeiros.

Atualmente o SIBI/UFAL dispõe de recursos da ordem de R\$ 1,4 milhões/ano especificamente para aquisição de livros de interesse em ensino e pesquisa, além de dispor do sistema Periódicos da CAPES. Destaque-se que foi a primeira instituição a implantar no país o sistema WEBTV CAPES, que dá permeabilidade a todos os usuários do sistema, com informações de acessibilidade e melhor uso do portal. Tem acesso ao portal de periódicos da CAPES, banco de patentes do INPI, SPACENET, USPTO, WIPO e banco nacional de teses e dissertações.

UFERSA

A **Biblioteca Orlando Teixeira** está localizada no Campus Leste da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), na cidade de Mossoró/RN. Atende aos alunos de graduação e pós-graduação como também a toda comunidade mossoroense, tendo como **objetivo** principal suprir as necessidades informacionais do seu público acadêmico. Sua **missão** é fornecer suporte informacional para os diversos segmentos da Universidade nas diferentes áreas do conhecimento, contribuindo assim com o desenvolvimento da qualidade do ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente seu acervo é composto por **32.639 volumes de livros**, que dão suporte aos alunos da Instituição conforme os cursos oferecidos pela UFERSA. O setor de periódicos da Biblioteca é composto por revistas nacionais e internacionais, com títulos recebidos através de compra, doação e permuta, atualmente o setor de periódicos conta com 71 títulos correntes. A Biblioteca possui também multimeios voltados para as áreas de interesse de sua clientela, disponibilizando fitas VHS, Cd rom e DVD.

Possui o suporte do PORTAL DE PERIÓDICOS da CAPES que oferece acesso a **126 Bases de Dados**, que vão desde textos referências a textos completos de artigos de mais de 15 mil títulos (entre revistas científicas nacionais e estrangeiras), são bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. O discente ou docente também tem acesso ao cadastramento no programa de comutação entre bibliotecas (COMUT).

Tem acesso ao portal de periódicos da CAPES, banco de patentes do INPI, SPACENET, USPTO, WIPO e banco nacional de teses e dissertações.

UFMA

Sistema de Bibliotecas da UFMA

A estrutura organizacional do Sistema de Bibliotecas da UFMA é regida por um regimento interno, no qual são estabelecidas as relações administrativas entre a Direção Geral e seus diversos setores. Sua estrutura organizacional é composta de uma Diretoria Geral, Vice-Diretoria, Secretaria-executiva, e de uma Comissão Consultiva de Apoio, composta por diversos membros, com mandato de um ano. Compõem ainda esta estrutura o SFCA (Serviço de Controle e Formação do Acervo), o SPT (Serviço de Processamento Técnico), o SER (Serviço de Recursos Eletrônicos), o SP (Setor de Periódicos), e o SIB (Serviço de Informações Bibliográficas). Além desses serviços, há ainda os programas especiais, quais sejam: Comutação Bibliográfica; Levantamento Bibliográfico, Bases de Dados; Bases de Patentes; Disseminação da Informação, e Bases de Periódicos eletrônicos.

Estruturalmente, o Sistema de Bibliotecas da UFMA é composto de uma Biblioteca Central e 12 (doze) bibliotecas setoriais, distribuídas nos cinco centros acadêmicos. O acervo total está em torno de Está prevista a conclusão da obra do novo prédio da Biblioteca Central da UFMA para dez/2013. Tem acesso ao portal de periódicos da CAPES, banco de patentes do INPI, SPACENET, USPTO, WIPO e banco nacional de teses e dissertações.

UFPI

Biblioteca setorial: de 31,40 m², integrada ao sistema de bibliotecas da UFPI, contendo acervo de livros variados. Tem acesso ao portal de periódicos da CAPES, banco de patentes do INPI, SPACENET, USPTO, WIPO e banco nacional de teses e dissertações.

UFRB

Biblioteca Central da UFRB – Campus Universitário de Cruz das Almas, Rua Rui Barbosa, Nº 710, Centro, CEP. 44.380-000 Cruz das Almas – BA. Com a criação da UFRB (2006), a Biblioteca da Escola de Agronomia, em Cruz das Almas, integrante do Sistema de Bibliotecas da UFBA, passou a ser a Biblioteca Central do Sistema de Bibliotecas - SIB da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, coordenando as setoriais nas cidades: Amargosa (Centro de Formação de Professores); Santo Antônio de Jesus (Centro de Ciências da Saúde) e Cachoeira (Centro de Artes, Humanidades e Letras).

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia possui um órgão responsável pela manutenção do fornecimento de internet a todos os seus setores, é um órgão que se encontra em constante expansão. A Coordenadoria de Tecnologia da Informação, COTEC da UFRB que tem como objetivo principal colocar a informação à disposição da comunidade universitária. Para atender este objetivo a COTEC fornece sistemas de informação que possibilitam a difusão de informações para a comunidade universitária, dando apoio ao uso da informática para o desenvolvimento das áreas acadêmicas e administrativas e serviços para a rede de dados que permitem total acessibilidade aos recursos computacionais instalados na Universidade e condições de acesso a outras redes de computadores. Dentre estes serviços estão: Acesso à Internet, Webmail institucional, Acesso remoto aos periódicos CAPES, Gerenciamento de Listas de Discussão, Hospedagem de sites institucionais, II RECONCITEC - Reunião Anual de Ciência, Tecnologia <http://ufrb.edu.br/reconcitec/>, PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) e Periódicos CAPES. Tem acesso ao portal de periódicos da CAPES, banco de patentes do INPI, SPACENET, USPTO, WIPO e banco nacional de teses e dissertações.

Caracterização da Proposta

Importância no contexto do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Todas as ICTs têm em seu PDI a decisão de implementar e de intensificar as ações de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia, fortalecendo seus Núcleos de Inovação Tecnológica e os Sistemas Locais de Inovação, de acordo com a Lei de Inovação federal e as estaduais.

Esta APCN atende os PDIs das IES e em especial seu alinhamento com as Metas Prioritárias e as Estratégias do governo brasileiro, especialmente os ministérios MCTI, MDIC e MEC, no que concerne a infraestrutura para Tecnologia Industrial Básica (TIB) como a propriedade intelectual, a informação tecnológica, além de outras como reorientação estratégica e modernização gerencial, entidades tecnológicas setoriais (ETS) e sua viabilidade técnica e econômica e consolidação.

Assim é dado o suporte ao desenvolvimento de ações na área de Propriedade Intelectual como forma de promover a inovação e a competitividade, contribuindo para a estruturação nas instituições de grupos que atuem na comercialização e transferência de tecnologias para as empresas.

Finalmente, esta AAPCN atende a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - ENCTI 2012-2015 (http://www.mct.gov.br/upd_blob/0218/218981.pdf) em todas as suas linhas de ação:

- Promoção da inovação
- Novo padrão de financiamento público para o desenvolvimento científico e tecnológico
- Fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica
- Formação e capacitação de recursos humanos
- C,TeI para o Desenvolvimento Social

Atende o objetivo de ampliar a participação empresarial nos esforços tecnológicos do País, com vistas ao aumento da competitividade nos mercados nacional e internacional e todas as principais estratégias associadas.

Relevância e Impacto Regional da formação dos profissionais com o perfil previsto

Esta proposta tem ainda elementos claros de como o sistema de Pós-Graduação nacional serve como elo de entrada de número expressivo de universidades em atividades de pesquisa e ensino de mais alto nível, contribuindo para aprimoramento de seu corpo docente e oferecendo oportunidades de formação avançada e para interiorização da pesquisa e da pós-graduação no NE do Brasil, contribuindo para melhorar a distribuição nas várias regiões do território nacional.

Existe a necessidade de criação de doutorados visando formação de alto nível em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia no Brasil, particularmente no Nordeste.

Para tal é essencial a criação de massa crítica no NE do Brasil para que novos programas institucionais de pós-graduação sejam propostos à CAPES.

O recém-criado Mestrado em Ciência da Propriedade Intelectual da UFS, nascido no âmbito da rede NIT-NE, teve uma relação candidato vaga altíssima em sua primeira seleção em 2012 (122 candidatos para 10 vagas), sendo na sua maioria servidores docentes e técnico-administrativos (atuando nos NITs) das IES e ex-bolsistas DTI da Rede NIT-NE.

Em termos de doutorado em propriedade intelectual e transferência de tecnologia, este é primeiro do Nordeste na área, não havendo no Brasil nenhum programa semelhante, apenas alguns que têm elementos das vertentes da APCN aqui proposta como o recém criado doutorado do INPI em Propriedade Intelectual e Inovação.

Dado que o programa proposto de doutorado é o primeiro do NE do Brasil na área; devido a não existir um histórico de cursos de graduação e pós-graduação no Brasil com formação na área da Propriedade Intelectual (PI) e Transferência de Tecnologia (TT), a disponibilidade de doutores com ampla experiência acadêmica é muito baixa. Procuramos reunir um grupo experiente de docentes que já atua dentro do âmbito da Rede NIT-NE e que, além de apresentarem a formação desejada para atuar como docentes e orientadores no programa de doutorado, agregam uma vasta experiência em pesquisa e em interação com o setor empresarial, o que é fundamental para o ensino da PI e TT, visto que esta temática é fortemente aplicada no mercado de trabalho. Isto se torna urgente considerando que todas as nossas IES são ICTs que têm apropriado seus desenvolvimentos tecnológicos através de PI por protocolos junto a Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), e precisamos aumentar na região o conhecimento necessário para não só apropriar com qualidade a PI, como não permitir que sejam “engavetadas”, e sim transferi-las para a sociedade, gerando inovação. Por esta razão a vertente de Transferência de tecnologia (TT) desta APCN é não só importante, como indispensável, para que os estudos do PGPITT possam contribuir com o conhecimento construído para aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) e melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Através dos projetos integradores da Rede NIT-NE foram formados recursos humanos trabalhando nos Núcleos de Inovação Tecnológica. Considerando apenas os projetos FINEP, foram mais de 300 DTI e mais de 100 ITI. Só no projeto ora em curso financiado pela FINEP, já foram 217 bolsistas entre DTIs e ITIs e estima-se que chegará a 280. Esta é apenas uma parte dos bolsistas formados pela Rede NIT-NE, pois outros foram e estão sendo financiados pelos Sistemas Locais de Inovação com bolsas das FAPs estaduais, projetos do CNPq, entre outras fontes de fomento. Todos estes ex-bolsistas se encontram na região NE e têm experiência de atuação nos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) das 41 organizações que fazem parte da Rede NIT-NE (<http://www.portaldainovacao.org/organizações>).

Além disso, existem recursos humanos formados em nível de graduação e mestrado em diversas áreas específicas do conhecimento, que precisam da formação interdisciplinar para poderem atuar com qualidade nos diversos ambientes de inovação que estão sendo criados de acordo com as prioridades do governo federal e dos estaduais, seguindo as recomendações do MCTI e do MDIC, como sejam Parques Tecnológicos, Incubadoras, Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) obrigatórios pela Lei de Inovação para as Instituições de Ciência e tecnologia (ICTs), nos setores de tecnologia das empresas, nas nascentes empresas de base tecnológica (EBTs), entre outros.

Espera-se que este PGPITT tenha como desdobramentos o crescimento do quadro de doutores em cada IES, que deve levar naturalmente não só ao desdobramento em novos Programas, como à consolidação de propostas interdisciplinares.

São metas potenciais:

Em 5 a 10 anos - criação de Mestrados Institucionais;

Em 6 a 15 anos - criação de Doutorados Institucionais;

Em 15 a 20 anos - o PGPITT desta APCN deverá reavaliar suas razões de existir e, quiça, se reestruturar.

Caracterização da demanda a ser atendida

Na última década o Brasil assinou o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (ADPIC - TRIPS), usualmente denominado TRIPS, que é uma proteção jurídica que visa reduzir a pirataria internacional, reconhecendo a relação entre o comércio internacional e os direitos de propriedade intelectual. O TRIPS possui dois mecanismos básicos contra as infrações à propriedade intelectual: a elevação do nível de proteção em todos os Estados membros e a garantia da observação dos direitos de propriedade intelectual. Trata dos direitos de autor e conexos, marcas, indicações geográficas, desenhos industriais, patentes, topografias de circuitos integrados, proteção do segredo de negócio e controle da concorrência desleal. Estabelece princípios básicos, quanto à existência, abrangência e exercício dos direitos de propriedade intelectual (TRIPS, 2012), e regula as patentes internacionais via Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes, Patent Cooperation Treaty (PCT).

Nesse contexto, a inovação tecnológica se dá quando o conhecimento produzido e apropriado é transferido para a sociedade que utiliza as tecnologias desenvolvidas para melhorar as condições de vida, impactando no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e no desempenho da região através do seu Produto Interno Bruto (PIB).

Os indicadores sociais, econômicos e científicos do Brasil, frente aos outros países do planeta são da ordem de 2,7% dos artigos indexados, 3,3% do PIB, 2,7% da população. No entanto seus indicadores tecnológicos são cerca de 10 a 100 vezes inferiores: 0,2% das patentes nacionais e 0,02% das patentes internacionais.

Ora, para se transferir, deve-se passar pela fase de apropriação. A tecnologia apropriada por propriedade industrial tem direitos de comercialização e fabricação, sejam eles já concedidos ou expectativas de direito. No Brasil, o órgão governamental criado para esse fim é o Instituto de Propriedade Industrial (INPI).

Deste modo, dado o baixíssimo número de patentes brasileiras comparado com as de outros países, na sua aplicação prática, o Brasil reconhece os direitos dos demais das patentes deles, mas não tem ainda massa crítica de patentes para que os outros países reconheçam os direitos do Brasil. De fato, os indicadores demonstram que o Brasil é um grande fornecedor de tecnologia ao Domínio Público, dando-a de graça a quem a quiser utilizar para produzir e comercializar bens, ao estar essencialmente publicando os resultados de suas pesquisas e desenvolvimento tecnológicos, sem ter a visão da sua potencial contribuição para o desenvolvimento do país. Fica desse modo a sociedade refém da importação de commodities, a custos elevados e muitas vezes inacessíveis.

Ora o tecido social brasileiro, contrariamente aos da Europa, América do Norte, Coreia, entre outros, concentra mais da metade dos desenvolvedores de tecnologia do Brasil no setor acadêmico ao invés de no setor empresarial.

Ora, no setor acadêmico, diversos fatores, inclusive as ações de controle de qualidade da pós-graduação da CAPES, estimularam e financiaram Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (PeD) de qualidade, mas sem ainda ter inserido no âmbito da formação acadêmica dos potenciais inventores o conhecimento empreendedor e de gestão da sua pesquisa a ser desenvolvida.

Como mais de três quartos da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico é financiado pelo governo Brasileiro através de fontes de impostos, ocorre que produtos e tecnologias desenvolvidas com recursos públicos brasileiros, ao serem publicadas, não revertem para melhorias do próprio povo brasileiro, tendo os brasileiros que adquirir, muitas vezes a preços altos, a própria tecnologia concretizada em produtos de mercado.

Assim, alguns destes conhecimentos disseminados gratuitamente pelos inventores e autores brasileiros têm sido utilizados por outros para comercialização de produtos que, depois, são adquiridos pelos próprios desenvolvedores do conhecimento no Brasil, deste modo em alguns casos comprometendo a Soberania Brasileira no que tange a aumento de seu PIB e IDH.

Torna-se imperativo mudar este percurso, a fim de sermos capazes de apropriar a tecnologia desenvolvida no nosso País, garantindo a soberania nacional (QUINTELLA, 2009).

Apropriar a tecnologia desenvolvida torna-se, assim, um problema de soberania nacional.

Vale destacar que a inovação permeia naturalmente o Brasil que tem um tecido social extremamente criativo e empreendedor, mas que tem dificuldade de reconhecer a apropriar o que seja de base tecnológica. A pluralidade de culturas levou e leva a que o povo brasileiro tenha diversas soluções para um mesmo problema, dado que o observa através das “lentes” de culturas diversas nas quais cresceu e criou sua visão de mundo. Assim a atividade inventiva é altíssima no tecido social brasileiro onde carrega o ícone de “jeitinho Brasileiro”, dado a sua capacidade de encontrar soluções “fora da caixa”. Torna então indispensável substituir os pré-conceitos relativos à Propriedade Industrial por conceitos alicerçados em experiências pessoais e lúdicas, deste modo inserindo o paradigma de tecnologia apropriada, que usualmente leva a empresas de base tecnológica, nos corpos discente e docente.

Mas o tecido social brasileiro está ainda em sua maioria, na fase preconceituosa inicial de que “patente é cara, é só para empresa, é difícil, é coisa de advogados”, especialmente no setor da sociedade brasileira de onde deveriam advir as apropriações de base tecnológica.

Formam-se assim pós-graduandos e pesquisadores graduandos sem terem acessado mais de 70 % da informação tecnológica. De fato, as conclusões de artigos advêm dos resultados experimentais obtidos, e o procedimento experimental e metodologia, apesar de avaliados, nem sempre são suficientemente pormenorizados para que possam ser reproduzidos. Já nas patentes, parte que corresponderia a procedimentos experimentais tem que ser obrigatoriamente bem detalhada, para garantir a “suficiência descritiva”, quesito indispensável para que seja concedida a Carta Patente.

Revertido este pré-conceito, as “Revisões bibliográficas” das teses e dissertações passam a ser conduzidas com uma visão mais ampla, incluindo a busca de patentes e outras formas de propriedade industrial. Em algumas das orientações do corpo docente desta APCN em programas disciplinares, já foi incluída uma parte de metodologia para mapeamento patentário e seus resultados foram processados por mineração de texto e análise covariante de dados, identificando relações, gargalos e oportunidades para pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Torna então indispensável substituir os pré-conceitos relativos à Propriedade Industrial por conceitos alicerçados em experiências pessoais e lúdicas, deste modo inserindo o paradigma de tecnologia apropriada que leva a empresas de base tecnológica no corpo discente, como também no corpo docente.

O Brasil também é pródigo em trabalhos associativos como as associações de ICTs com pós-graduação levando a novos formatos que atuam de forma sinérgica, reduzindo os prazos para alcançar os objetivos propostos.

Paralelamente, foram promulgados a Lei da Inovação Lei nº 10.973 de 2 de dezembro de 2004 e o Decreto nº 5.563 de 11 de Outubro de 2005 que estabelecem medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País, nos termos dos Arts. 218 e 219 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que é a atual lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico. Seus artigos abordam de modo amplo os diversos setores da sociedade brasileira e regulamentam o estímulo à construção de ambientes especializados e cooperativos de inovação (Capítulo II), estímulo à participação das ICTs no processo de inovação (Capítulo III), estímulo à inovação nas empresas (Capítulo IV), estímulo ao inventor independente (Capítulo V), e fundos de investimento em empresas cuja atividade principal seja a inovação (Capítulo VI).

Um dos aspectos importantes é a obrigatoriedade de cada ICT ter um Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) fortalecido e proativo.

A estrutura curricular proposta nesta APCN visam uma formação sólida e integradora em PI e TT, tendo o conjunto de disciplinas sido estruturado visando que a área de concentração espelhe claramente linhas de pesquisa fundamentadas;

Deste modo, a APCN visa não só formar profissionais com um perfil inovador e interdisciplinar, como também atender uma demanda social regional e nacional de atuação em ambientes de inovação sejam eles nos setores acadêmico (incubadoras, NITs), empresarial (empresas, parque tecnológicos, etc.) ou governamental (SECTIs, FAPs, municípios, etc.).

De fato é comum ouvir do profissional bem intencionado e desavisado a afirmação de que “-Eu faço inovação e não preciso de PI!” o que pode até ser verdade, mas certamente não é a regra e sim a exceção.

Esta APCN tem ainda o objetivo de promover a formação de doutores de alto nível e com perfil inovador, contribuindo para a emergência de novas áreas do saber, nucleando grupos de pesquisa e interiorizando, tornando mais homogênea a pós-graduação stricto sensu pelo país, sempre sob a orientação da CAPES que, ao acompanhar e avaliar constantemente, garante a qualidade do que está sendo induzido e fomentado e estimulado na produção em ciência e tecnologia.

Em síntese, a demanda a ser atendida consiste em:

- Mestres atuando nos ambientes de inovação dos setores empresarial e governamental.
- Servidores docentes e técnico-administrativos das IES que atuam nos NITs ou nos ambientes de inovação.
- Mestres que almejam montar uma EBT, atuar no SIBRATEC, Polos de Inovacao da EMBRAPI, entre outras redes de inovação.
- Ex-bolsistas e bolsistas DTIs que atuaram nos NITs
- Ex-bolsistas e bolsistas do programa RHAЕ (Pesquisador na Empresa).
- Mestres com bom alicerce e formação disciplinar que queiram ampliar sua visão e tenham vontade de compreender e interagir com as várias disciplinas num ambiente interdisciplinar que transcendo o apenas multidisciplinar, construindo novas realidades, inserindo novos paradigmas e deste modo impactando fortemente na mudança de cultura.

Cooperação e Intercâmbio

Cooperação com universidades e grupos de pesquisa nacionais e internacionais

A cooperação com universidades e grupos de pesquisa nacionais e internacionais está já ocorrendo e com bons resultados através das ações da Rede NIT-NE. Ela se dá através dos projetos, as IES desta APCN estão ainda interagindo com outras IES e organizações: através do Programa Ciência sem Fronteiras, Missões Internacionais, entre outros.

A Rede NIT-NE realizou Missão a Portugal visitando os dois tipos de redes de NITs (GAPIs e OTICs) assim como incubadoras e parques tecnológicos, assim como associações de capital anjo (<http://www.portaldainovacao.org/noticia/ver/26/1>). Outras visitas técnicas e missões se seguiram tanto dos portugueses ao Brasil com vice-versa, tanto de docentes como de alunos.

Para 2013 está já prevista uma Missão aos Parques Tecnológicos europeus que será liderada pelo PADETEC.

Apoio a outros organismos internacionais

Os docentes desta APCN transferiram a experiência da Rede NIT_NE em reuniões na Colômbia durante o Medellín - Taller 2012 organizado pela Ruta-n, para a SECTI e a SICM do Estado de Antioquia, para a Prefeitura de Medellín, para vice-reitores de 12 universidades nacionais, estaduais e particulares, e para gestores de NITs e pesquisadores líderes de seus grupos de pesquisa, além da Comuna de San Domingo, focando as experiências de gestão de NITs e redes de inovação, e a Prospecção Tecnológica.

Existe um projeto em andamento com a Fraunhofer na área de fármacos.

Os eventos que têm sido organizados pela Rede NIT-NE têm tido forte participação de participantes dos vários estados brasileiros, como também de convidados do exterior.

Projetos Integradores

A Rede NIT-NE tem tido entre si diversos projetos integradores. As suas Metas e Atividades são definidas conjuntamente e fazem parte dos PDIs das IES. Os projetos são escritos em rede para conseguir o financiamento necessário para sua execução. São elas:

1. Divulgação e orientação: alinhamento e adequação ao novo paradigma / cultura

1.1 – Elaborar e Distribuir material de divulgação e orientação sobre PI: manuais, procedimentos, cartilhas, etc., promover oficinas "mão-na-massa", cursos, palestras, etc.

1.2 Disseminar as disciplinas de PI e TT no ensino médio, graduação e PG [avaliação, técnicas de negociação e comercialização, planos de negocio, empreendedorismo, etc.]

2. Gerenciamento do acervo de PI

2.1. Mapear os projetos de pesquisa, avaliar e classificar os seus resultados e a conveniência de sua divulgação [Diligência de inovação]

2.3 Manter atualizada e ampliar a base de dados de PI e a carteira de PIs

3. Gerenciamento de apropriação de PI

3.1 Estimular a proteção, licenciamento e transferência de tecnologia, induzir a elaboração de termos de sigilo e partilha ANTES da submissão de projetos

3.2 Apoiar os pedidos de registros e depósitos de PIs, estimular depósitos com empresas e depósitos pelo PCT, e acompanhar a manutenção dos títulos

4. Gerenciamento e otimização da gestão de PI

4.1 Promover e participar de treinamentos específicos de curta duração e encontros técnicos (cursos com SECTIs, SEBRAE, OMPI, INPI, FORTEC, FAPs, Federação das Indústrias, Fiocruz, Embrapa, etc.)

4.2 Atualização do Planejamento Estratégico da Rede NIT-NE e avaliação dos indicadores já existentes, relatórios de gestão, reuniões dos comitês

4.3 Promover formação de pós-graduação em PI e TT

4.4 Promover regularmente Seminários Regionais de PI e TT do NE

5. Transferência de Tecnologia e Licenciamento

5.1 Prover informação tecnológica (Anterioridade, Prospecção tecnológica, etc.), identificar, valorar, negociar e comercializar tecnologias

5.2 Promover e participar de feiras tecnológicas e similares e fazer interface entre as instituições da Rede e o mercado

6. Política Institucional

6.1 Sugerir adequações de instrumentos legais à Lei da Inovação e sua regulamentação;

6.2 Coordenar ações com outros projetos contemplados neste Edital, e incentivar a participação em redes congêneres: FORTEC, redes estaduais, etc.

7. Portal da Inovação da Rede NIT-NE

7.1 Ampliar o tipo de ofertas e produtos e o número de usuários

7.2 Manter atualizado o portal e o sistema de gestão informatizada da PI e TT

Destacamos aqui alguns dos projetos integradores.

2009 - Atual - Rede NIT-NE: consolidando e semeando NITs e Redes

Descrição: Apoiar a estruturação de 21 NITs nas instituições científicas e tecnológicas, através da Rede NIT-NE (11 novos, 5 em implantação e 2 implantados há 1 ano e 3 implantados há 3 anos). Tem a interveniência da incubadora CISE com o PRIME e da FAP da Bahia (contrapartida financeira de R\$500 mil). Contribuir com os esforços de inovação na região NE do Brasil, focando em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia, e capacitando nas competências previstas na Lei de Inovação, deste modo apropriando e transferindo os produtos de PeD da região, financiados pela FINEP, CNPq, Petrobras, Fundos Setoriais, FAPs, entre outras empresas e agências fomentadoras de PDeI. Compreende instituições de TODOS os estados do NE: 8 Universidades Federais (UFBA, UFRB, UFS, UNIVASF, UFPB, UFRN, UFERSA, UFPI E UFMA), 3 Universidades Estaduais (UNEB, UESC, UEFS), 9 CEFETs (BA, SE, AL, PE, Petrolina, PB, CE, MA, PI), 1 incubadora com CNPJ (CISE) e 3 incubadoras sem CNPJ (INOVA POLI, INBATE, INBATEC).

Financiador(es): Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP.

2006 - 2013 - REDE NIT-NE (UFBA, UFPB, UFS, UFC, UFPI, CEFET/BA, SENAI-CIMATEC/BA, CISE): Criação, Implementação e Fortalecimento

Descrição: Implementação e fortalecimento de uma Rede de Propriedade Intelectual, composta por 9 instituições, de 5 estados da região Nordeste, envolvendo universidades, centro de pesquisa, e o setor empresarial, atuando em toda a cadeia produtiva da PI (RH, PeD, produção, apropriação, orientação, divulgação, prospecção tecnológica, negociação, licenciamento e utilização), para transferência de tecnologia à sociedade, potencializando a inserção nos esforços de inovação, partilhando e disseminando boas práticas de proteção à PI e TT. Ademais a REDE NIT-NE, tem propiciado o fortalecimento da cultura de PI, formando e ampliando RH institucional especializado em PI, bem como, potencializando atividades ligadas ao empreendedorismo de base tecnológica.

Financiador(es): Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP.

2010 - Atual - PI e TT-RENORBIO: Pesquisa conjunta de PI e TT com mapeamento de produtos apropriáveis e construção de Política Interinstitucional de Propriedade Intelectual e de Transferência de Tecnologia dentro do âmbito da RENORBIO

Descrição: Este projeto de pesquisa e extensão tecnológicas visa identificar e mapear os produtos gerados no âmbito da RENORBIO com potencial de apropriação por patentes, marcas, cultivares, softwares, desenhos industriais e outros tipos de Propriedade Industrial. Vai ainda construir, de modo consensual a

Política Inter-Institucional de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia a RENORBIO. No seu decorrer se formarão recursos humanos em nível de doutoramento capacitados em extensão tecnológica com experiência em mapeamento, avaliação tecnológica e identificação dos produtos passíveis de apropriação, assim como Política de Propriedade Intelectual e de Transferência de Tecnologia. Para isso se reúnem na equipe pesquisadores/orientadores da RENORBIO e Coordenadores de NITs das ICTs participantes da RENORBIO, seja por orientações, por co-orientações, ou por projetos em Rede. Deste modo se tem a visão crítica de biotecnologia e do desenvolvimento de produtos de qualidade com potencial de transferência para o setor empresarial e a sociedade em geral. A metodologia consiste em desenvolvimento de estratégias conjuntas, utilização de ferramentas de coleta e processamento de dados tanto de modo univariado como multivariado, identificação de mecanismos de prospecção que possam aumentar a rastreabilidade, construção de ferramental de gestão e de apropriação compartilhada, e de partilha dos produtos apropriados por todas as ICTs da RENORBIO. Deste modo, espera-se que os diversos produtos biotecnológicos e a eles relacionados sejam apropriados antes de serem divulgados em publicações científicas, qualificações e defesas de teses. Como produto principal está a contribuição para acelerar o processo de desenvolvimento da região Nordeste, mediante a formação de recursos humanos em pesquisa e tecnologia, de modo conjunto, transformando os produtos da pesquisa desenvolvidos pelos pesquisadores e alunos da RENORBIO em extensão tecnológica, através do mapeamento e avaliação de potencia.

Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

2010 - 2012 - CAPACITE/NE Capacitação de Inovação Tecnológica para Empresários do Nordeste

Descrição: Capacitação de Inovação Tecnológica para Empresários do Nordeste.

Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Associação de IES - Descrição Complementar

Especificidades das formas associativas das IES

As instituições participantes desta APCN congregam IES distantes que tanto são jovens com estrutura de pós-graduação em fase de formação e consolidação e com dificuldades naturais de constituir densidade docente, como IES, como experientes com diversos Programas de Pós-Graduação.

No entanto já interagem em rede há mais de 8 anos.

O Regulamento explicita este aspecto e suas regras.

Antecedentes (histórico) da iniciativa

Em 2005 foi identificada a demanda social de formação de recursos humanos em nível de PG em PI e TT. Desde então esta ação e a identificação de suas soluções tem sido objeto de discussão compartilhada de modo público em nível regional e nacionalmente em diversos eventos como os do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia – FORTEC-NE ENAPID do INPI, Regional Nordeste do FORTEC – FORTEC-NE, em visitas técnicas a cada uma das 41 ICTs da Rede NIT-NE, e em reuniões com nossos Coordenadores de PG, entre outros.

Nestes anos foi construída a massa crítica de orientadores das áreas de Ciências Exatas, da Terra e Saúde / Biológicas com perfil de experiência de orientação de mestrado, coordenação de projetos de pesquisa, em conjunto e individuais, a e qualidade de produção validada (por serem pesquisadores do CNPq) compreendendo profissionais com experiência na criação e coordenação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), incubadoras, parques tecnológicos.

Paralelamente, o corpo docente também teve ampla experiência de atuação em rede através das atividades e ações da Rede NIT-NE e, inclusive orientação através do Programa em Rede (RENORBIO).

Constituição da Rede NIT-NE

A Rede NIT-NE (Figura 1) foi criada em 2005, consistindo numa rede de Propriedade Intelectual e de Transferência de Tecnologia (PI e TT) centrada em Ciência, Tecnologia e Inovação (C,TeI). A adesão à Rede NIT-NE ocorre através de solicitação do gestor de cada instituição e implica em partilha do ferramental e das ações em PI e TT, exceto o que concerne ao ativo intangível. No momento, tem como âncora a UFBA e compreende universidades, centros de pesquisa, o setor governamental e o setor empresarial.

A Rede NIT-NE é oriunda da região NE do Brasil e atua não só na região NE do Brasil como também em estreita colaboração com as outras regiões e até outros países. Tem partilhado amplamente os textos de projetos que ganhou e submeteu para financiamento, o material didático desenvolvido, com as outras instituições através de seu KIT-NIT, além de outras ações.

Através do Portal da Inovação da Rede NIT-NE (www.portaldainovacao.org), são veiculados os produtos, as ofertas e as demandas das organizações participantes.

A Rede NIT-NE tem tido crescimento exponencial do número de PIs apropriadas junto ao INPI, tanto nacional como internacionalmente através do Patent Cooperation Treaty (PCT).

Rede NIT-NE - 2013

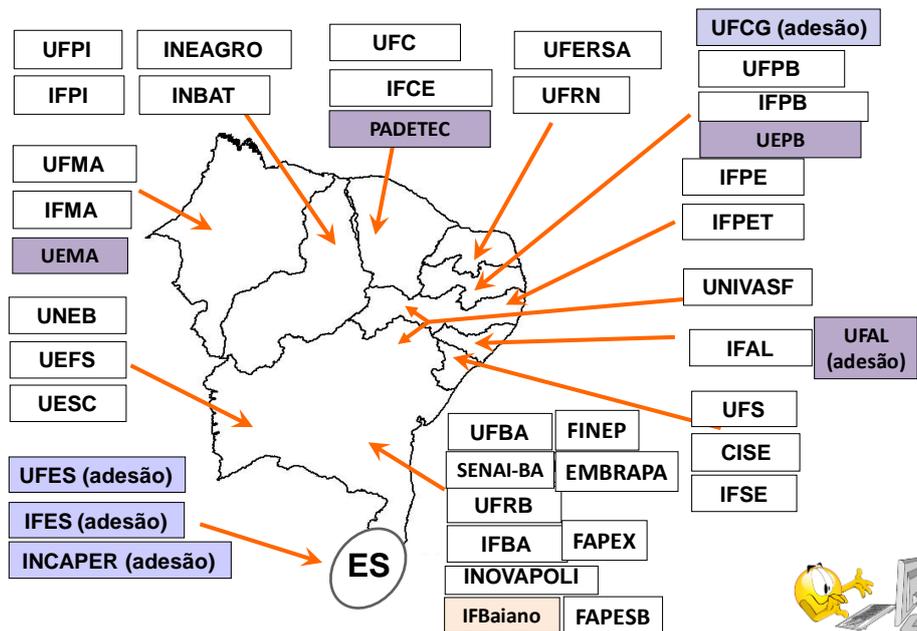


Figura 1: Rede NIT-NE em janeiro de 2013 (esta figura é apenas ilustrativa para os pareceristas e não será possível ser carregada na página de internet da CAPES da APCN).

A decisão de criar pós-graduações nasceu em 2008 e avançou através da distribuição de tarefas em 2010, constituindo equipes para estudarem a viabilidade de Mestrados Profissionais, Mestrados Acadêmicos e Doutorados.

Em 2011 foi aprovada pela CAPES a APCN institucional da UFS de Mestrado em Ciência da Propriedade Industrial com o corpo docente local e, para aumentar a massa crítica e complementar competências, com dois professores colaboradores / participantes externos de nível 1 do CNPq.

A demanda social ficou claramente evidenciada pela primeira seleção deste Mestrado que teve uma enorme relação candidato/vaga (12,2), com candidatos oriundos de diversos estados (Paraná ao Maranhão), diversos deles atuando em NITs ou bolsistas e ex-bolsistas da Rede NIT-NE, mostrando de modo mensurável a necessidade de outros programas de mestrado.

Finalmente, foi tomada a decisão na reunião da Rede NIT-NE (21 de novembro de 2012, em Salvador) de que seria elaborada uma APCN de doutorado interinstitucional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (PI e TT), APCN esta que está sendo enviada.

Diversos professores desta APCN participam como docentes dos cursos básico, intermediário e avançado do INPI / OMPI, em diversos temas, mostrando a integração com outros programas de pós-graduação de âmbito nacional.

Nos estados foram sugeridas e criadas as redes estaduais de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia, congregando os setores acadêmico, empresarial e governamental.

Por exemplo, a Rede de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia da Bahia – REPITTEc (http://www.fapesb.ba.gov.br/?page_id=213), motivada pela política de C,TeI do Estado da Bahia (formulada em 2003, juntamente com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) do Estado) foi criada em Agosto de 2005 e tem como missão contribuir para a integração e o fortalecimento da

Propriedade Intelectual (PI) e transferência de tecnologia na Bahia, a fim de sustentar o sistema de inovação do Estado.

A REPITec, um instrumento estratégico de sensibilização quanto à importância da Propriedade Intelectual (PI) e Transferência Tecnológica (TT) no Estado, atua através do oferecimento de capacitação, formação, disseminação da cultura de propriedade intelectual nas Universidades, Institutos de Pesquisa, Centros Tecnológicos, além de pesquisadores, empreendedores e dos Núcleos de Inovação Tecnológica do Estado, além de apoiar na discussão e formulação de políticas públicas de Propriedade Intelectual para o Estado da Bahia. Tem como objetivos:

- Disseminar a cultura de PI e de transferência de tecnologia;
- Promover a formação e a capacitação em PI e transferência de tecnologia no Estado;
- Ampliar o acesso à informação e integrar a oferta e a demanda por PI e transferência de tecnologia;
- Ajudar na proposição de diretrizes visando desenvolver melhor políticas públicas na área de PI no Estado da Bahia;
- Otimizar processos e promover melhores práticas de gestão da Rede;
- Apoiar as Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), as empresas e os empreendedores no uso do sistema de propriedade intelectual e de transferência de tecnologia;
- Articular projetos para seus parceiros que sejam relevantes o desenvolvimento tecnológico do Estado.

Um outro exemplo é a Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica do Ceará (Redenit - CE) que foi criada em conformidade com as leis de inovação existentes e visa organizar e estimular a parceria entre os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), públicas e privadas, sediados no Ceará.

A RedeNit-CE tem como objetivo identificar e gerar estratégias para que a grande quantidade de pesquisas desenvolvidas pelas ICTs transforme-se em inovação e negócios, contribuindo para o desenvolvimento, a proteção e a transferência da inovação tecnológica para o mercado.

Além disso, a RedeNit-CE propõe-se a apoiar as ICTs parceiras na estruturação e no fortalecimento de seus NITs para exercerem suas competências atribuídas por lei.

Atuação da RedeNit-CE:

- Gestão da Inovação Tecnológica e da Propriedade Intelectual
- Desenvolvimento de Competências
- Fortalecimento Institucional
- Transferência de Tecnologia para o mercado

Atividades de Extensão Acadêmica

As atividades de Extensão Acadêmica têm sido intensas desde 2007, através de oficinas, cursos de extensão e eventos de formação organizados de modo integrado e em rede. As ações de capacitação em Propriedade Intelectual (PI) e Transferência de Tecnologia (TT) desenvolvidas e compartilhadas pelas 41 Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) participantes da Rede NIT-NE objetivando inserir estes conceitos essenciais para o paradigma da inovação. Os temas básicos são prospecção tecnológica, elaboração de textos de patentes, negociação e contratos de PI e TT, plano de negócios e pesquisa de mercado. São mostrados e disponibilizados os instrumentos didáticos desenvolvidos, seus repositórios, a bibliografia desenvolvida, e os instrumentos criados para futuro desenvolvimento continuado, utilizados na Região Nordeste do Brasil (NE), no Brasil e no exterior. São apresentados indicadores de eficiência, eficácia e efetividade

No NE do Brasil, na última década, um grupo de pesquisadores predominantemente de ciências exatas, da terra, engenharias, ciências biológicas e saúde, a sua maioria bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq ou ex-bolsistas que perderam suas bolsas ao escolher residir no NE, e vários com diversos produtos desenvolvidos no âmbito das Redes NNE do CTPETRO/FINEP, Fármacos, Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO), entre outros, sentiram a necessidade da apropriação para valorizarem a tecnologia desenvolvida e procedem à Inovação Tecnológica. Deram então início à criação dos NITs em suas instituições e procuraram se capacitar.

Estavam no seu início os cursos de atualização docente e/ou de formação específica ministrados pelo INPI e pela Organização Mundial e Propriedade Intelectual (OMPI) (OMPI, 2006), que geraram depois a Academia do INPI. No entanto o número de vagas era baixo e nem sempre era acessível em termos de sua localização geográfica dadas as dimensões continentais do Brasil.

Assim, conscientes desta necessidade, os pesquisadores os NITs do NE passaram a atuar como replicadores e disseminadores dos conceitos de Propriedade Intelectual e de Transferência de Tecnologia.

Foram escolhidos os seguintes focos:

- Prospecção tecnológica
- Elaboração de textos de patentes
- Negociação e contratos de PI e TT
- Plano de Negócios e Pesquisa de Mercado

A fração do tecido social escolhido como público alvo foram os desenvolvedores de tecnologia, atuando ativamente em pesquisa aplicada e precisando de ferramental de Prospecção Tecnológica, Propriedade Industrial, Transferência de Tecnologia e sua gestão (QUINTELLA, 2008). Houve um esforço especial em priorizar a capacitação dos recursos humanos de fato desenvolvendo tecnologia em vez daqueles apenas gerenciando.

Por exemplo, se o profissional não sabe o que é um composto ativo policíclico aromático substituído, dificilmente conseguirá processar dados de patentes, prospectá-los, ler e escrever textos de patentes, e, aspecto crucial, negociar e transferir de modo equilibrado e justo a tecnologia. Assim, para ter uma boa gerência com base tecnológica é indispensável que o gestor conheça de fato o assunto, e, preferencialmente, tenha ou esteja trabalhando em PeD no tema.

O nível de qualificação do público alvo foi extremamente dependente da fase e do formato da capacitação disponibilizada.

Aqui focaremos três aspectos destas ações:

1. Oficinas / Treinamentos Mão-na-Massa
2. Disciplinas de pós-graduação (PG) e de graduação (GR)
3. CAPACITE

No início eram mostrados exemplos finalizados do produto a ser desenvolvido ao final da capacitação (prospecção, patente escrita, contrato escrito, planilha de termos de negociação). Depois foram mostrados os produtos parciais a serem alcançados a cada meio dia de trabalho, de modo a criar gradativamente o produto final, sendo definido um cronograma. Frequentemente o cronograma era alterado de acordo com o andamento das atividades dos participantes.

Foi comum os participantes acharem que era impossível cumprir o cronograma no início, no entanto, a partir do segundo terço da formação, sua impressão já estava diferente dado a ter sido inserido com sucesso o paradigma e terem sido substituídos os pré-conceitos por conceitos e formas de percepção próprias construídas ao longo de sua capacitação.

A carga horária de palestras e aulas com projeção de slides foi pequena, tentando se manter em níveis inferiores a 20%, sendo privilegiados os momentos de cada participante construir seu próprio produto,

debater e criar perspectivas de aplicações no que ele faz quotidianamente e embasado em seus conhecimentos prévios.

Durante o desenvolvimento, tornou-se essencial que os professores/treinadores aceitassem velocidades diferentes dos participantes no desenvolvimento de seu produto parciais, de modo muito semelhante ao método Piaget, mantendo-se a ordem sucessiva dos produtos parciais.

Foram disponibilizados diversos instrumentos didáticos visando cobrir a cadeia de apropriação do conhecimento, de inserção de paradigma e seu desenvolvimento posterior de modo individual, para facilitar a aproximação dos alunos com os temas, deste modo acelerando a inclusão do paradigma em suas realidades.

Todos os participantes tiveram que assinar um termo de sigilo de informação para que se pudessem utilizar exemplos concretos de PI e TT de suas instituições.

Os produtos foram desenvolvidos de modo individual ou em grupos de dois participantes com temas específicos e reais do se quotidiano profissional de pesquisadores e gestores de NITs.

Os instrumentos didáticos utilizados são, entre outros:

- Ementas e programas de disciplinas;
- Exemplos concretos de buscas de anterioridade;
- Arquivos texto com esqueletos de patentes (relatório descritivo, resumo e reivindicações);
- Planilhas Excel com esqueletos para prospecção tecnológica (gráficos automáticos com mineração de textos básica);
- Tabelas de royalties para diversos campos tecnológicos;
- Rotinas passo-a-passo para baixar patentes da Espacenet, artigos da Web of Science, usar funções do Excel, etc.;
- Esqueletos de apresentação de slides para resultados finais.

Os repositórios de material são, entre outros:

- Portal da Inovacao (www.portaldainovacao.org);
- DVD com o KIT-NIT gestão (disponível em CD/DVD sob demanda);
- DVD com o KIT-NIT Didático (disponível em CD/DVD sob demanda);
- Email no gmail com todo o material didático (acesso disponível sob demanda).

A bibliografia desenvolvida é, entre outras:

- Livro CAPACITE – Capacitação em Inovação Tecnológica para Empresários (ISBN 978-85-7822-167-6) (RUSSO, 2011a);
- Livro CAPTURA DE CO2: Panorama (Overview) - Mapeamento Tecnológico da Captura de CO2 baseada em patentes e artigos (ISBN 978-85-60667-63-5);
- Cartilha da PI (ISBN ISBN 978-85-60667-52-9) (QUINTELLA e col., 2006);
- Cartilha Noções sobre Propriedade Intelectual ISBN 9788757822171);
- Outras cartilhas das diversas de várias instituições sem ISBN;
- Revista “Cadernos de Prospecção” (ISSN 1983-1358) em fase de registro no LatinDex e no CrossRef. (www.redenit-ne.net/ojs-2.3.0/index.php/index/index);
- Revista Gestão, Inovação e Tecnologias – GEINTEC (ISSN 2237-0722) com registro no LatinDex e no CrossRef. (www.revistageintec.net).

Os instrumentos criados para futuro crescimento pessoal e aperfeiçoamento através de desenvolvimento pessoal continuado são, entre outros:

- I ProspeCTI 2011 - I Congresso Brasileiro de Prospecção Tecnológica – que teve como Tema Básico: a Prospecção Tecnológica, sua melhoria e sua prática, rodadas de negociação e a consequente transferência de tecnologia e, como sub-tema, a visão estratégica a produção de ciência, tecnologia e inovação (C,TeI) otimizando a contribuição para políticas de longo termo, estratégias e planos, e processos de tomada de decisão referentes à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,DeI), reunindo gestores e representantes de Núcleos de Inovação Tecnológica de Instituições Científicas e Tecnológicas de todas as regiões do País. Na primeira edição, em 2011, houve submissão de 60 artigos, sendo 2 recusados por estarem fora do escopo e os demais aceites com correções pela revista “Cadernos de Prospecção” (ISSN 1983-1358), com um público de 213 participantes de 42 instituições de 18 estados (AL, BA, CE, DF, ES, GO, MS, MG, PA, PR, PB, PE, PI, RJ, RN, SC, SP, SE), 3 participantes de Portugal e 1 da Espanha.
- I Workshop de Biotecnologia em Produtos Farmacêuticos: Desenvolvimento, Produção e Regulamentação. Fortaleza- Ceará, 2011.
- I Simpósio Internacional de Indicações Geográficas - São Luis/MA, de 16 a 18 de novembro de 2011, com os objetivos de propor a consolidação da cultura de inovação tecnológica no Estado e incentivar a comunidade acadêmica e a classe empresarial a desenvolver projetos de inovação e a realizar transferências de tecnologias, bem como fortalecer o movimento pelas indicações geográficas, fornecendo informações necessárias ao público quanto à importância e a necessidade da Proteção Intelectual para o crescimento social.

II ProspeCTI 2012 em Salvador, BA

II Simpósio Internacional de Indicações Geográficas 2012 em Fortaleza, CE.

Oficinas / Treinamentos Mão-na-Massa

O objetivo básico foi desmistificar o triplo preconceito de que “é difícil, e caro e é só para grandes empresas e advogados” dentro do âmbito de professores e alunos e empresários envolvidos nas ações da ICTs, especialmente aquelas relacionadas ou geridas pelos NITs, e as já atuantes em desenvolvimento de produtos, desenvolvimento tecnológico, empreendedorismo e inovação tecnológica. Para isso foram envolvidos professores, alunos e funcionários envolvidos com programas de pós-graduação, parque tecnológicos, incubadoras, além dos bolsistas DTI e de estudantes de graduação em fase de iniciação científica ou tecnológica, empresários locais e representantes do setor governamental.

As atividades de formação duram três dias integrais com tarefas noturnas em grupo e sempre incluem momentos lúdicos como jantares, lanchinhos, idas ao shopping local, etc. Muitas das tarefas foram realizadas em conjunto em mesas de bar, deste modo associando a vida cotidiana dos participantes aos aspectos do novo paradigma. Procura-se com esta metodologia que a obrigatoriedade de aplicação prática na simulação permita uma maior absorção e fixação do conhecimento. A atividade lúdica é complementada com a metodologia desenvolvida de aprendizagem do conteúdo do tema a ser tratado. Isto é potencializado pelo estabelecimento de trabalho cooperativo possibilitando maiores ganhos na aprendizagem.

O local de realização migrou pelas cidades do NE do Brasil, sendo sempre organizado pela instituição local.

Não houve seleção de inscritos, tendo sido aceites todos aqueles motivados a trabalhar duramente por três dias.

Os professores / treinadores foram escolhidos cuidadosamente entre profissionais com grande experiência didática e que, de fato, fazem as atividades que iram ministrar em seu dia-a-dia. Para que a inserção de paradigma fosse mais efetiva, sempre se misturou convidados do INPI, SEBRAE, etc. com profissionais “prata da casa” de modo a que os de fora não alcançassem mais de 50%.

Os professores foram apoiados por um número considerável de monitores que já sabiam fazer os passos básicos e apoiaram os alunos no desenvolvimento dos produtos parciais de cada etapa.

Aos participantes foram colocadas duas exigências: presença integral participando ativamente das atividades; ao final, apresentar para os outros participantes um mini-seminário com os resultados específicos aplicados ao seu cotidiano e alcançados ao longo dos três dias.

Disciplinas de Pós-Graduação e Graduação

Após as atividades de extensão, por já existir massa crítica de professores com a inclusão do paradigma de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia. O objetivo básico foi capacitar os alunos trabalhando em PeD e os com empresas incubadas ou pré-incubadas a fim de apropriar seus produtos com qualidade.

Inicialmente foram submetidas aos colegiados de cursos e aprovadas como Tópicos Especiais. Mais tarde diversas passaram a ser oferecidas como disciplinas específicas optativas. Em algumas instituições estas disciplinas são apoiadas financeiramente para desenvolvimento de material didático em português e para pagamento de monitores.

As disciplinas foram oferecidas garantindo vagas para todos os colegiados com alunos interessados, independentemente da sua área do conhecimento.

Antes de serem oferecidas, foram divulgadas através de:

- Palestras inseridas em eventos já existentes nas várias áreas do conhecimento, mostrando a sua necessidade e informando como e quando se inscrever;
- Informações a inventores que procuraram os NITs interessados em escrever suas próprias patentes, a exemplo dos seus próprios artigos;
- Mídia eletrônica institucional como homepages, Portal da Inovação da Rede NIT-NE, etc.;
- Encorajamento de participação como ouvintes ou alunos especiais.

As aulas foram ministradas tanto quanto possível em ambientes com acesso a internet e foi estimulado que os alunos trouxessem seus próprios computadores.

Atuaram como monitores alunos que cursaram antes as disciplinas, deste modo reforçando a impressão de “se ele pode, eu também posso”.

Foi utilizado o lema: “Não conseguiu fazer? Não tem problema, traga o que fez para a aula que faremos juntos.”

Foi muito utilizado o processo de aprender com o seu erro e com os erros dos outros: um aluno mostrava o que tinha feito e os demais sugeriam melhorias. Deste modo, não só os alunos conscientizaram os erros mais comuns, como também se apropriaram da capacidade de corrigi-los e de ajudar os demais a melhorar seus produtos (“se aprende melhor ensinando o próximo”), aumentando a confiança e sedimentando o novo paradigma.

Foi sugerido aos alunos que transformassem seus produtos finais em capítulos ou anexos de suas dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso, tendo sido aceite e utilizado de modo geral.

Como exemplos das disciplinas ministradas nas pós-graduações e graduações temos:

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia dos Alimentos): PCTA-103- Inovação Tecnológica e desenvolvimento de novos produtos;
- Portugal, Escola superior de Tecnologia de Setúbal, IPS (Mestrado em Tecnologia Ambiental): MTA21111 - Tecnologias Avançadas e Transferência de Tecnologia em Ambiente;

- RENORBIO (DR Biotecnologia): NC0044 - Bionegócios e marcos legais em biotecnologia;
- UESB, Campus de Jequié (Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Programa de Pós-Graduação em Química) – Prospecção Tecnológica e Elaboração de Patentes;
- UFBA, Campus de Barreiras, Curso de Administração (Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e tecnologia): IAD043 - Gestão da Produção;
- UFBA, Campus de Barreiras, Curso de Administração (Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e tecnologia): IAD043 - Gestão da Produção;
- UFBA, Campus de Salvador, Instituto de Química (Licenciatura e Bacharelado em Química): QUI-A34 - Prospecção Tecnológica;
- UFBA, Campus de Salvador, Instituto de Química (Programa de Pós-Graduação em Química): QUI-702 - TEQI Ciência e Inovação;
- UFBA, Campus de Salvador, Instituto de Química (Programa de Pós-Graduação em Química): QUI-B27- Prospecção Tecnológica;
- UFBA, Campus de Salvador, Instituto de Química (Programa de Pós-Graduação em Química): QUI-B78 Propriedade Intelectual e seu Licenciamento e Transferência de Tecnologia;
- UFC (PG Farmacologia): SGP 848 - Tópicos Avançados em farmacologia III;
- UFPR, Departamento de Química (Licenciatura e Bacharelado em Química): CQ 057 - Tópicos Especiais em Química I: Patentes, Marcas e Propriedade Intelectual e prospecção tecnológica. Licenciatura e Bacharelado em Química;
- UFPR, Departamento de Química (Pós-graduação em Química): CQ7357 - Patentes, Marcas e Propriedade Intelectual e prospecção tecnológica;
- UFS, Departamento de estatística e ciências atuariais: 108-026 - Tópicos Especiais em Estatística;
- UFS, Núcleo de Engenharia de Produção (Graduação): 113059 - Laboratório de Propriedade Intelectual.

Indicadores

Foram desenvolvidos indicadores e têm sido aplicados com o objetivo de avaliar continuamente e melhorar as ações, avaliar a metodologia e propor mudanças de metodologia para as capacitações seguintes. Como exemplo, mostramos os selecionados para avaliação das disciplinas de pós-graduação e graduação.

Os indicadores diretos foram:

- Número de alunos inscritos
- Número de alunos que finalizaram a disciplina
- Número de patentes consultadas
- Número de Temas de prospecção
- Número de alunos com nota acima de 7,0
- Número de alunos com nota acima de 5,0
- Número de alunos que utilizaram a sua prospecção na pesquisa
- Número de alunos que utilizaram a sua prospecção na IC
- Número de alunos que recomendam a disciplina

A partir dos indicadores diretos foram construídos nove indicadores indiretos de eficiência, efetividade e eficácia.

Os indicadores de eficiência cresceram à medida que as disciplinas eram ministradas, o que está sendo atribuído à melhoria da metodologia e ao maior entendimento dos inscritos dos objetivos das disciplinas e das habilidades que são incorporadas a sua formação.

Os indicadores de eficácia estão vinculados à finalização das disciplinas, evidenciando que, uma vez que os alunos frequentam, seu aproveitamento é praticamente de 100% com nota acima de sete, mostrando um bom desempenho e uso eficaz do tempo dos docentes e discentes.

Os indicadores de efetividade também são altos, indicando inserção de paradigma, sendo perto de 100%, mostrando que os alunos estão utilizando seu produto final nas atividades de PeD e, até, como vários são também donos de empresas incubadas, em suas empresas de base tecnológica.

É assim possível observar um padrão de, uma vez que os alunos apreendem e incorporam o novo paradigma, seu envolvimento e alcance de produtos esperados nas disciplinas é garantido. Os casos onde não houve finalização das disciplinas pelos alunos estão usualmente associados a imprevistos de saúde que requereram abandono de todas as atividades acadêmicas.

Esta proposta de criação do doutorado interinstitucional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia é fruto de um amadurecimento de 8 anos, ocorrido durante a existência da Rede NIT-NE.

A experiência de interação interdisciplinar em rede ocorre desde 2005 quando a Rede NIT-NE foi criada, incluindo capacitação de recursos humanos, eventos, criação e gestão de Núcleos de Inovação tecnológica (NITs), entre outros.

Adicionalmente, esta APCN caracteriza-se por conter uma concretização do que já vinha sendo realizado pela Rede NIT-NE em diversas frentes que incluíam também a formação de recursos humanos. cremos que apenas uma área de concentração nos permitirá focar claramente o nosso objetivo.

Os docentes têm mostrado ao longo dos 8 anos de existência da Rede NIT-NE em que atuaram em suas IES e ICTs na criação e coordenação dos NITs e interagiram formando o seu Sistema Institucional de Inovação, que estão dispostos a abrir as fronteiras do conhecimento, com experiência, competência e produtividade nas respectivas especialidades, se adequando a necessidade de formação disciplinar diversificada tão necessária à PI e TT, tendo já projetos de pesquisa em andamento. Esta interação tem permitido ao corpo docente ampliar a base dos seus conhecimentos fora de sua área de especialização, tendo permitido já aprofundar processos de cooperação produtivos, que são essenciais num Programa em Rede de PI e TT.

Assim, esta APCN visa utilizar o conhecimento adquirido e a riqueza social da interação de mais de 8 anos pela Rede NIT-NE, promovendo o saber em PI e TT, o desenvolvimento e a inserção social do conhecimento produzido.

CAPACITE

Esta foi a terceira abordagem, por já existir massa crítica de professores experientes e haver demanda clara do setor empresarial da inclusão dos conceitos de propriedade intelectual e transferência de tecnologia essenciais para a inovação tecnológica. O objetivo básico foi capacitar os empresários e potenciais novos empresários para os quesitos relativos à inovação de base tecnológica, dando-lhe um panorama geral dos seguintes itens:

- Política Nacional de C,TeI
- Gestão Empreendedora e de Inovação
- Propriedade Industrial (Legislação, Patentes, Marcas, Indicações Geográficas, Desenho Industrial, Software, Direito Autoral);

- Prospecção Tecnológica
- Propriedade Industrial no Agronegócio e na Biotecnologia
- Noções de Elaboração de Projetos de P,DeI
- Transferência de Tecnologia
- Gestão e Comercialização de Tecnologia
- Como investir e gerenciar projetos ligados à Lei de Informática e Lei do Bem
- Normalização e Avaliação de Conformidade
- Metrologia

A programação consiste de cinco fins de semana com aulas sexta feira ao final do dia e sábado de manhã e de tarde, divididos em 15 módulos de quatro horas cada, num total de 60h.

O responsável pela organização é o NIT local, tendo sido articulado com os órgãos locais como SEBRAE, IEL, Federações Estaduais da Indústria, redes de incubadoras, setor de inovação das FAPs, redes de PI e TT locais, secretarias estaduais de Indústria, Comércio e Mineração e de Ciência, Tecnologia e Inovação, SENAI, parques tecnológicos, entre outros.

Foi escrito um livro texto básico e os seus autores são os professores / treinadores de vários estados dentro do âmbito da Rede NIT-NE, profissionais com grande experiência didática e que de fato realizam em seu dia-a-dia as atividades que ministram. Está-se agora produzindo o segundo livro texto e revisando o primeiro.

Ao final de cada módulo, os professores são avaliados e os ajustes incorporados.

Atualmente, as ações são financiadas por projeto contemplado no Edital MCT/CNPq 27/2009 – Capacitação Empresarial para a Inovação (www.portalcapacite.com.br), sendo a equipe formada por universidades de 8 estados do nordeste, totalizando 12 instituições das 38 participantes da Rede NIT-NE (UFBA, UFS, UFPI, UFMA UESC, IFCE, IFAL, IFMA, IFS, IFPB, IFCE, IFPI, IFBA, e IFPE), com objetivo de capacitar, através de cursos de curta duração, empresários para o empreendedorismo inovador, contribuindo com os esforços de inovação na região NE do Brasil, focando em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia.

Criação da revista “Cadernos de Prospecção” - ISSN 1983-1358 (print) 2317-0026 (online)

A criação da revista foi uma necessidade identificada no âmbito da Rede NIT-NE por não existirem veículos adequados em português.

A revista, da Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) é organizada pelo seu Conselho Editorial.

Apresenta como objetivo a publicação de artigos científicos inéditos relacionados com a temática.

A revista Cadernos de Prospecção publica prospecções tecnológicas baseadas em indicadores de Propriedade Industrial com identificação de gargalos e oportunidades tecnológicas (mapeamentos patentários, prognósticos tecnológicos; previsão tecnológica; monitoramento tecnológico; vigilância tecnológica; mapas tecnológicos e outros similares).

São preferidos artigos sobre os temas prioritários das Áreas Estratégicas do Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI) do Brasil que subsidiem tomadas de decisão em diversos contextos da sociedade como visões de futuro, road maps, subsidia planejamento estratégico, competitividade tecnológica e transferência de tecnologia, entre outros.

O processo de avaliação dos artigos conta com uma avaliação cega por pares, sendo seu corpo editorial e avaliadores originários das mais diversas instituições, nacionais e internacionais.

Em 30 de dezembro de 2012 estavam envolvidos com a revista 12 editores de seção, 153 avaliadores, 79 autores e 73 autores potenciais com manuscritos submetidos.

Esta iniciativa se deve ao fato de existir poucos veículos de comunicação na área, principalmente com o enfoque interdisciplinar, tanto nacional como internacionalmente. Cabe destacar que esta revista é a primeira da área com o referido enfoque no Brasil.

O volume 1 número 1 da revista foi publicado em 2008, com previsão de periodicidade semestral, e teve uma tiragem três mil exemplares estando esgotado. Em março de 2009, com o incêndio do Instituto de Química da UFBA, foi perdido o material eletrônico e em papel. Usando o que foi possível salvar após os 5 meses em que o local ficou interditado por motivos de segurança, foi editado o último número só em papel. A revista foi então reformulada usando o sistema OJS (<http://www.redenit-ne.net/ojs-2.3.0/index.php/01/about/index>), sendo publicados os números atrasados devido ao sinistro ocorrido. Hoje tem periodicidade trimestral dada a alta demanda de submissões.

O Corpo Editorial compreende: Cristina M. Quintella (UFBA, Brasil), Brasil [Editora Gerente]; Rita Pinheiro-Machado (INPI), Brasil; Márcio das Virgens Rebouças (Braskem), Brasil; Paula Ana Santana Musse (CENPES/PETROBRAS), Brasil; Cristiane Carla Gonçalves (FORD), Brasil; Ana M. T. Mata (ESTSetúbal), Portugal; Ana Eleonora Paixão (UFS), Brasil; Ferlando Lima Santos (UFRB), Brasil; Washington Franca Rocha (UEFS), Brasil; Suzana Leitão Russo (UFS), Brasil; Maria Alice Santos Ribeiro (Sistema de Bibliotecas, UFBA), Brasil.

O público-alvo são iniciantes, alunos de graduação e pós-graduação, assessores e gestores. Contribui para substituir o paradigma da “impossibilidade e dificuldade da Prospecção Tecnológica”, tornando-a uma ferramenta rotineira, podendo ser utilizada nos processos de tomada de decisão em diversos contextos da sociedade. Visa ainda facilitar a apropriação com qualidade da PI e melhorar a gestão da inovação, ao aumentar o senso crítico e ampliar a visão dos gargalos tecnológicos e das oportunidades a eles associadas. Desta forma potencializa o discernimento em ações de desenvolvimento econômico e social.

A relevância da revista Cadernos da Prospecção se torna ainda maior neste momento em que o Brasil aprimorara o seu Sistema de Inovação. Ora, no Brasil, ao contrário dos outros países, cerca de 80% dos recursos humanos potencialmente geradores de P,DeI (engenheiros e pesquisadores) estão no setor acadêmico. Hoje, o Brasil possui ~3% da população mundial, ~2,2% do PIB mundial e mais de 2% dos artigos indexados, tendo, no entanto, menos de 0,1% de patentes.

A revista atende diversas ações estratégicas em C,TeI como Inclusão e Desenvolvimento Social, Consolidação, Expansão e Integração do Sistema Nacional; Tecnologia Industrial Básica; Capacitação de Recursos Humanos; Difusão e Popularização; Inovação para Competitividade, entre outras.

Criação da revista “GEINTEC – Gestão, Inovação e Tecnologias” (ISSN 2237-0722)

Visto não existirem periódicos científicos na área Interdisciplinar específico sobre Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologias criou-se um veículo adequado para essa área em português. A revista, da Editora da Universidade Federal de Sergipe (EDUFS) é organizada possuindo Conselho Editorial e Conselho Consultivo avaliado às cegas por pares, sendo seu corpo editorial e avaliadores originários das mais diversas instituições, nacionais e internacionais.

A revista tem publicação online, interdisciplinar e trimestral, aberta à comunidade científica para divulgação de artigos originais e resultados de pesquisas em Gestão, Inovação e Tecnologias, contribuindo para a difusão, diálogo e intercâmbio de conhecimentos teóricos ou aplicados, envolvendo as temáticas a seguir: Propriedade Intelectual (Patente, Marca, Desenho Industrial, Indicação Geográfica, Programa de Computadores, Direito do Autor), Prospecção Tecnológica, Inovação e Desenvolvimento, Gestão de Projetos, Empreendedorismo Inovador e Transferência de Tecnologias.

A primeira edição foi agosto de 2011, hoje estando na 8ª edição e possui com 03 Editores, 08 Editores Consultivos (todos externos a UFS), 30 pessoas do Conselho Editorial (destes apenas 11 são da UFS).

Possui 229 autores com publicação e já foram publicados 72 artigos. Cabe destacar que esta revista é a primeira da área com o referido enfoque no Brasil. A Revista apesar de nova já possui Qualis da Capes em duas áreas da Administração (B4), Engenharias II (B4).

Informar como está estruturada ou organizada a Associação

Favor ver a proposta de Regimento que acompanha este material.

Adicionalmente, já foi realizada em 20 de março de 2013 a assembleia de fundação da organização da sociedade civil:

Associação Para Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia - APPITTE

A APPITTE é uma associação de pessoas físicas e pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de âmbito nacional e de duração indeterminada, que se rege por este Estatuto Social e legislação aplicável, com seus atos constitutivos devidamente registrados no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e teve sua origem na Rede NIT-NE e suas ações, visando atingir metas e atividades conjuntas, têm sido realizadas de modo conjunto desde 2005, através de financiamentos pela FINEP, FAPESB, CNPq e CAPES entre outras fontes de financiamento.

A APPITTE tem como finalidades:

- I. atuar em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia em todos os seus aspectos, notadamente o Direito da Propriedade Industrial, Direito Autoral, Direito da Concorrência, Desenvolvimento Tecnológico, Negociação de Tecnologias, e Inovação Tecnológica, bem como de outros ramos relativos ou afins;
- II. congregar pesquisadores, professores, profissionais e estudantes, dos diversos setores da sociedade como empresas, governo, academia, terceiro setor, e organizações em geral que tenham interesse em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia;
- III. realizar reuniões periódicas em diversos pontos do país;
- IV. incentivar e promover o intercâmbio entre profissionais de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia do Brasil e do exterior;
- V. promover o intercâmbio com sociedades congêneres;
- VI. promover a ampla utilização da Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia;
- VII. estimular a pesquisa, desenvolvimento tecnológico, promoção de estudos, debates e conferências de alto nível em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia e, conseqüentemente, promover sua divulgação por meio de publicações próprias ou de terceiros;
- VIII. promover de conferências, congressos, seminários, simpósios, mesas redondas e certames sobre matérias relativas a Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia, de natureza jurídica, técnica e cultural, bem como o desenvolvimento de atividades e projetos culturais, incentivados ou não, diretamente pela ABPITT ou por terceiros contratados para esse fim;
- IX. incentivar, apoiar e promover a formação de recursos humanos nos diversos níveis em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia do Brasil e do exterior;

X. oferecer assessoria e colaboração, no setor de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia;

XI. promover a edição e comercialização de publicações sobre matérias relativas a Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia e sobre as atividades da Associação em seu sítio eletrônico na Internet;

§ 1º. Para atender às suas finalidades, a ABPITT poderá constituir-se em grupo nacional de pessoas físicas, entidades ou associações de âmbito internacional com objetivos correlatos.

XII. zelar pela liberdade de ensino e de pesquisa, bem como pelos interesses científicos e profissionais da área de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia;

XIII. estimular a ética profissional e a integridade intelectual.

Objetivos, Área de Concentração, Linhas

Nível: Doutorado

Nome: Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

Áreas de Concentração

Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

Descrição:

1.000 caracteres

Esta APCN foca a formação de recursos humanos para trabalhar em ambientes de inovação de diversos níveis e nos vários setores da sociedade (acadêmico, empresarial, governamental, e sociedade civil organizada).

Seu foco é a interdisciplinaridade necessária à apropriação do desenvolvimento tecnológico, utilização estratégica dos ativos de Propriedade Intelectual e sua Transferência de Tecnologia como força propulsora do sistema de inovação, impactando diretamente na qualidade de vida da sociedade local, regional, nacional ou global, alterando positivamente índices como o Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), entre outros.

Será sempre buscado o perfil de bons profissionais alicerçados em conhecimentos sólidos disciplinares, que pesquisem e construam com enfoque interdisciplinar abordando diferentes aspectos da PI e TT.

O profissional deverá desenvolver as suas competências interdisciplinares em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia. Dentre as habilidades que podem ser adquiridas, a depender das disciplinas escolhidas por cada doutorando estão metodologia da pesquisa científica e tecnológica, políticas públicas de C,TeI, capacidade de realizar prospecção tecnológica e de compreender, coletar e gerar indicadores científicos e tecnológicos e sua análise qualitativa e quantitativa estatística, assim como elaborar projetos em C,T.

Linhas de Pesquisa

Propriedade Intelectual em Setores Estruturantes (PI)

Área relacionada: Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

Descrição:

Esta linha visa desenvolver estudos analíticos sobre a produção PI e a qualidade de sua apropriação, seja nos campos emergentes e estratégicos, seja nos não usuais, mas com alto potencial de futuro, e pensar como os resultados da pesquisa e desenvolvimento podem ser apropriados de forma a aumentar o potencial de serem utilizadas pela sociedade, transformando-se em inovação e gerando melhorias.

Serão abordados tópicos como Propriedade Intelectual (PI) e seus impactos mensuráveis em inovação de base tecnológica, assim como interdisciplinaridade da PI e de suas várias modalidades e seus modos de inserção nas várias áreas do conhecimento e nos vários setores empresariais, respeitando as suas especificidades como indicações geográficas e marcas coletivas, biotecnologia fármacos e saúde, indústria alimentícia e química, engenharias e tecnologia da informação e comunicação e agronegócio.

Os estudos levaram em conta o arcabouço legal e políticas públicas para PI, a nível nacional e internacional, nos setores empresariais, governamentais, acadêmicos e no terceiro setor. Estudar-se-á o papel da PI nos mapas tecnológicos e na construção de políticas setoriais e interrelacionamento com outros setores.

A dinâmica inovativa e seu relacionamento com PI será focada nos diversos ambientes de inovação e a inserção da PI na apropriação de bens que resultem em desenvolvimento tecnológico dos campos atuais e estímulo a novos campos tecnológicos, assim como os impactos da PI no desenvolvimento local, regional e global.

Será estudada a valoração na apropriação da PI com foco em nichos potenciais de inovação na sociedade incluindo o de mercado, assim como os aspectos econômicos da PI, em seus custos de desenvolvimento, valoração, manutenção das taxas de apropriação junto aos escritórios nacionais e internacionais (INPI, OMPI, Japão, USPTO, etc.).

Transferência de Tecnologia Políticas e Desenvolvimento (TT)

Área relacionada: Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

Descrição:

Esta linha visa desenvolver estudos analíticos de como a TT melhora as condições de vida da população, gerando PIB e melhorando o IDH ao produzir a inovação de base tecnológica.

Compreende identificação de Nichos de mercado e sua respectiva valoração, assim como o mapeamento de ambientes de inovação e identificação de gargalos e oportunidades de transferir tecnologia apropriada. O doutorando poderá focar especialmente gestão da transferência de tecnologia em ambientes de inovação, valoração sistêmica de PI e TT, capacidade de negociação e respectivos contratos de formalização de transferência de tecnologia, empreendedorismo em setores tecnológicos específicos, assim como ambientes de inovação e suas interações sistêmicas.

Caracterização do Curso

Nível: Doutorado

Nome: Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

Objetivos do Curso/Perfil do profissional a ser formado

Considerando a deficiência de pesquisadores na área e a grande demanda nacional por esses profissionais, o presente curso proposto possui como objetivo a formação de pesquisadores de alto nível, capacitados a discutir, pesquisar, exercer, ensinar e formar outros pesquisadores dentro da temática da propriedade intelectual e inovação. O profissional apresentará no processo de sua formação uma abordagem interdisciplinar, envolvendo diferentes campos do conhecimento e como os mesmos se relacionam, com pensamento e visão críticos e amplos, características estas essenciais ao desenvolvimento da área de conhecimento onde está inserido.

O perfil do formando lhe permitirá atuar em Ambientes de Inovação nos diversos setores (acadêmico, empresarial, governamental e sociedade civil organizada), como por exemplo, coordenações de Extensão das Unidades das ICTs, NITs, Parques Tecnológicos, Incubadoras, etc.

Espera-se que sejam a massa crítica para iniciar as futuras pós-graduações em PI e TT na região NE do Brasil.

Deverá ter como ferramental competências em metodologia da pesquisa científica e tecnológica, políticas públicas de C,TeI, prospecção tecnológica, indicadores científicos e tecnológicos, projetos em ciência, tecnologia e inovação, os diversos tipos de propriedade intelectual e suas vertentes em cada setor produtivo, gestão da transferência de tecnologia em ambientes de inovação com valoração sistêmica, negociação e respectivos contratos para formalização da transferência de tecnologia, empreendedorismo em setores tecnológicos específicos, e conhecer e entender os ambientes de inovação e suas interações sistêmicas.

Para cada setor da sociedade, o profissional formado deverá estar apto a contribuir fortemente nessa etapa que hoje é o gargalo, já que o Brasil tem boa pesquisa e desenvolvimento tecnológico mas tem poucas empresas de base tecnológica e, quando as tem, elas estão com uma distribuição geográfica extremamente localizada em certas regiões do Brasil.

SETOR ACADÊMICO

- Contribuir com a massa crítica para iniciar novos programas institucionais de pós-graduação em PI e TT e outros interdisciplinares.
- Contribuir com disciplinas de PI e TT em programas de pós-graduação e em cursos de graduação disciplinares, deste modo aumentando a amplitude dos formandos que terão formação em como apropriar o conhecimento que gerarão através de PI e de como o transferir para a sociedade de forma justa e equilibrada através dos ambientes de inovação.
- Enriquecer grupos de pesquisa com seus conhecimentos de PI e TT.

SETOR GOVERNAMENTAL

- Atuar em sistemas de inovação como as Coordenações de Inovação da FAPs, das SECTIs, os Parques Tecnológicos, os Arranjos Produtivos Locais (APLs).
- Atuar em redes de PI e TT nacionais, regionais e estaduais como a Repittec da Bahia, a Rede NIT-CE, etc.
- Ter conhecimentos de PI e TT para articular e construir as políticas e mecanismos para que o desenvolvimento tecnológico e a pesquisa, hoje centrados na academia, sejam apropriados como tecnologias e transferidos para a sociedade, gerando inovação de base tecnológica.

SETOR EMPRESARIAL

- Atuar em empresas que atuam nos sistemas de inovação como as pré-incubadoras, incubadoras, Parques Tecnológicos, Polos Tecnológicos, etc. fortalecendo o PNI (Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos), propiciando e apoiando o surgimento de empresas inovadoras com base em PI e TT.
- Montar sua própria empresa de base tecnológica.
- Identificar oportunidades de gargalos tecnológicos e saber utilizá-los aumentando o PIB e melhorando o IDH da população.
- Atuar nas Entidades Tecnológicas Setoriais (ETS).

SETORES INTEGRADOS

- Saber realizar prospecção tecnológica desde sua mais simples concretização, a Busca de Anterioridade, até a montagem de mapas tecnológicos nacionais;
- Ter capacidade analítica, conhecendo, reconhecendo e atuando em ações de criação de riqueza financeira de qualidade de vida, através de inteligência tecnológica e competitiva com aspectos de valoração, mercado, aspectos ambientais e de sustentabilidade, identificação de parceiros e concorrentes, aprofundamento dos aspectos científicos, de PI e de TT, entre outros;
- Identificar os aspectos específicos do tecido social para poder atuar com eficiência, eficácia e efetividade em cada setor e região do Brasil.
- Atuar nas Redes de Centros de Inovação, de Serviços Tecnológicos e de Extensão Tecnológica do SIBRATEC para apoio aos esforços de inovação das empresas, incluindo a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) e seus Polos de Inovação que estão sendo criados neste ano de 2013 em parceria com os Institutos Federais.
- Atuar na articulação entre universidades, centros de pesquisa e empresas no desenvolvimento de tecnologias inovadoras, com ênfase na fase final do desenvolvimento de produtos, principalmente por meio da criação de instituição estratégica orientada para a inovação industrial.

Total de Créditos para Titulação

Disciplinas Obrigatórias: 9 créditos (9 x 17 h = 153 h)

Disciplinas Optativas / Eletivas: 27 créditos (27 x 17 h = 459 h)

Tese/Dissertação: 36 (36 x 17 h = 612 h)

Outro: 4 créditos (4 x 17h = 68 h)

Periodicidade de Seleção: Semestral

Vagas por Seleção: 1 / docente permanente

Descrição sintética do esquema de oferta do curso

A estrutura e a forma de funcionamento do curso, assim como demais detalhes será conforme o Regimento que acompanha esta APCN e que foi aprovado nos Conselhos Superiores de cada IES participante.

A Rede NIT-NE tem interagido desde 2009 através de um portal de interação via remota para fins organizacionais, didáticos e de gestão de projetos entre outros: o Portal da Inovação da Rede NIT-NE (<http://www.portaldainovacao.org/>).

A seleção dos Alunos se dará de modo conjunto com a participação de todo o corpo docente permanente.

As vagas serão distribuídas pelas IES de acordo com a capacidade de orientação de cada docente.

A matrícula será realizada na IES ponto focal do docente que for indicado inicialmente como seu orientador. Caso o aluno mude de orientador, será transferido para a IES do novo orientador onde passará a se matricular;

A oferta de disciplinas será realizada de 3 formas:

a) DISCIPLINAS INTEGRADAS, com carga horária de 51 h (3 créditos - 3 x 17 h), sendo ministradas por dois ou três professores dado seu caráter interdisciplinar. As disciplinas serão lotadas em cada departamento das IES dos professores responsáveis por elas, a serem ministradas de modo presencial podendo também ter conteúdos via internet, utilizando as ferramentas disponíveis na infraestrutura já existente para outros cursos e que ainda tem tempo ocioso, como por exemplo, o sistema da RENORBIO, conferências virtuais. Serão ou presenciais ou semipresenciais com um mínimo de carga horária presencial de 30%.

b) DISCIPLINAS INTEGRADORAS presenciais nas semanas que antecedem ou sucedem eventos da Rede NIT-NE e que serão realizadas na IES de realização do evento, utilizando para isso recursos financeiros já existentes em projetos da Rede NIT-NE, recursos captados através de outros Editais como CAPES-PAEP, CNPq, FAPs, entre outros. As disciplinas serão lotadas em cada uma da IES de modo que os alunos possam se inscrever na sua própria IES;

c) DISCIPLINAS REGULAMENTARES ministradas em cada IES onde não só serão utilizadas as disciplinas anteriormente criadas em outros programas de pós-graduação, como também serão criadas novas disciplinas.

d) DISCIPLINAS EM CADA IES DE OUTROS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO, sendo que as listadas nesta APCN são consideradas automaticamente como Optativa / Eletivas.

O credenciamento de orientadores obedecerá aos seguintes princípios:

- capacidade e experiência de orientação;
- existência de projeto de pesquisa na IES onde o aluno poderá atuar durante sua pós-graduação;
- produção científica e/ou técnica do nível de um bolsista de produtividade em pesquisa 2 do CNPq;
- ministrar pelo menos uma disciplina por ano;
- histórico de probidade e seriedade profissional.

Componentes Curriculares - Disciplinas

Disciplinas Integradas

Tipo	Linha	Disciplina	Créditos	CH
Obrigatória	Todas	Propriedade Intelectual e sua Interdisciplinaridade	3	51
Obrigatória	Todas	Transferência de Tecnologia e sua Interdisciplinaridade	3	51
Obrigatória	Todas	Metodologia da Pesquisa Científica e Tecnológica	3	51
Optativa / Eletiva	Todas	Políticas Públicas de C,TeI	3	51
Optativa / Eletiva	Todas	Prospecção Tecnológica	3	51
Optativa / Eletiva	Todas	Indicadores Científicos e Tecnológicos	3	51
Optativa / Eletiva	Todas	Projetos em Ciência, Tecnologia e Inovação	3	51
Optativa / Eletiva	Todas	Pesquisa Tecnológica: Qualitativa e Quantitativa / Estatística Aplicada a PI e TT	3	51
Optativa / Eletiva	PI	Indicações Geográficas e Marcas Coletivas	3	51
Optativa / Eletiva	PI	Propriedade Intelectual e suas vertentes em Biotecnologia Fármacos e Saúde	3	51
Optativa / Eletiva	PI	Propriedade Intelectual nas Indústrias Alimentícia e Química	3	51
Optativa / Eletiva	PI	Propriedade Intelectual nas Engenharias e na Tecnologia da Informação e Comunicação	3	51
Optativa / Eletiva	PI	Propriedade Intelectual no Agronegócio	3	51
Optativa / Eletiva	TT	Gestão da Transferência de Tecnologia em Ambientes de Inovação	3	51
Optativa / Eletiva	TT	Valoração Sistêmica de PI e TT	3	51
Optativa / Eletiva	TT	Negociação, Contratos e Formalização de Transferência de Tecnologia	3	51
Optativa / Eletiva	TT	Empreendedorismo em Setores Tecnológicos	3	51
Optativa / Eletiva	TT	Ambientes de Inovação e suas interações sistêmicas	3	51

Disciplinas Integradoras Presenciais

Linha	Créditos	CH	Disciplina
Todas	3	51	Seminário Interdisciplinar Integrador I
Todas	3	51	Seminário Interdisciplinar Integrador II
Todas	3	51	Seminário de Tese I
Todas	3	51	Seminário de Tese II

Disciplinas Regulamentares em cada uma das IES

Linha	Créditos	CH	Disciplina	Professores
Todas	3	51	Tópicos Interdisciplinares I	Da IES
Todas	3	51	Tópicos Interdisciplinares II	Da IES

Atividades Curriculares em cada uma das IES

Linha	Créditos	CH	Disciplina	Professores
Todas	0	0	Exame de Qualificação	Banca
Todas	2	34	Tirocínio Docente Orientado (Estágio de Docência) I	A definir
Todas	2	34	Tirocínio Docente Orientado (Estágio de Docência) II	A definir
Todas	0	0	Pesquisa Orientada	Orientador
Todas	12	204	Projeto de Tese	Banca

Disciplinas já existentes em outros Programas de Pós-Graduação em cada IES que podem ser cursadas pelos Alunos

IES	Tipo	Linha	Créditos	CH presencial	CH trabalhos	Disciplina
IFBA	Optativa / Eletiva	Todas	4	60	8	Gestão do Conhecimento e Aprendizagem Colaborativa
IFBA	Optativa / Eletiva	Todas	4	60	8	Construção e Difusão do Conhecimento para Inovação Tecnológica
UFAL	Optativa / Eletiva	TT	2	30	4	Competitividade e Desenvolvimento
UFAL	Optativa / Eletiva	TT	4	60	8	Economia da Inovação
UFAL	Optativa / Eletiva	TT	4	60	8	Empreendedorismo e Inovação em Setores Tecnológicos
UFAL	Optativa / Eletiva	PI	2	30	4	Informação Tecnológica e Redação de Patentes
UFAL	Optativa / Eletiva	TT	2	30	4	Sistemas de Inovação
UFAL	Optativa / Eletiva	PI	2	30	4	Inovação e Propriedade Intelectual
UFBA	Optativa / Eletiva	PI	2	34	0	Ciência e Inovação
UFBA	Optativa / Eletiva	TT	2	34	0	Propriedade Intelectual seu licenciamento e transferência de tecnologia
UFBA	Optativa / Eletiva	Todas	2	34	0	Prospecção Tecnológica
UFBA	Optativa / Eletiva	Todas	4	68	0	Cultura Científica
UFPI	Optativa / Eletiva	Todas	4	60	8	Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia
UFPI, UFBA, UFAL	Optativa / Eletiva	TT	3	45	6	Bionegócios e Marcos Legais em Biotecnologia

Obs.: Como em algumas IES 1 crédito equivale a 15h e em outras a 17h, será considerada a equivalência 17h -1 crédito e os alunos deverão desenvolver atividade de modo a complementarem a carga horária para que as disciplinas sejam aceitas.

Descrição das Disciplinas Integradas

Propriedade Intelectual e sua Interdisciplinaridade

Ementa:

Introdução a PI. Evolução Histórica. Marcos Legais e Acordos Internacionais. Estatísticas. Atribuições INPI. Propriedade Intelectual: Direito Autoral; Propriedade Industrial; Indicação Geográfica; Marcas. Legislação Brasileira. Sistema de Patentes. Patentes de Invenção. Patentes de Modelos de Utilidade. Desenho Industrial. Cultivar.

Bibliografia:

ABES - Associação Brasileira das Empresas de Software (www.abes.org.br)

ABPI - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (www.abpi.org.br)

ABPI - Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial (www.abapi.org.br)

CARLA EUGENIA CALDAS BARROS. Manual de Direito da Propriedade Intelectual. Evocati. 2007.

CGEE (www.cgee.org.br, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos)

FEDERMAN, S. R., Patentes: Desenvolvendo seus Mistérios, Rio de Janeiro, Qualitymark, 2006.

INPI (www.inpi.gov.br, Instituto Nacional de Propriedade Industrial)

MAYERHOFF, Z. D. V. L.; Uma Análise sobre os Estudos de Prospecção Tecnológica. Cadernos de Prospecção. , v.1, n.1, 2008, p.3 – 3. Disponível em [www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/Cadernos01\[02\].pdf](http://www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/Cadernos01[02].pdf), acesso em 31 mar. 2012.

NIT/UFBA - Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade Federal da Bahia (www.portaldainovacao.org/organizacao/detalhe/1)

OMPI - Organização Mundial de Propriedade Intelectual (www.wipo.int)

PCT - Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), Patent Cooperation Treaty. Disponível em www.inpi.gov.br/index.php/patente/pct, acesso em 31 mar. 2012.

PIMENTEL, L. O., Propriedade Intelectual e a Universidade: Aspectos Legais, 1ª ed, Florianópolis: Fundação Boiteaux – Konrad Adenauer Stiftung, 2005, v.1, 182p.

PIMENTEL, Luiz Otávio, Propriedade Intelectual e Universidade: Aspectos Gerais, Florianópolis, Fundação Boiteux, 2005.

QUINTELLA, C. M., Editorial. Cadernos de Prospecção. , v.1, n.1, 2008, p.3 – 3. Disponível em [www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/Cadernos01\[02\].pdf](http://www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/Cadernos01[02].pdf), acesso em 31 mar. 2012.

QUINTELLA, C. M.; TEIXEIRA, L. S. G.; KORN, M. G. A.; COSTA NETO, P. R.; TORRES, E. A.; CASTRO, M. P.; JESUS, C. A. C.; Cadeia do Biodiesel da Bancada à Indústria: Uma Visão Geral com Prospecção de Tarefas e Oportunidades para P,DeI. Quím. Nova, 2009, v. 32, p. 793-808.

QUINTELLA, C.M.; e col. Cartilha da PI - Propriedade Intelectual: O quê? Quem? Por quê? Para quê?, Salvador, BA: EDUFBA - Editora da UFBA, 2006.

RUSSO, S. L. (Org.) ; SILVA, G. F. (Org.) ; SERAFINI, Mairim Russo (Org.) ; PAIXÃO, A. E. (Org.) ; NUNES, M. A. S. N. (Org.) . Capacitação em Inovação Tecnológica para Empresários. 1. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2011a. v. 1. 343 p.

SILVA, Antônio Carlos Teixeira da, Inovação: Como Criar Idéias que geram Resultados, Rio de Janeiro, Qualitymark, 2003.

SNPC - Serviço Nacional de Proteção de Cultivares do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (www.agricultura.gov.br)

VIOTTI, Eduardo Baumgratz, MACEDO, Mariano de Matos (Orgs.). Indicadores de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Campinas: UNICAMP, 2003.

Transferência de Tecnologia e sua Interdisciplinaridade

Ementa:

Introdução a Transferência de Tecnologia (TT). Evolução Histórica. Marcos Legais e Acordos Internacionais. Estatísticas. Noções de gestão da transferência de tecnologia em ambientes de inovação, valoração sistêmica de PI e TT, negociação, contratos e formalização de transferência de tecnologia, empreendedorismo em setores tecnológicos, e de ambientes de inovação e suas interações sistêmicas.

Bibliografia:

ACHLEITNER, A., LUTZ, E., SCHRAML, S. Quantitative valuation of platform technology based entrepreneurial ventures. *International Journal of Entrepreneurial Venturing*. Vol 1, p.352-366, 2009.

AIC - Instituto Australiano de Comercialização - Valuations of Intellectual Property, Australian Institute for Commercialisation. Disponível em: <<http://www.eng.usyd.edu.au/webnet/ENGG2062/UserFiles/File/AIC%20IP%20Valuation.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2012.

ANSEL, Edward O. *Technology Transfer Caltech-Style*. Les Nouvelles, Março, pp 10 – 12, 1993.

ANSEL, Edward O. *Technology Transfer Caltech-Style*. Les Nouvelles, Março, pp 10 – 12, 1993.

Foresight 2020 -Economic, Industry and corporate trends The Economist Intelligence Unit, 2006.

FÓRUM NACIONAL DE GESTORES DE INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA. Manual básico de acordos de parceria de P,DeI : aspectos Jurídicos. Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia ; org. Luiz Otávio Pimentel. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010.

Leis vigentes no Brasil no semestre em que a disciplina for ministrada.

MCTI (www.mct.gov.br, Ministério da Ciência e Tecnologia)

Paladino, G.G. e Medeiros, L.A (ORG); Parques Tecnológicos e Meio Urbano, ANPROTEC/SEBRAE, 1997

QUINTELLA, C. M., TORRES, E. A. Capítulo 7 - Gestão e Comercialização de Tecnologia In: Capacitação de Inovação Tecnológica para Empresários. Aracaju: Editora da UFS, 2011a.

RUSO, S. L. (Org.) ; SILVA, G. F. (Org.) ; SERAFINI, Mairim Russo (Org.) ; PAIXÃO, A. E. (Org.) ; NUNES, M. A. S. N. (Org.) . Capacitação em Inovação Tecnológica para Empresários. 1. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2011a. v. 1. 343 p.

TRIPS - Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (ADPIC - TRIPS). Disponível em www.inpi.gov.br/images/stories/27-trips-portugues1.pdf, acesso em 31 mar. 2012.

WIPO Successful Technology Licensing (STL) - Training of Trainers, organizado por The World Intellectual Property Organization (WIPO) e Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) do Brasil, Rio de Janeiro, INPI, 2006.

Metodologia da Pesquisa Científica e Tecnológica

Ementa:

Estrutura do trabalho científico. Conceituação de conhecimento. Tipos de conhecimento. Ciência. Ciência e Sociedade. Método científico. Conceituação de pesquisa. Tipos de Pesquisa. Metodologia da pesquisa. Projeto de pesquisa. Elaboração de artigo técnico-científico. Elaboração de relatório descritivo de patentes, Relatório de pesquisa. Fichamento. Pesquisa acervo físico e virtual: títulos, base de dados, periódicos, patentes, sites de busca. Normas técnicas para formatação de trabalhos. Dissertação.

Bibliografia:

BERMAN, Paul. Thinking about programmed and adaptative implementation: matching strategies to situations. INGRAM, H.M. and MANN, D. (Eds.). Why policies succeed or fail. London: Sage,1980: 205-227.

CORRALES, Javier. Aspectos políticos en la implementación de reformas educativas. Preal debates, no. 14. Preal, 1999.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. Política, instituições e estratégia de implementação. Elementos para a análise de políticas e projetos sociais. In: Gestão Social: o que há de novo? Carneiro, Carla B. L. e Costa, Bruno L. D. (orgs.) FJP/BNDES/PBH, 2004

KINGDON, John. Como chega a hora de uma idéia? SARAIVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (org.). Políticas Públicas. Brasília: ENAP, 2006.

MENY, Ives e THOENIG, Jean Claude. Las Políticas Públicas. Barcelona, Ariel, 1992.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias – sociedade e políticas públicas. Ano 8, nº 16, jul/dez 2006.

SULBRANDT, José. Avaliação dos programas sociais: uma perspectiva crítica dos modelos usuais. KLIKSBERG, Bernardo (org). Pobreza: uma questão inadiável. Brasília: ENAP, 1994.

TACHIZAWA, T. Como Fazer Monografias na Prática. 12a. edição. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2005.

Políticas Públicas de C,Tel

Ementa:

O desenvolvimento da ciência no Brasil. A institucionalização da ciência. A formação e o crescimento da pós-graduação. Legislação e Programas de apoio ao desenvolvimento. Interação universidade-empresa. Incubadoras. Parques Tecnológicos. Organizações Sociais. Relação de cada item com Propriedade Intelectual e Transferência de tecnologia.

Bibliografia:

- BERMAN, Paul. Thinking about programmed and adaptative implementation: matching strategies to situations. INGRAM, H.M. and MANN, D. (Eds.). Why policies succeed or fail. London: Sage,1980: 205-227.
- CORRALES, Javier. Aspectos políticos en la implementación de reformas educativas. Preal debates, no. 14. Preal, 1999.
- COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. Política, instituições e estratégia de implementação. Elementos para a análise de políticas e projetos sociais. In: Gestão Social: o que há de novo? Carneiro, Carla B. L. e Costa, Bruno L. D. (orgs.) FJP/BNDES/PBH, 2004
- KINGDON, John. Como chega a hora de uma idéia? SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (org.). Políticas Públicas. Brasília: ENAP, 2006.
- MENY, Ives e THOENIG, Jean Claude. Las Políticas Públicas. Barcelona, Ariel, 1992.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias – sociedade e políticas públicas. Ano 8, nº 16, jul/dez 2006.
- SULBRANDT, José. Avaliação dos programas sociais: uma perspectiva crítica dos modelos usuais. KLIKSBERG, Bernardo (org). Pobreza: uma questão inadiável. Brasília: ENAP, 1994.
- BLUMENTHAL, D.; CAUSINO, N.; CAMPBELL, E.; e LOUIS, K. S. CASSIOLATO, J. E. Tecnologia e Retomada do Desenvolvimento. Indicadores Antecedentes: boletim trimestral de cenários econômicos, sociais e políticos. Rio de Janeiro, nº 25, p. 48-62, 1997.
- CNPq / PRONEX – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Programa de Apoio a Núcleos de Excelência. Disponível na Internet via <http://www.cnpq.br/areas/pronex/>. Arquivo consultado em junho, 2003.
- DE MEIS, L. e LETA1, J. “O Perfil da Ciência Brasileira”. Editora UFRJ, 1996. 103p.
- DE MEIS, L. e LETA2, J. “Modern Science and the explosion of new knowledge”. Biophysical Chemistry, vol. 68, p. 243-253, 1997.
- FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. “500 anos de ciência e tecnologia no Brasil”. Coordenador: Shozo Motoyama et al. FAPESP Pesquisa, nº 52, suplemento especial, abril/2000.
- LETA, J. D. LANNES, L DE MEIS. “Human resources and scientific productivity in Brazil”. Scientometrics, 41: 313-324, 1998.
- MCT / ABC – Ministério da Ciência e da Tecnologia e Academia Brasileira de Ciências. “Ciência, tecnologia e inovação: desafio para a sociedade brasileira – Livro Verde”. Coordenação: Cylon Gonçalves da Silva e Lúcia Carvalho Pinto de Melo. Brasília, 2001. 278 p. MCT / PADCT – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA . “Legislação Básica de Ciência e Tecnologia”. Brasília, 1998. 480 p.
- PIRRÓ e LONGO, W. Sistema Nacional de Desenvolvimento. In: A Universidade e a Pesquisa: o público e o privado. Organizadores: Paulo Rodrigues et al. UFRJ, Rio de Janeiro, 1997. p. 141-208.
- PRADO, Jr., C. História Econômica do Brasil. Ed. Brasiliense, 10ª ed., São Paulo, 1973. 354 p. Relationships between academic institutions and industry in the life sciences, an industry survey. The New England Journal of Medicine, v. 334, nº 6, p. 368-373.
- SCHWARTZMAN, S. “Um espaço para a ciência: a formação da Tecnologia. Centro de Estudos Estratégicos, 2001. 357 p.

Cartilha Brasil Maior, MCTI, 2012.

Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - ENCTI 2012-2015 (http://www.mct.gov.br/upd_blob/0218/218981.pdf)

Leis vigentes no Brasil no semestre em que a disciplina for ministrada.

ABES - Associação Brasileira das Empresas de Software (www.abes.org.br)

ABPI - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (www.abpi.org.br)

ABPI - Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial (www.abapi.org.br)

CGEE (www.cgee.org.br, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos)

INPI (www.inpi.gov.br, Instituto Nacional de Propriedade Industrial)

MCTI (www.mct.gov.br, Ministério da Ciência e Tecnologia)

NIT/UFBA - Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade Federal da Bahia (www.portaldainovacao.org/organizacao/detalhe/1)

OMPI - Organização Mundial de Propriedade Intelectual (www.wipo.int)

PCT - Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), Patent Cooperation Treaty. Disponível em www.inpi.gov.br/index.php/patente/pct, acesso em 31 mar. 2012.

PIMENTEL, L. O., Propriedade Intelectual e a Universidade: Aspectos Legais, 1ª ed, Florianópolis: Fundação Boiteaux – Konrad Adenauer Stiftung, 2005, v.1, 182p.

SNPC - Serviço Nacional de Proteção de Cultivares do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (www.agricultura.gov.br)

TRIPS - Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (ADPIC - TRIPS). Disponível em www.inpi.gov.br/images/stories/27-trips-portugues1.pdf, acesso em 31 mar. 2012.

WIPO Successful Technology Licensing (STL) - Training of Trainers, organizado por The World Intellectual Property Organization (WIPO) e Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) do Brasil, Rio de Janeiro, INPI, 2006.

Prospecção Tecnológica

Ementa:

A importância da Prospecção em setores intensivos de PeD. Uso e Gestão estratégica da Informação. Inteligência Competitiva. Gestão do Conhecimento. Convergências entre Inteligência Competitiva e Gestão do Conhecimento. Visão de Futuro. Comparativos entre Inteligência Competitiva. Gestão do Conhecimento e Visão de Futuro. Metodologias de Inteligência Competitiva, Gestão do Conhecimento e Visão de Futuro. Estratégias de Prospecção.

Bibliografia:

ANSELMO, Fabio Paceli (Coord.). Indicadores estaduais de ciência e tecnologia. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), 2003.

ARSENOVA, I.; ROZHKOVA, S. Optimization of patent studies. International Forum on Information and Documentation, v 22, n 4. October-December, 1997.

- CASTELS, P. E.; BOCH, R. M.; MONTENEGRO, I. O. Las unidades de inteligencia/conocimiento en el diseño de políticas científicas y tecnológicas. Organización de Estados Iberoamericanos: biblioteca digital, 2003.
- DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam seu capital intelectual. Rio de Janeiro. Campus, 1998.
- EDVINSON, L.; MALONE, M. S. Capital intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos. Rio de Janeiro: Makron Books, 1996.
- FERNANDES, Lucia Regina R. M. V. A gestão do conhecimento aplicada à biodiversidade com foco em plantas medicinais brasileiras. Tese de Doutorado. Escola de Química da UFRJ, 2002.
- FULD, L. The new competitor: the complete resource for finding, analyzing and using information about your competitors. New York: John Wiley e Sons, Inc., 1994.
- GARCIA TORRES, D. Seminário de Inteligência Competitiva: informação e conhecimento. México: Innestec, 1997.
- GEORGHIOU, L. Third generation foresight - integrating the socio-economic dimension. In: International Conference on Technology Foresight. Japão. Março, 2001.
- LATOUR, B. Reassembling the Social. Oxford. Univerity Press. Oxford. 2005.
- LEYDESDORFF, L. Indicators of innovation in a knowledge-based economy. Cybermetrics International Journal of Scientometrics, Infometrics, and Bibliometrics. V 5, n 1, 2001.
- MACEDO, Maria Fernandes Gonçalves, BARBOSA, A. L. Figueira. Patentes, pesquisa e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.
- MACULAN, AM. Gestão das inovações tecnológicas. ITOI/COPPE/UFRJ. Apostila do Projeto “Centro de referência em inteligência empresarial para a gestão da inovação”. Setembro, 2003.
- MAGALHÃES, W. G. LEWELYNAND, D. L. Propriedade Intelectual Biotecnologia E Biodiversidade. Editora: Fiuza. 2011
- MAYERHOFF, Z. D. V. L.; Uma Análise sobre os Estudos de Prospecção Tecnológica. Cadernos de Prospecção. , v.1, n.1, 2008, p.3 – 3. Disponível em [www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/Cadernos01\[02\].pdf](http://www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/Cadernos01[02].pdf), acesso em 31 mar. 2012.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. Criação de conhecimento na empresa. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.
- PASSOS, C. A. K. Novos modelos de gestão da informação. In: Informação e globalização na era do conhecimento. Org: Helena Lastres e Sarita Albagli. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1999.
- PORTER, A. Technology opportunities analisys. Technological opportunities analisys. Technological Forecasting and Social Change. New York. V 9, 1995.
- PRESCOTT, J. E.; GIBBONS, P. T. Global Perspectives on competitive intelligence. Alexandria: Virginia: SCIP, 1993.
- QUINTELLA, C. M., Editorial. Cadernos de Prospecção. , v.1, n.1, 2008, p.3 – 3. Disponível em [www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/Cadernos01\[02\].pdf](http://www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/Cadernos01[02].pdf), acesso em 31 mar. 2012.
- QUINTELLA, C. M.; TEIXEIRA, L. S. G.; KORN, M. G. A.; COSTA NETO, P. R.; TORRES, E. A.; CASTRO, M. P.; JESUS, C. A. C.; Cadeia do Biodiesel da Bancada à Indústria: Uma Visão Geral com Prospecção de Tarefas e Oportunidades para P,DeI. Quím. Nova, 2009, v. 32, p. 793-808.
- QUINTELLA, C.M.; e col. Cartilha da PI - Propriedade Intelectual: O quê? Quem? Por quê? Para quê?, Salvador, BA: EDUFBA - Editora da UFBA, 2006.

RUSSO, S. L. (Org.) ; SILVA, G. F. (Org.) ; SERAFINI, Mairim Russo (Org.) ; PAIXÃO, A. E. (Org.) ; NUNES, M. A. S. N. (Org.) . Capacitação em Inovação Tecnológica para Empresários. 1. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2011a. v. 1. 343 p.

STEWART, T. A. Capital intelectual: a nova vantagem comparativa das empresas. Rio de Janeiro: Wd. Campus, 1997.

SVEIBY, K. A nova riqueza das organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TERRA, J. C. Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial. Rio de Janeiro. Ed. Negócios, 2000.

VALENTIN, M. L. P.; CERVANTES, B. M. N. Processo de inteligência competitiva em organizações. Revista Data Grama Zero, v. 4, n 3, junho/2003.

VIOTTI, Eduardo Baumgratz, MACEDO, Mariano de Matos (Orgs.). Indicadores de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Campinas: UNICAMP, 2003.

WILSON, R. M. Patent analysis using online databases: technological trend analysis. World Patent Information, v 9, n 1, 1987.

ZACKIEWICZ, M.; SALLES-FILHO, S. Technological foresight: um instrumento para política científica e tecnológica. Parcerias estratégicas. N 10, 2001.

Indicadores Científicos e Tecnológicos

Ementa:

O desenvolvimento e a importância dos indicadores. O uso dos indicadores: prós e contras. Indicadores de input: investimentos e formação de recursos humanos. Indicadores de output: publicações, citações em revistas científicas e em patentes, depósitos e concessões de patentes. Patente como fonte de informação: índice de dependência tecnológica, de difusão tecnológica, de autossuficiência tecnológica e de especialização tecnológica. Estudo do caso Brasil em comparação com outros países. Indicadores de eficiência, eficácia e efetividade. Distribuições estatísticas de indicadores e sua análise comparativa.

Bibliografia:

ANSELMO, Fabio Paceli (Coord.). Indicadores estaduais de ciência e tecnologia. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), 2003.

LATOURETTE, B. Reassembling the Social. Oxford. University Press. Oxford. 2005.

MACEDO, Maria Fernandes Gonçalves, BARBOSA, A. L. Figueira. Patentes, pesquisa e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

RICyT (Red Iberoamérica de Indicadores de Ciencia y Tecnologia). El Estado de La Ciencia. Principales Indicadores Iberoamericanos – Interamericanos, RiCyT, Buenos Aires. 2001

VIOTTI, Eduardo Baumgratz, MACEDO, Mariano de Matos (Orgs.). Indicadores de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Campinas: UNICAMP, 2003.

ALBUQUERQUE, E. M., 2000. Domestic patents and developing countries: arguments for their study and data from Brazil (1980-1995). Research Policy, vol. 29, p. 1047-1060.

BLUMENTHAL, D.; CAUSINO, N.; CAMPBELL, E. e LOUIS, K. S. Relationships between academic institutions and industry in the life sciences and industry survey. The New England Journal of Medicine, vol. 334, nº 6, p. 368-373.

- DE MEIS, L. e LETA1, J. “O Perfil da Ciência Brasileira”. Editora UFRJ, 1996, 103p.
- DE MEIS, L. e LETA2, J. “Modern Science and the explosion of new knowledge”. *Biophysical Chemistry*, vol. 68, p. 243-253, 1997.
- GARFIELD, E. The impact factor. *Current Contents*, June 20, 1994.
- KONDO, M. Dynamic analyses on the relation between R and D and patent applications in Japan. *Journal of Science Policy and Research Management*, vol. 10, nº 3-4, p. 193-204, 1995.
- KONDO, M. RandD dynamics of creating patents in the Japanese industry. *Research Policy*, vol. 28, p. 587-600, 1999.
- LOZANO, R. S. Indicadores de los sistemas de Ciência, tecnologia e innovación. *Revista de Economía Industrial*, 343, p. 97-109. 2002/1.
- MACEDO, M. F. G. e BARBOSA, A. L. F. *Patentes, Pesquisa e Desenvolvimento: um manual de Propriedade Intelectual*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2000. 161p.
- MCT / ABC – Ministério da Ciência e da Tecnologia e Academia Brasileira de Ciências. “Ciência, tecnologia e inovação: desafio para a sociedade brasileira – Livro Verde”. Coordenação: Cylon Gonçalves da Silva e Lúcia Carvalho Pinto de Melo. Brasília, 2001. 278p.
- MEYER, M., 2001. Tracing Knowledge flows in innovation systems: A quantitative perspective on future research on science-based innovation. Eindhoven Centre for Innovation Studies, Conference. The future of innovation studies. Eindhoven University of Technology, the Netherlands.
- NARIN, F. and OLIVASTRO, D., 1988. Patent Citation analysis: new validation studies and linkage statistics. In: van Raan, A. F. J., Nederhoff, A. J. Moed, H. F. (Editors). *Science Indicators: Their use in science policy and their role in science studies*. DSWO Press, The Netherlands, p. 14-16.
- PERKO, J. S. and NARIN, F. 1997. The Transfer of Public Science to Patent Technology: A Case Study in Agricultural Science. *Journal of Technology Transfer*, vol. 22 (3): 65-72.
- SIMKIN, M. V. e ROYCHOWDHURY, V. P. Copied citations create renowned papers. (2000).
- TARGINO, M. G. e GARCIA, J. C. R. “Ciência brasileira na base de dados do Institute for Scientific Information. ISI. *Ciência da Informação*, vol. 29, n. 1, p. 103-117, janeiro/abril, 2000.
- THOMSON, R. e NELSON, R. *The internationalization of technology, 1874-1929: evidence from US, British and German patent experience*. New York: Columbia University, 1997.

Projetos em Ciência, Tecnologia e Inovação

Ementa:

Evolução dos sistemas de fomento a projetos de ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil, Fundos setoriais, incentivos baseados em renúncia fiscal. Papel das agências de fomento à inovação. Política de Inovação. Diretrizes Estratégicas nas áreas de atuação em inovação tecnológica. Regras para averbação dos contratos de transferência de tecnologia. Processos de gestão de projetos. Estrutura de projetos e sua adequação para as fontes de financiamento. Regras e arcabouços institucionais e sua relação com os itens possíveis nos projetos. Projetos em rede do tipo JIP (Joint Industrial Projects) e sua relação com mapas tecnológicos nacionais e industriais.

Bibliografia:

PIMENTEL, Luiz Otávio; BOFF, Salette Oro; DEL'OLMO, Florisbal de Souza (Org.) Propriedade intelectual: gestão do conhecimento, inovação tecnológica no agronegócio e cidadania. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

NELSON, R.; WINTER, S. (1977). In search of useful theory of innovation. *Research Policy*, 6, pp.36-76.

NELSON, R.; Winter, S. (1982). Uma teoria evolucionária da mudança econômica. Introdução e capt.11. Tradução de Cláudia Heller. Campinas/SP, Editora da Unicamp, 2005.

BALDUCCHI, Jean F. From "local" to "global": how can a technopole strengthen the innovation networks within its territory. In: *Anais do XXII IASP World Conference on Science and Technology Parks*, Beijing, 19-21/09/2005.

WEISZ, J. Projetos de Inovação Tecnológica. CNI/SENAIL/IEL 2009

Pesquisa Tecnológica: Qualitativa e Quantitativa / Estatística Aplicada a PI e TT**Ementa:**

Métodos e técnicas de coleta de dados em pesquisa qualitativa. Análise e tratamento de informações em pesquisa qualitativa. Métodos de análise qualitativa e análise de conteúdo. Análise Léxica. Tipos e natureza das variáveis. Introdução à elaboração de instrumentos de medida. Estimativa de intervalo e testes de hipóteses. Tipos e técnicas de amostragens. Desenvolvimento de escalas. Preparação dos dados e critérios de validação. Regressão linear simples e múltipla. Mineração de textos e sua análise covariante tipo componentes principais e outros. Análise Exploratória dos dados: Definição do problema. Organização dos dados. Visualização dos dados originais. Transformação/processamento dos dados: PCA: Análise de Componentes Principais. Covariância. A matriz de variância-covariância. Técnica. Interpretação dos resultados. HCA: Análise Hierárquica de Agrupamentos. Técnica. Interpretação dos resultados. PLS: Mínimos quadrados parciais. Técnica. Interpretação dos resultados. Construção de modelos de classificação: Reconhecimento de padrões por SIMCA,

Bibliografia:

ANDRIOTTI, J. L. S. Fundamentos de Estatística e Geoestatística. Ed. UNISINOS, São Leopoldo, 165p. 2003.

ANSELMO, Fabio Paceli (Coord.). Indicadores estaduais de ciência e tecnologia. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), 2003.

FOTHERINGHAM, A. S.; BRUNSDON. C.; CHARLTON, M. Quantitative Geography. Perspectives on Spatial Data Analysis. SAGE, London, 270p, 2000.

HAIR, J. F.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L.; BLACK, W.C. Análise multivariada de dados. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 688p, 2009. ISBN 9788577804023

HARDLE, W. SIMAR, L. Applied Multivariate Statistical Analysis. Second Edition Berlin, Heidelberg: Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2007. ISBN 9783540722441 - SPRINGERLINK (ONLINE SERVICE).

HÄRDLE, W. E SIMAR, L. Applied Multivariate Statistical Analysis , 2d edition, Springer. 2007

LATOURETTE, B. Reassembling the Social. Oxford. University Press. Oxford. 2005.

Manual do software a ser utilizado pelos alunos.

- MEYER, Paul L. Probabilidade – Aplicações à Estatística. Rio de Janeiro: Livros Técnicos, 1978
- MINGOTI, S. A. Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada. Editora UFMG, Belo Horizonte, 295 p. 2005. ISBN 857041451x
- MORETTIN, Luiz Gonzaga. Estatística Básica - Probabilidade. Volume 1, 7.ed. São Paulo: Makron, 2000.
- MORETTIN, Luiz Gonzaga. Estatística Básica - Inferência. Volume 2, 7.ed. São Paulo: Makron, 2000.
- RICyT (RedIberoamérica de Indicadores de Ciência y Tecnología). El Estado de La Ciencia. Principales Indicadores Iberoamericanos – Interamericanos, RiCyT, Buenos Aires. 2001
- VIEIRA, Sonia. Estatística Experimental. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- VIOTTI, Eduardo Baumgratz, MACEDO, Mariano de Matos (Orgs.). Indicadores de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Campinas: UNICAMP, 2003.
- WESOLOWSKI, M.; SUCHACZ, B.; “Classification of Rapeseed and Soybean Oils by Use of Unsupervised Pattern-Recognition Methods and Neural Networks”; Fresenius J. Anal. Chem.; 371; 323-330, 2001.

Indicações Geográficas e Marcas Coletivas

Ementa:

Marcas Coletivas e Associativismo, História das Indicações Geográficas, Tipos de IG, Comparação entre modelos nacionais de Indicação Geográfica, Indicação Geográfica como Ferramenta para o Desenvolvimento local sustentável, Exemplos de IG no Brasil e seus desdobramentos.

Bibliografia:

- ASSAD, A. L. Biodiversidade: institucionalização e programas ambientais no Brasil. Tese de Doutorado em Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2000.
- BARROS, Carla Eugenia Caldas. Manual de Direito da Propriedade Intelectual. 1ª ed. Aracaju: Evocati, 2007.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à Propriedade Industrial. Brasília, 1996.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 1.355, de 30 de dezembro de 1994. Promulga a ata final da rodada Uruguai das negociações comerciais multilaterais do GATT. Brasília, 1994.
- BRASIL. Presidência da República. Medida Provisória n. 2.186-16, de 23 de agosto de 2001. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea j, 10, alínea c, 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências. Brasília, 2001.
- CARVALHO, N. P. From the Shaman's hut to the patent office: in search of effective protection for traditional knowledge. Washington University School of Law, 2003. 107p. Disponível em: <http://law.wustl.edu/centeris/carfpapers/index.html>

- CASTELI, P. G. Diversidade Biocultural: direitos de propriedade intelectual x direitos de recursos tradicionais. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2004.
- DIEGUES, A. C. ARRUDA, R. S. V. (ORG). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001. 176p. (Série Biodiversidade, 4).
- DUNLOP, R. M. C. Conhecimentos Tradicionais. O interesse brasileiro na OMPI. XLIC Curso de Altos Estudos. Instituto Rio Branco. Brasília – 2003.
- FERNANDES, L. R. R. M. V. A gestão do conhecimento aplicada à biodiversidade com foco em plantas medicinais. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.
- LATOUR, B. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- Lei da Propriedade Industrial, nº 9279/96;
- RUSSO; S. L. SILVA, G. F.; PAIXÃO, A. E.; NUNES, M. A. S. N.; SILVA, S. C.. Capacitação em inovação tecnológica para empresários. 1. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2011. v. 01. 343 p.
- SHIVA, V. Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 152p.
- VASCONCELLOS, A. G. Propriedade intelectual dos conhecimentos associados à biodiversidade, com ênfase nos derivados de plantas medicinais – desafios para inovação biotecnológica no Brasil. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Pós-Graduação do Programa de Biotecnologia Vegetal da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003. 179p.
- VASCONCELLOS, A. G.; BRANQUINHOS, F. B.; SANCHEZ, C. LAGE, C. L. S. Fitofármaco, Fitoterápico, Plantas Medicinais. O reducionismo e a complexidade na produção do conhecimento científico. Revista Brasileira de Farmacognosia 12, suplemento, p. 103-105, 2002.

Propriedade Intelectual e suas vertentes em Biotecnologia Fármacos e Saúde

Ementa:

Inserção da biotecnologia moderna no sistema de propriedade intelectual. Mecanismos legais existentes para a proteção das criações intelectuais no campo da biotecnologia no Brasil. Estratégias e finalidades da busca de informações contidas em documentos de patentes da área. Interface entre a proteção patentária no campo de biotecnologia e a legislação de acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado. Direitos intelectuais de propriedade e desenvolvimento das inovações no setor industrial com foco alimentício, químico e farmacêutico. A ênfase será na análise dos aspectos econômicos e institucionais ligados à questão de monopólio de patentes no contexto de economias em desenvolvimento e nos impactos na mudança da legislação brasileira.

Bibliografia:

- ANDERSEN, B. (2003). “The Neglected Patent Controversys in the Twenty First Century”. In: Revista Brasileira de Inovação (2)(1) Janeiro-Junho.
- AVILA, J. P. C. “O desenvolvimento do setor farmacêutico: a caminho de uma estratégia centrada na inovação”. In: Revista Brasileira de Inovação, vol. 3, n. 2, p.283. Rio de Janeiro: FINEP, 2004.
- BERMUDEZ, A. Z.; EPSTEJN, R. OLIVEIRA, M. A. HASENCLEVER, L. O Acordo Trips na OMC e a Proteção Patentária no Brasil: Mudanças Recentes e Implicações para a Produção Local e o Acesso da População aos Medicamentos. Rio de Janeiro: Fiocruz/ENSP. 2000.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília. 1996.

BRASIL. Presidência da República. Medida Provisória n. 2.186-16, de 23 de agosto de 2001. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts 1º, 8º, alínea “j”, 10, alínea “c”, 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências, Brasília, 2001.

CARVALHO, S. M. P.; BUANAIN, A. M.; CHAMAS, C. L. Políticas de propriedade intelectual no Brasil: análise comparativa entre saúde e agricultura. Aceito para publicação nos Anais do XI Seminário de Gestão Tecnológica – ALTEC 2005 25 a 28 de outubro de 2005 – Salvador – Bahia, Brasil.

EMERICK, M. C.; VALLE, S. FERREIRA, M. A. [org.] Gestão biotecnológica: alguns tópicos. Rio de Janeiro: Interciência, 1999, 136p.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Ato Normativo n. 127, de 05 de março de 1997. Dispõe sobre a aplicação da Lei de Propriedade Industrial em relação às patentes e certificados de adição de invenção. Rio de Janeiro, 1997.

MACEDO, F. M. G.; MÜLLER, A. C. A. CAMPOS, A. Patenteamento em biotecnologia. Um guia prático para os elaboradores de pedido de patente. Brasília: Embrapa Comunicações para Transferência de Tecnologia, 2001. 200p.

MACHLUP, F.; PENROSE, Edith (1950). “The Patent Controversy in the Nineteen Century”. *Journal of Economic History*, X(1), May, 1-29.

MAGALHÃES, W. G. LEWELYNAND, D. L. Propriedade Intelectual Biotecnologia E Biodiversidade. Editora: Fiuza. 2011

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI). The concept of intellectual property. Disponível em: www.wipo.org. Acesso em: jun. 2002.

ORSI, F.; HASENCLEVER, L.; FIALHO, B. C.; TIGRE, P ; CORIAT, B. “Intellectual Property Rights, Anti-AIDS Policy and Generic Drugs. Lessons from The Brazilian Public Health Program”. In: MOATTI, J-P.; CORIAT, Be.; SOUTEYRAND, T. B.; DUMOULIN, J.; FLORI, Y-A. Economics of Aids and Access to HIV/AIDS Care in Developing Countries. Issues and Challenges. Paris: Le Publier, ANRS. Collection Sciences Sociales et SIDA, 2003, p. 109-135.

PIMENTEL, Luiz Otávio; BOFF, Salete Oro; DEL’OLMO, Florisbal de Souza (Org.) Propriedade intelectual: gestão do conhecimento, inovação tecnológica no agronegócio e cidadania. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

RIFIKIN, J. O século da biotecnologia. São Paulo: MAKRON Books, 1999. 290p.

SHERER, F. M.; ROSS, D. (1990). “Market Structure, Patents and Technological Innovation in Industrial Market Structure and Economics Performance”. Houghton Mifflin Company Books Boston, MA, USA, 613-660. Winter, Sidney (1993). “Patents and Welfare in an Evolutionary Model”. *Industrial and Corporate Change*, volume 2. November, 211-231.

SHIVA, V. Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

VASCONCELOS, A. G. Propriedade Intelectual dos Conhecimentos Associados à Biodiversidade, com Ênfase nos Derivados de Plantas Medicinais - Desafio para Inovação Biotecnológica no Brasil. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Pós-Graduação do Programa de Biotecnologia Vegetal da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003. 179p.

WEISZ, J. Projetos de Inovação Tecnológica. CNI/SENAIL/IEL 2009.

Propriedade Intelectual nas Indústrias Alimentícia e Química

Ementa:

Inserção da Indústria Alimentícia e Química moderna no sistema de propriedade intelectual. Mecanismos legais existentes para a proteção das criações intelectuais no campo da Indústria Alimentícia e Química no Brasil. Estratégias e finalidades da busca de informações contidas em documentos de patentes da área. Interface entre a proteção patentária no campo de Indústria Alimentícia e Química e a legislação de acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado. Direitos intelectuais de propriedade e desenvolvimento das inovações no setor industrial com foco alimentício, químico e farmacêutico. A ênfase será na análise dos aspectos econômicos e institucionais ligados à questão de monopólio de patentes no contexto de economias em desenvolvimento e nos impactos na mudança da legislação brasileira.

Bibliografia:

CALSTER, Geert. Regulating Nanotechnology in the European Union. 2. ed. Bélgica, 2006.

H.E.Toma, O Mundo nanométrico (Livro). Ed.Of.Textos, SP, 2004.

LEI Nº 9.279 de 14 de maio de 1996 Propriedade Industrial

MAGALHÃES, W. G. LEWELYNAND, D. L. Propriedade Intelectual Biotecnologia E Biodiversidade. Editora: Fiuza. 2011

MOREIRA, Eliane Cristina P. Nanotecnologia e Regulação: as inter-relações entre o Direito e as ciências. In: MARTINS, Paulo Roberto (Org.). Nanotecnologia, sociedade e meio ambiente. São Paulo: Xamã, 2006. p. 309-313.

Nano - A Ciência Emergente da Nanotecnologia, Ed Regis, Tradução: Editora: Rocco, ISBN: 8532507247, Número de Páginas: 304.

NANOTECNOLOGIA, Sociedade e Meio Ambiente, Associação Editorial Humanitas, 286 páginas, Livraria Humanitas, Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, Cidade Universitária, 05508-900, São Paulo, SP, telefone (11) 3091-3728.

PIMENTEL, Luiz Otávio; BOFF, Salette Oro; DEL'OLMO, Florisbal de Souza (Org.) Propriedade intelectual: gestão do conhecimento, inovação tecnológica no agronegócio e cidadania. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

WEISZ, J. Projetos de Inovação Tecnológica. CNI/SENAIL/IEL 2009

Propriedade Intelectual nas Engenharias e na Tecnologia da Informação e Comunicação

Ementa:

Sistema de propriedade intelectual nas Engenharias. Mecanismos legais existentes para a proteção das criações intelectuais no campo da engenharia no Brasil. Estratégias e finalidades da busca de informações contidas em documentos de patentes da área. Direitos intelectuais de propriedade e desenvolvimento das inovações no setor industrial com foco em tecnologias. Proteção de Propriedade Intelectual de Programas de Computador, Topologia de Circuitos Integrados, Modelo americano baseado em patentes de software. A ênfase será na análise dos aspectos econômicos e institucionais ligados à questão de monopólio de patentes no contexto de economias em desenvolvimento e nos impactos na mudança da legislação brasileira.

Bibliografia:

Ascensão, J. O. Direito da Internet e da sociedade da informação. Rio de Janeiro, Florense, 2002.

BARBOSA, D.B. Uma introdução à propriedade intelectual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, I: Teoria da Concorrência, Patentes e Siglas Distintivas. 1998. 376p. v.

BASTOS, A. W. Dicionário brasileiro de propriedade industrial e assuntos conexos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997. 305p.

BENKLER, Y. The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom. New Haven: Yale University Press. 2006

Castells, M. A sociedade em Rede. Vol 1. Paz e Terra, 1996.

Copyright and Digital Media in a Post-Napster World: International Supplement. Havard University – Berkman Center for Internet and Society, University of St. Gallen. 2005. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=655391___download=yes

CORNISH, W. Intellectual Property: Patents, Copyrights, Trademarks and Allied Rights. 7th Edition. Sweet and Maxwell. 2010

Direito autoral e mídias digitais num mundo pós-Napster. Berkman Center for Internet and Society. Havard University. Publicação de Pesquisa No. 2003-05 Disponível em: <http://hiperficie.files.wordpress.com/2010/01/direito-autoral-e-midias-digitais-num-mundo-pos-napster-pt-br.pdf.2003>

Lastres, H. ; Albagli, S.(organizadoras) Informação e Globalização na era do Conhecimento. Rio de Janeiro. Campus, 1999.

LEI Nº 9.279 de 14 de maio de 1996 Propriedade Industrial

MAGALHÃES, W. G. LEWELYNAND, D. L. Propriedade Intelectual Biotecnologia E Biodiversidade. Editora: Fiuza. 2011

PIMENTEL, Luiz Otávio; BOFF, Salete Oro; DEL'OLMO, Florisbal de Souza (Org.) Propriedade intelectual: gestão do conhecimento, inovação tecnológica no agronegócio e cidadania. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

WEISZ, J. Projetos de Inovação Tecnológica. CNI/SENAIL/IEL 2009

Propriedade Intelectual no Agronegócio**Ementa:**

A disciplina trata as formas de proteção utilizadas no agronegócio, tendo como referência as suas fontes de dinamismo tecnológico. Desse ponto de vista, há uma conjugação de formas de proteção que envolve a propriedade industrial (patentes de invenção e de modelo de utilidade, marcas - especialmente marcas coletivas, desenho industrial, indicações geográficas), direitos de autor (seja na proteção de artigos científicos gerados na atividade de pesquisa agropecuária, seja na proteção de programas de computador), proteções sui generis (proteção de cultivares, da biodiversidade, do conhecimento tradicional a ela associado). É tratada igualmente a utilização de estratégias empresariais como mecanismo de apropriação e como instância de integração da utilização de formas de proteção distintas.

Bibliografia:

- ARRUDA, P.; ARRUDA, F. S. Propriedade Intelectual em genômica no Brasil. Texto apresentado na Oficina de Trabalho Genômica e Propriedade Intelectual no Brasil no CGEE, Brasília, 01 de fevereiro de 2005.
- BARBOSA, D.B. Uma introdução à propriedade intelectual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, I: Teoria da Concorrência, Patentes e Siglas Distintivas. 1998. 376p.
- CARVALHO, S. M. P. Propriedade Intelectual na Agricultura. Campinas: Instituto de Geociências, Departamento de Política Científica e Tecnológica. Tese de Doutorado, 2003.
- CARVALHO, S. M. P.; BUAINAIN, A. M.; CHAMAS, C. L. Políticas de Propriedade Intelectual no Brasil: análise comparativa entre saúde e agricultura. Aceito para publicação nos Anais do XI Seminário de Gestão Tecnológica – ALTEC 2005 25 a 28 de outubro de 2005 – Salvador – Bahia, Brasil.
- FUCK, M. P. Funções públicas e arranjos institucionais: o papel da Embrapa na organização da pesquisa de soja e milho híbrido no Brasil. Dissertação de Mestrado. Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT/IG/Unicamp), Campinas, 2005, p. 112.
- MAGALHÃES, W. G. LEWELYNAND, D. L. Propriedade Intelectual Biotecnologia E Biodiversidade. Editora: Fiuza. 2011
- Medicinais - Desafio para Inovação Biotecnológica no Brasil. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Pós-Graduação do Programa de Biotecnologia Vegetal da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003. 179p.
- PIMENTEL, Luiz Otávio; BOFF, Salette Oro; DEL'OLMO, Florisbal de Souza (Org.) Propriedade intelectual: gestão do conhecimento, inovação tecnológica no agronegócio e cidadania. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.
- POSSAS, M. L.; SALLES-FILHO, S. L. e SILVEIRA, J. M. An evolutionary approach to technological innovation in agriculture: some preliminary remarks. Research Policy 25 (1996) 933-945. 1996.
- ROSEBOOM, J. Sources of Technological Innovation in Brazilian Agriculture, ISNAR: Discussion Paper No. 99-12, December 1999.
- SANINI, G. A. A reestruturação da indústria de sementes no Brasil: o novo ambiente concorrencial dos segmentos de milho híbrido e soja. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. Departamento de Engenharia de Produção. Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2002.
- SHIVA, V. Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- VASCONCELLOS, A. G. Propriedade Intelectual dos Conhecimentos Associados à Biodiversidade, com Ênfase nos Derivados de Plantas
- WETZEL, C. T. Marcas competidoras no Mercado de sementes: obtentores e cultivares protegidas. Brasília: Embrapa Negócios Tecnológicos, 2001.
- WETZEL, C. T. Sementes na clandestinidade. Seed News, v. 7, n2, mar/abr 2003a.
- WILKINSON, J.; CASTELLI, P. G. A transnacionalização da indústria de sementes no Brasil - biotecnologia, patentes e biodiversidade. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil 2000.

Gestão da Transferência de Tecnologia em Ambientes de Inovação

Ementa:

A disciplina trata as diversas formas de gestão da Transferência de Tecnologia nos diversos ambientes de inovação. Apresenta e discute conceitos de gestão da transferência de tecnologia em ambientes de inovação, seus reflexos estratégicos em relação ao desempenho das organizações e sua aplicação no mundo corporativo. Aborda ainda modelos de gestão de transferência de tecnologia passíveis de aplicação no desenvolvimento da inovação nos ambientes das empresas.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, E. M.; Patentes e Atividades Inovativas: uma avaliação preliminar do caso brasileiro. In VIOTTI, E. B. ; MACEDO, M. M. Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2003 (Capítulo 7 pp 331-76).

ANDERSON, R.; COHN, T.; RAY, C.; HOWLETT, M. ; MURRAY, C. Innovation Systems in a Global Context. The North American Experience. McGill-Queen's University Press, London, 1998.

ANSEL, Edward O. Technology Transfer Caltech-Style. Les Nouvelles, Março, pp 10 – 12, 1993.

BARBOSA, A. L. F. Sobre a propriedade do trabalho intelectual: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

BESSY, C.; BROUSSEAU, E. Technology Licencing Pratices in France. LES Nouvelles, 25:2, pp 66-75, 06/2000.

CASSIOLATO, J. E. ; ELIAS, L. A. “O Balanço de Pagamentos Tecnológicos Brasileiro: Evolução do Controle Governamental e Alguns Indicadores”. In: Viotti, Eduardo B, Macedo. Mariano de Matos (org). Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil, cap. 6. Editora UNICAMP, 2003.

CHAMAS, C. I. Proteção e exploração econômica da propriedade intelectual em universidades e instituições de pesquisa. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, RJ: COPPE/UFRJ, 2001. 266p.

CHAMAS, C. I.; NOGUEIRA, M. P. ; SCHOLZE, S. C. (coord) Scientia 2000: propriedade intelectual para a academia. Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz. Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundação Konrado Adenauer, 2003.

CORREA, C. M. Intellectual Property Rights and Foreign Direct Investment. International Journal of Technology and Management: vol 10, nº 2/3, 1995.

EUROPEAN COMISSION (EU) Role and Strategic Use of IPR (Intellectual property Rights) in International Research Collaborations. Bruxelas: European Comissions/Directorate-General for Research/European Research Area: Research and Innovation , 2002 (Working Paper)

FENWICK ; WEST PATENT LICENSING: for High Technology and Life Sciences. San Francisco: Fenwick and West LLP, 2005.

FÓRUM NACIONAL DE GESTORES DE INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA. Manual básico de acordos de parceria de P,DeI : aspectos Jurídicos. Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia ; org. Luiz Otávio Pimentel. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010.

KASSICIEH and RADOSEVICH from Lab to Market commercialization of public sector technology. Plenum Press: New York and London, p. 209-20, 1994.

KLEIN, D. A. A gestão estratégica do capital intelectual: recursos para a economia baseada em conhecimento. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 1986. p. 251-286.

LE BAS, C. and PATEL, P. Does Internationalization of technology determine technological diversification in large firms – SPRU Eletronic Working Paper Series. Paper no. 128. September 2004.

MARKUSEN, J. R. “Contracts, intellectual property rights and multinational investment in developing countries”. *Journal of International Economics*, Amsterdam, v. 53, p. 189-204.

MATESCO. V. R. and HASENCLEVER, L. “As Empresas Transnacionais e o seu Papel na Competitividade Industrial e dos Países: o caso do Brasil”. In: Veiga, Pedro da Motta. *O Brasil e os Desafios da Globalização*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, cap. S/n, pp 161-192, 2000.

PATEL, P.; PAVITT, K. Technical Competences and Large Firms: Some Elements for Understanding Structure and Development of World’s Large Firms. *Economies et Sociétés. Dynamique technologie et organization, Série W.*, nº 3, v.7, 1996, p. 23-60.

STAL, E. and FUJINO, A. A propriedade intelectual na universidade e o papel das agências de fomento. In *XXII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica: São Paulo, 2002: anais/Núcleo de Política e Gestão Tecnológica da Universidade de São Paulo: PGT/USP, 2002.*

TEECE, D. *Managing Intellectual Capital*. New York: Oxford University Press Incorp., 2000.

Valoração Sistêmica de PI e TT

Ementa:

Métodos de Valoração, Fluxo de caixa descontado (FCD), Modelos de precificação de ativos financeiros (CAPM) , Comparação com produtos no mercado, Custos alternativos, Regra dos 25%, Opções Reais, Métodos Binomiais e Monte Carlo, Política única fixa para todos os licenciamentos, Outros métodos de valoração.

Bibliografia:

ACHLEITNER, A., LUTZ, E., SCHRAML, S. Quantitative valuation of platform technology based entrepreneurial ventures. *International Journal of Entrepreneurial Venturing*. Vol 1, p.352-366, 2009.

AIC - Instituto Australiano de Comercialização - Valuations of Intellectual Property, Australian Institute for Commercialisation. Disponível em: <<http://www.eng.usyd.edu.au/webnet/ENGG2062/UserFiles/File/AIC%20IP%20Valuation.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2012.

ANDERSEN, B; STRIUKOVA, L. Where Value Resides: classifying and measuring intellectual capital and intangible assets. *The transparent enterprise. The value of intangibles*. Autonomous University of Madrid, Nov. 25-26, 2002.

ARAÚJO, L. C. A., SÁ JUNIOR, E. M., SILVA, G. M. M., QUINTELLA, C. M., Capítulo 2 - Gestão Empreendedora e Inovação, Parte I. In: *Capacitação de Inovação Tecnológica para Empresários*. Aracaju: Editora da UFS, 2011.

ASSAF NETO, Alexandre. *Os Métodos Quantitativos de Análise de Investimentos*. Caderno de Estudos. nº 06, São Paulo, FIPECAFI – Outubro/1992.

ASSAF NETO, Alexandre. *Finanças corporativas e valor*. São Paulo: Atlas, 2003.

AZOFRA, V.; PRIETO, B. SANTIDRIÁN, A. A proposal for the presentation of evolution of intellectual property and its connection with value creation. *Analysis of case. The transparent enterprise. The value of intangibles*. Autonomous University of Madrid, Nov. 25-26, 2002.

- BARNEY, J. Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of Management* v 17, n 1, 1991.
- BARNEY, J. How a firm's capabilities affect boundary decisions. *Sloan Management Review*, Spring, 1999.
- BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br> >. Acesso em maio 2012.
- BERTOLO, Luiz Antonio. Disponível em <http://www.bertolo.pro.br/computacao/Disciplinas/TMA/Bimestre1/MatFin2.swf>, acesso em 23 mai 2012.
- BOREMANN, M.; KNAPP, A.; SCHNEIDER, U.; SIXL, K. Holistic measurement of intellectual capital. Paper presented at the international symposium: measuring and reporting intellectual capital: experience, issues and prospects. Technical Meeting. Policy and Strategy Forum. msterdam, 1999.
- BUAINAIN, Antônio Márcio. CARVALHO, Sérgio M. Paulino de. Propriedade Intelectual em um Mundo Globalizado. In: *Parcerias Estratégicas*. N° 9, Outubro, 2000. Disponível em: < www.cgee.org.br/arquivos/pe_09.pdf >. Acesso em 22 mai 2012.
- Cozzi, Afonso et al. *Empreendedorismo de base tecnológica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- DECRETO nº5.563 de 11 de outubro de 2005, dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5563.htm>. Acesso em maio de 2012.
- DECRETO Nº 7.423, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010, Regulamenta a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e revoga o Decreto no 5.205, de 14 de setembro de 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7423.htm >. Acesso em maio de 2012.
- FAMA, Eugene F.; FRENCH, Kenneth R. The Capital Asset Pricing Model: Theory and Evidence. *Journal of Economic Perspectives*. Vol. 18, No. 3, p. 25–46, 2004.
- FLIGNOR, P.; OROZCO, D. Intangible Assets and Intellectual Property Valuation: A Multidisciplinary Perspective. Disponível em: < http://www.wipo.int/sme/en/documents/ip_valuation.htm >. Acesso em 10 de maio de 2012.
- GITMAN, Lawrence Jeffrey. *Princípios de Administração Financeira*. 12ª ed. São Paulo: Pearson Education, 2010.
- GOLDSCHIEDER, Robert; JAROSZ, John; MULHERN, Carla. Use Of The 25 Per Cent Rule In Valuing IP. *Les Nouvelles*. p. 118, December 2002. Disponível em: <<http://www.bu.edu/otd/files/2009/11/goldscheider-25-percent-rule.pdf>>. Acesso em maio de 2012.
- GRANT, M. *Contemporary strategy analysis*. Blackwell Publishers Ltd. Oxford, UK, 1998.
- GRANT, M. The resource-based theory of competitive advantage: implications for strategy formulation. *California Management Review* n 33, 1991.
- LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em maio de 2012.
- LINGLE, J.; SCHIEMANN, W. From balanced scorecard to strategic gauges: is measurement worth it – *Management Review* v. 85, n 3, 1996.

MAYERHOFF, Z. D. V. L.; Uma Análise sobre os Estudos de Prospecção Tecnológica. Cadernos de Prospecção. , v.1, n.1, 2008, p.3 – 3. Disponível em [www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/Cadernos01\[02\].pdf](http://www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/Cadernos01[02].pdf), acesso em 31 mar. 2012.

MCDONALD, D.; SMITH, A. A proven connection: performance management and business results. Compensation and benefits Review, January/February, 1995.

MCTI (www.mct.gov.br, Ministério da Ciência e Tecnologia)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 571, DE 25 DE MAIO DE 2012. Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Mpv/571.htm#art1>. Acesso em maio de 2012.

MERITUM. Guidelines for managing and reporting on intangibles – Intellectual Capital Report. Vodafone Foundation, 2002.

MIYAZAWA, Takashi; OSADA, Hiroshi. Quantitative indicators for evaluating the competitiveness of a patent. Journal of Intellectual Property Law and Practice. v. 5, nº 3, p. 192-199, 2010.

MOTA, J. A. Valoração de Ativos Ambientais como Subsídio à Decisão Pública. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2000.

NETO, Ramon Martinez Ribeiro; FAMÁ, Rubens. Beta Contabilístico: Uma aplicação no mercado financeiro brasileiro. V Semead – Seminários em Administração, São Paulo, Junho de 2001.

PCT - Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), Patent Cooperation Treaty. Disponível em www.inpi.gov.br/index.php/patente/pct, acesso em 31 mar. 2012.

PEROLD, André F. The Capital Asset Pricing Model. Journal of Economic Perspectives. Vol. 18, Nº 3, p. Pages 3–24, 2004.

PIMENTEL, Isabella. Ativos de Propriedade Intelectual: uma ferramenta para o crescimento econômico. Segundo Seminário de Propriedade Intelectual como fator de Inteligência Competitiva, Curitiba – PR, 7 a 9 de junho de 2004.

PIMENTEL, L. O., Propriedade Intelectual e a Universidade: Aspectos Legais, 1ª ed, Florianópolis: Fundação Boiteaux – Konrad Adenauer Stiftung, 2005, v.1, 182p.

PITA, Alberto Coelho. Análise do valor e valoração de patentes: método e aplicação no setor petroquímico brasileiro. TCC – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Produção. São Paulo – SP, 2010.

PITKETHLY, R. The Valuation of Patents: A review of patent valuation methods with consideration of option based methods and the potential for further research. New Developments in Intellectual Property: Law and Economics, 1997.

QUINTELLA, C. M. et al. Cartilha da PI - Propriedade Intelectual: O quê? Quem? Por quê? Para quê?, Salvador-BA: EDUFBA - Editora da UFBA, v.1. p.28, 2006. Disponível em http://www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/divulgacao_cartilha.pdf, acessado em maio de 2012.

QUINTELLA, C. M., TORRES, E. A. Capítulo 7 - Gestão e Comercialização de Tecnologia In: Capacitação de Inovação Tecnológica para Empresários. Aracaju: Editora da UFS, 2011a.

QUINTELLA, C. M.; COSTA NETO, P. R.; MEIRA, M., Capítulo 11 - Prospecção Tecnológica: Biocombustíveis In: Capacitação de Inovação Tecnológica para Empresários. Aracaju -SE: Editora da UFS, 2011b.

SANTOS, Elieber Mateus dos; PAMPLONA, Edson de Oliveira. Teoria das Opções Reais: Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento (PeD). 2º Encontro Brasileiro de Finanças. Ibmecc, Rio de Janeiro - RJ, julho de 2002.

SECCHIN, Rodrigo Barcellos. Metodologia de Avaliação de Empresas considerando ativos intangíveis através de Mínimos Quadrados de Monte Carlo e Reversão à Média. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SFAC nº 6. 1985. Concepts Statement No. 6. Elements of Financial Statements —a replacement of FASB Concepts Statement No. 3 (incorporating an amendment of FASB Concepts Statement No. 2) . Disponível em:<

<http://www.fasb.org/cs/BlobServer?blobcol=urldata&blobtable=MungoBlobs&blobkey=id&blobwhere=1175822102897&blobheader=application%2Fpdf>>. Acesso em maio de 2012.

STAHLE, P.; POYHONEN, A.; STAHLE, S.; HONG, J. Valuing dynamic intellectual capital, 2002.

STL - Successful Technology Licensing - Training of Trainers. Organizado por The World Intellectual Property Organization (WIPO) e Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) do Brasil. Rio de Janeiro, Brasil, 28 a 31 de Março de 2006.

TEECE, D.; PISANO, G.; SHUEN, A. Dynamics capabilities and strategic management. Strategic Management Journal, v 18(7), 1997.

Negociação Contratos e Formalização de Transferência de Tecnologia

Ementa:

Termos financeiros: avaliação, formas e pagamento. Avanço tecnológico e desenvolvimento. Valoração de ativos intangíveis. Prospecção tecnológica como ferramenta. Visão do mercado tecnológico Estudos de mercado e plano de negócio. Avaliações preliminares qualitativas que afetam os ganhos econômicos. Royalties (Royalties Mínimos, Royalties Escalonados ou Variáveis) Pagamento Inicial ou Taxa de Acesso à Tecnologia (Lump Sump), Pagamentos Fixos (Installment Payments), Transferência de Know How, Assistência Técnica. Penalidades e Indenizações. Ferramental necessário. Estudos de caso dos próprios alunos.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, E.M. Patentes e Atividades Inovativas: uma avaliação preliminar do caso brasileiro. In VIOTTI, E B ; MACEDO, M M Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2003 (Capítulo 7 pp 331-76).

ANDERSON, R; COHN, T; RAY, C; HOWLETT, M ; MURRAY, C. Innovation Systems in a Global Context. The North American Experience. McGill- Queens University Press, London, 1998.

BARBOSA, A. L. F. Sobre a propriedade do trabalho intelectual: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CASSIOLATO, J E ; ELIAS, L A. O Balanço de Pagamentos Tecnológicos Brasileiro: Evolução do Controle Governamental e Alguns Indicadores. In: Viotti, Eduardo B. ; Macedo, Mariano de Matos (org.). Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil, cap.6. Editora UNICAMP. 2003.

CORREA, C. M. Intellectual Property Rights and Foreign Direct Investment. International. Journal of Technology and Management: vol 10, nº 2/3, 1995.

Foresight 2020 -Economic, Industry and corporate trends The Economist Intelligence Unit, 2006.

GREGERSEN, B. e JOHNSON, B. Learning economies, innovation systems and european integration. *Regional Studies*, v. 31.5, 1997, p. 479-490.

Guedes M. e Fórmica, P. (org); *A Economia dos Parques Tecnológicos*; ANPROTEC, 1997.

HASENCLEVER, L. e TIGRE, P. Estratégias de inovação. In: KUPFER, D. e HASENCLEVER, L. (orgs.) *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. Campus, 2002.

LE BAS, C and PATEL P. Does internationalisation of technology determine technological diversification in large firms SPRU Electronic Working Paper Series. Paper no. 128. September 2004

MARKUSEN, J. R. Contracts, intellectual property rights, and multinational investment in developing countries?. *Journal of International Economics*, Amsterdam, v. 53, p. 189-204.

MATESCO, V R ; HASENCLEVER, L. As Empresas Transnacionais e o seu Papel na competitividade Industrial e dos Países: o caso do Brasil, In: Veiga, Pedro da Motta. *O Brasil e os Desafios da Globalização*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, cap. S/n, pp161-192, 2000.

Paladino, G.G. e Medeiros, L.A (ORG); *Parques Tecnológicos e Meio Urbano*, ANPROTEC/SEBRAE, 1997

PATEL, P.; PAVITT, K. Technical Competences and large Firms: Some Elements for Understanding Structure and Development of World Large Firms. *Economies et Sociétés, Dynamique technologie et organization*, Série W., nº 3, v.7, 1996, p.23-60.

QUÍMICOS EMPREENDEDORES; Maria H. Araújo et alli, *Quim. Nova*, Vol. 28, Suplemento, S18-S25, 2005

Empreendedorismo em Setores Tecnológicos

Ementa:

O Empreendedor (características). O Processo do Empreendedorismo. Oportunidades de Negócio. Empreendedorismo Corporativo. Empreendedorismo Tecnológico: os parques tecnológicos e as Incubadoras de Empresas. Plano de Negócio. Empreendedorismo inovador e sua dependência de setores tecnológicos específicos; geração e gestão de negócios inovadores nas áreas tecnológicas; sistemas de inovação.

Bibliografia:

Artigos da Revista Brasileira de Inovação e Parcerias Estratégicas (MCT/CGEE)

Artigos das Revistas Locus e Locus Científico (Edições da ANPROTEC)

Biagio, L A, “Como calcular preço de venda”, Ed. Manole, São Paulo, 2012.

DOLABELA, F. ; *O Segredo de Luiza*, Cultura, Cultura, 1998.

DOLABELA, F. ; *Quero Construir minha história*, Sextante, 2009.

Foresight 2020 -Economic, Industry and corporate trends The Economist Intelligence Unit, 2006.

Guedes M. e Fórmica, P. (org); *A Economia dos Parques Tecnológicos*; ANPROTEC, 1997.

Paladino, G.G. e Medeiros, L.A (ORG); *Parques Tecnológicos e Meio Urbano*, ANPROTEC/SEBRAE, 1997

PRICE, R.W., *Roadmap for entrepreneurial success*, AMACON, 2004.

QUÍMICOS EMPREENDEDORES; Maria H. Araújo et alli, *Quim. Nova*, Vol. 28, Suplemento, S18-S25, 2005

Ambientes de Inovação e suas interações sistêmicas

Ementa:

Constituição e gestão de empresas juniores, pré-incubadoras, incubadoras de empresas, parques e polos tecnológicos, cooperativas e empreendimentos solidários e outras ações voltadas para a identificação, aproveitamento de novas oportunidades e recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios, estimulando a pró-atividade.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, E. M. Patentes e Atividades Inovativas: uma avaliação preliminar do caso brasileiro. In VIOTTI, E. B. ; MACEDO, M. M. Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2003 (Capítulo 7 pp 331-76).

BRITO CRUZ, C. H. e PACHECO, C. A. (2004) Conhecimento e Inovação: desafios do Brasil no século XXI. Mimeo, <http://www.inovacao.unicamp.br/report/inte-pacheco-brito.pdf>

BROOKS, H. (1986) National Science Policy and Technological Innovation. In Landau, R. ; Rosenberg, N. The Positive Sum Strategy. National Academy Press, Washington, D.C.

Foresight 2020 -Economic, Industry and corporate trends The Economist Intelligence Unit, 2006.

GREGERSEN, B. e JOHNSON, B. Learning economies, innovation systems and european integration. *Regional Studies*, v. 31.5, 1997, p. 479-490.

Guedes M. e Fórmica, P. (org); *A Economia dos Parques Tecnológicos*; ANPROTEC, 1997.

HASENCLEVER, L. e TIGRE, P. Estratégias de inovação. In. KUPFER, D. e HASENCLEVER, L. (orgs.) *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. Campus, 2002.

HERRERA, A. (1995) “Los determinantes sociales de la política científica en América Latina. Política científica explícita y política implícita”.

LALL, S. (2002) Globalização e Desenvolvimento. In: CASTRO, A.C. (org.) BNDES – Desenvolvimento em Debate – Novos Rumos do Desenvolvimento no Mundo, Mauad, Rio de Janeiro, pp. 105-130.

LANDES, D.S. (1994) *Prometeu Desacorrentado*, Ed. Nova Fronteira, capítulo “Falta de Ar e Recuperando o Fôlego”. Cap. 5, p. 351-383. OCDE. National systems for financing innovation. Paris: OCDE, 1995, 120 p.

Paladino, G.G. e Medeiros, L.A (ORG); *Parques Tecnológicos e Meio Urbano*, ANPROTEC/SEBRAE, 1997

QUEIROZ, S e QUADROS, R. Inovação e desenvolvimento tecnológico nas empresas brasileiras. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) / Instituto de Geociências (IG) / Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT). Campinas, 2005 (mimeo).

QUÍMICOS EMPREENDEDORES; Maria H. Araújo et alli, *Quim. Nova*, Vol. 28, Suplemento, S18-S25, 2005

REDES, Buenos Aires, n.5, v.2, dezembro 1995, pp. 117-131.

Disciplinas Integradoras Presenciais

Seminário Interdisciplinar Integrador I

Serão desenvolvidos seminários e discussão de artigos científicos abordando aspectos da multidisciplinaridade da propriedade intelectual, defesa do projeto de dissertação e desenvolvimento do exame de qualificação.

Bibliografia:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Apresentação de Citações em Documentos. Rio de Janeiro: Out., 1988.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: Ago., 2000.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2001.

Seminário Interdisciplinar Integrador II

Ementa:

Serão desenvolvidos seminários e discussão de artigos científicos abordando aspectos da multidisciplinaridade da propriedade intelectual, defesa do projeto de dissertação e desenvolvimento do exame de qualificação.

Bibliografia:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Apresentação de Citações em Documentos. Rio de Janeiro: Out., 1988.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: Ago., 2000.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2001.

Seminário de Tese I

Ementa

Seminário sobre o projeto de pesquisa a ser desenvolvido na tese de doutorado.

Bibliografia

Esta disciplina não possui bibliografia específica.

Seminário de Tese II

Ementa

Seminário sobre o projeto de pesquisa a ser desenvolvido na tese de doutorado.

Bibliografia

Esta disciplina não possui bibliografia específica.

Disciplinas Regulamentares em cada uma das IES

Tópicos Interdisciplinares I

Ementa

A definir, focando temas inter-relacionados e emergentes em PI e TT.

Bibliografia

A definir

Tópicos Interdisciplinares II

Ementa

A definir, focando temas inter-relacionados e emergentes em PI e TT.

Bibliografia

A definir

Atividades Curriculares em cada uma das IES

Exame de Qualificação

Ementa

Descrição do projeto de pesquisa a ser desenvolvido na tese de doutorado.

Bibliografia

Esta disciplina não possui bibliografia específica.

Tirocínio Docente Orientado (Estágio de Docência) I

Ementa

O doutorando deverá ministrar aulas nos cursos de graduação sob supervisão do professor.

Bibliografia

Esta disciplina não possui bibliografia específica.

Tirocínio Docente Orientado (Estágio de Docência) II

Ementa

O doutorando deverá ministrar aulas nos cursos de graduação sob supervisão do professor.

Bibliografia

Esta disciplina não possui bibliografia específica.

Pesquisa Orientada

Ementa

Trabalho de pesquisa orientado com vistas à elaboração da tese de doutorado.

Bibliografia

Esta disciplina não possui bibliografia específica.

Projeto de Tese

Ementa

Elaboração da tese de doutorado.

Bibliografia

Esta disciplina não possui bibliografia específica.

Disciplinas já Existentes em outros Programas de Pós-Graduação em cada IES que podem ser Cursadas pelos Alunos como Disciplinas Optativas / Eletivas

UFAL - Competitividade e Desenvolvimento

Ementa:

Estudo e discussão sobre as várias formas da competição entre as organizações. Formulação da estratégia competitiva de negócio e das estratégias competitivas operacionais alinhadas à estratégia competitiva de negócio. Correntes de competitividade. Inovações tecnológica e dinâmica capitalista. Organização industrial no Brasil. Política Industrial e desenvolvimento tecnológico. Organização da produção e relações de trabalho no contexto das novas tecnologias. Globalização, reestruturação e reflexos socioespaciais. Desenvolvimento Endógeno. Desenvolvimento sustentável, dinâmica econômica e questão social. Desenvolvimento territorial. Desenvolvimento Econômico Local. Configurações produtivas local-regionais frente às mudanças econômicas gerais: possibilidades e limites da regulação/governança territorial. Estratégias de Desenvolvimento Regional: Cooperativismo, Arranjos Produtivos, Redes Flexíveis de Empresas e Clusters. Tipos de arranjos empresariais: cadeias de suprimentos, cadeias produtivas e clusters. Governança de arranjos empresariais. Modelos de gestão estratégica de arranjos empresariais. Políticas de promoção local-regional em contexto de globalização.

Bibliografia

AMATO NETO, J. Redes de cooperação produtiva. São Paulo: Atlas, 2000.

CASSIOLATO, J. E. e LASTRES, H. M. Local systems of innovation in mercosur countries. *Industry and Innovation*, v. 7, n. 1, June-2000, p. 33-53.

FREEMAN, C. A hard Landing for the "new economy"? Information technology and the United States National System of innovation. Texto apresentado no Seminário Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico. UFRJ/BNDES, 2000.

GREGERSEN, B. e JOHNSON, B. Learning economies, innovation systems and european integration. *Regional Studies*, v. 31.5, 1997, p. 479-490.

HASENCLEVER, L. e TIGRE, P. Estratégias de inovação. In. KUPFER, D. e HASENCLEVER, L. (orgs.) *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. Campus, 2002.

HUDSON, R. "The learning economy, the learning firm and the learning region": a sympathetic critique of the limits to learning. *European Urban and Regional Studies*, v. 6, n. 1, p. 59-72, 1999.

HUMPHREY, J., SCHMITZ, H. Governance and upgrading: linking industrial cluster and global value chain research. Working Paper, University of Sussex, IDS, n. 120, Nov. 2000.

MINHOTO, L. D.; MARTINS, Carlos Estevam. "As redes e o desenvolvimento social", 2001.

UFAL - Economia da Inovação

Ementa:

Inovação e Economia; Economia da tecnologia e mudança tecnológica; Inovação, difusão e dinâmica industrial; Inovações, instituições e desenvolvimento econômico ;Competitividade e Inovação.

Bibliografia:

- SCHUMPETER, Joseph A. Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, juro e ciclo econômico. São Paulo. Abril Cultural, 1982. Cap. 7.
- POSSAS, Mario Luiz. Economia evolucionária neo-schumpeteriana: elementos para uma integração micro-macrodinâmica. Estud. av. [online]. 2008, vol.22, n.63 [cited 2011-08-15], pp. 281-305 .
- POSSAS, S. (1999). Concorrência e Competitividade. Notas sobre estratégia e dinâmica sOptativa / Eletiva na economia capitalista. S. Paulo: Hucitec. Caps. 1 e 2.
- Nelson, R.; Winter*, S. (1982). Uma teoria evolucionária da mudança econômica. Introdução e capt.11. Tradução de Cláudia Heller. Campinas/SP, Editora da Unicamp, 2005.
- Research Policy, v.11, n.3, pp.147-162. (Também disponível na Revista Brasileira de Inovação, v.5, n.1, 2006).
- Breschi, S.; Malerba, F.; Orsenigo, L. (2000). Technological regimes and schumpeterian patterns of innovation. The economic journal. v.110, pp.388-410.
- DOSI, G. "The Research on Innovation Diffusion: an Assessment". In: NAKICENOVIC, N., GRÜBLER, A. (eds.) (1991).
- Breschi, S.; Malerba, F.; Orsenigo, L. (2000). Technological regimes and schumpeterian patterns of innovation. The economic journal. v.110, pp.388-410.
- Marsilii, Orietta; Verspagen, Bart. Technology and the dynamics of industrial structures: an empirical mapping of Dutch manufacturing. Industrial e Corporate Change. 11 (4): 791-815.
- POSSAS, S. (1999). Concorrência e Competitividade. Notas sobre estratégia e dinâmica sOptativa / Eletiva na economia capitalista. S. Paulo: Hucitec. Cap. 6.
- POSSAS, M. L. Competitividade: fatores sistêmicos e política industrial – Implicações para o Brasil. In: CASTRO, A. B., ET. AL. Estratégias empresariais na indústria brasileira: discutindo mudanças. Rio. Editora Forense. 1996.
- Malerba, Franco; Orsenigo, Luigi. Technological regimes and firm behavior. Ind Corp Change (1993) 2 (1): 45-71.
- Cimoli, Mario; Dosi, Giovanni; Nelson, Richard; Stiglitz, Joseph. Instituições e Políticas Moldando o Desenvolvimento Industrial: uma nota introdutória. <http://www.ige.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/viewFile/314/233>

UFAL - Empreendedorismo e Inovação em Setores Tecnológicos

Ementa

Estímulo ao empreendedorismo inovador; geração e gestão de negócios inovadores nas áreas tecnológicas; sistemas de inovação. A disciplina é destinada a desenvolver a habilidade empreendedora de alunos de pós-graduação em Química, Materiais, Economia e áreas afins, com conteúdos específicos sobre empreendedorismo, inovação, geração e operação de negócios inovadores, ambientes favoráveis à inovação, financiamento à inovação e marco legal em propriedade intelectual e inovação.

Bibliografia

DOLABELA, F. ; O Segredo de Luiza, Cultura, Cultura, 1998.

DOLABELA, F. ; Quero Construir minha história, Sextante, 2009.

PRICE, R.W., Roadmap for entrepreneurial success, AMACON, 2004.

Paladino, G.G. e Medeiros, L.A (ORG); Parques Tecnológicos e Meio Urbano, ANPROTEC/SEBRAE, 1997

Guedes M. e Fórmica, P. (org); A Economia dos Parques Tecnológicos; ANPROTEC, 1997.

QUÍMICOS EMPREENDEDORES; Maria H. Araújo et alli, Quim. Nova, Vol. 28, Suplemento, S18-S25, 2005

Foresight 2020 -Economic, Industry and corporate trends The Economist Intelligence Unit, 2006.

Biagio, L A, “Como calcular preço de venda”, Ed. Manole, São Paulo, 2012.

Artigos das Revistas Locus e Locus Científico (Edições da ANPROTEC)

Artigos da Revista Brasileira de Inovação e Parcerias Estratégicas (MCT/CGEE)

UFAL - Informação Tecnológica e Redação de Patentes

Ementa:

Informação Tecnológica: conceitos, importância e fontes. O sistema de patentes como fonte de informação. Conhecendo e entendendo o documento de patente. A classificação internacional de patentes – CIP. Uso da informação contida em documentos de patente. Busca de patentes: objetivos, aplicações, limitações. Tipos de bases de dados. Consulta as principais bases de dados. Redação de patentes: suficiência descritiva, reivindicações, resumo, desenhos ou figuras.

Bibliografia:

- CARLA EUGENIA CALDAS BARROS. Manual de Direito da Propriedade Intelectual. Evocati. 2007.

- FÓRUM NACIONAL DE GESTORES DE INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA. Manual básico de acordos de parceria de P,DeI : aspectos Jurídicos. Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia ; org. Luiz Otávio Pimentel. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010. 158 p.

- WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. World intellectual Property indicators. Disponível em:

http://www.wipo.int/export/sites/www/ipstats/en/statistics/patents/pdf/941_2010.pdf

- Leis vigentes sobre Propriedade Intelectual.

- Site do inpi: www.inpi.gov.br

- Site do WIPO: www.wipo.int

UFAL - Sistemas de Inovação

Ementa

Conceituação de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento. Relações entre ciência, tecnologia, sociedade e desenvolvimento econômico e social. A Transferência de Tecnologia. O contexto da produção e difusão de CeT no Brasil e na América Latina. A Relação Universidade-Empresa-Governo. O Modelo da Hélice Tríplice. A articulação entre a oferta, a demanda e o fomento. A Empresa de Base Tecnológica. As Incubadoras de Empresas. Os Escritórios de Transferência de Tecnologia. Noções de Propriedade Intelectual. A temática das redes, da governança, do planejamento e do desenvolvimento local/regional, na atualidade: a América Latina e o Brasil. Evolução das visões do Planejamento regional dos Polos de Crescimento (anos 60 e 70) às experiências atuais de desenvolvimento endógenos locais. Desenvolvimento sustentável, dinâmica econômica e questão social. Desenvolvimento territorial. Desenvolvimento Econômico Local. A inserção da análise das economias regionais nos estudos organizacionais. Arranjos interorganizacionais, articulação de atores e sinergias para o desenvolvimento local. Instituições, políticas e sociedade. Configurações específicas de complexos regionais: distritos industriais, polos, APLs e parques tecnológicos. Inovação. Definições de Inovação. Inovação incremental, radical e disruptiva. Definição de Sistema Nacional, Setorial, Regional e Local de inovação. Breve panorama mundial dos sistemas nacionais de inovação. As políticas industriais e o sistema nacional de inovação brasileiro (SNB). O sistema regional de inovação. Estudos de casos e experiências brasileiras.

Bibliografia

- ALLEE, Verna. *The Knowledge Evolution: Expanding Organizational Intelligence*. Press in USA by Library of Congress Cataloging in, 1997.
- ANSEL, Edward O. *Technology Transfer Caltech-Style*. Les Nouvelles, Março, pp 10 – 12, 1993.
- ASHEIM, Bjorn T. ISAKSEN, Arne. *Regional Innovation Systems: The integration of Local Sticky and Global Ubiquitous Knowledge*. *Journal of Technology Transfer*, 27, 77-86, 2002.
- AUTM. *Association of University Technology Managers*. Documento Institucional, 1997.
- BAETA, A. M. C. *As Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica: Uma Nova Prática Organizacional para Inovação*. Tese de Doutorado. COPPE/UFRJ, Programa de Engenharia de Produção, 1997.
- BEVILACQUA, Luiz. *O papel dos escritórios de interação universidade - empresa no contexto da realidade universitária*. Seminário Gestão de projetos entre Universidade e Empresa. COPPE/CAPES, 1999.
- BLOEDON, R.V.; STOKES, D. R.. *Making University/Industry Collaborative Research Succeed*. *Research, Technology Management*, Março-Abril, pp 44-48, 1994.
- BATALHA, M.O. *In Agropolos – uma proposta metodológica*, p-64,1999.
- BRITO, J. ; ALBAGLI, S. *Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais*. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), Rio de Janeiro, 2003.
- BRITO Cruz, C. H.; Pacheco, C. A. *Conhecimento e Inovação: desafios do Brasil no século XXI*, 2004. Mimeo. <http://www.inovacao.unicamp.br/report/inte-pacheco-brito.pdf>.
- BALDUCCHI, Jean F. *From “local”to “global”*: how can a technopole strengthen the innovation networks within its territory. In: *Anais do XXII IASP World Conference on Science and Technology Parks*, Beijing, 19-21/09/2005.
- CHRISTENSEN, Clayton M. *The innovator’s dilemma*. New York: Harper Business, 2000.

- COOKE, Philip. Regional Innovation Systems: General Findings and Some New Evidence from Biotechnology Clusters. *Journal of Technology Transfer*, 27, 133–145, 2002.
- CASTRO, A.M.G.; LIMA, S.M.V. ; HOEFLICH, V. Cadeias Produtivas. UFSC/EMBRAPA/SENAR. Florianópolis, 1999.
- DAVIS, William T. Academic Interface with Industry. *Les Nouvelles*. Março, pp 5 – 7, 1993.
- DAGNINO, R.; THOMAS, H.; DAVYT, A. El pensamiento em ciencia, tecnologia y soceidad em latinoamérica: uma interpretación política de su trayectoria. In: DAGNINO, R.; THOMAS, H. *Ciência, Tecnologia e Sociedade: uma reflexão latino-americana*. Taubaté, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária. 2003.
- DOBB, M. A Evolução do Capitalismo, col. Os Economistas, Abril Cultural, São Paulo. 1983.
- ETZKOWITZ, H. The Second Academic Revolution: The role of the Research University in Economic development. In: *The Research System in Transition*. S.E.Cozzens et al. (eds.). Kluwer Academic Publishers, Netherlands, pp 109 – 124, 1990.
- ETZKOWITZ, H. Academic-Industry Relations: A Sociological Paradigm for Economic Development. In: *Evolutionary Economics and Chaos Theory*. Pinter Publishers, London, pp 139 – 151, 1994.
- ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L.. The Triple Helix-University, Industry, Government Relations: A Laboratory for Knowledge Based Economic Development. In: *The Triple Helix of University-Industry-Government Relations: The Future Location of Research Conference*, Amsterdam, 1996.
- FREEMAN, C. La teoria economica de la innovación industrial. Penguin Alianza. 1975.
- CASSIOLATO, J. E. A Relação Universidade e Instituições de Pesquisa com o Setor Industrial: Uma Abordagem a partir do Processo Inovativo e Lições da Experiência Internacional, 2005.
- FREEMAN, C. The National System of Innovation in historical perspective. *Cambridge Journal of Economics*, 19, p. 5-24, 1995.
- GATTI, Gabrieli. Science and Technology Parks as regional innovation systems. In: *Anais do XXI IASP World Conference on Science and Technology Parks*, Bérghamo, 20-23/9/2004.
- GRAF, Holger; MARGULL, Randolf. A model of an innovation system with a position regulation of science and technology parks within innovation networks. In: *Anais do XXII IASP World Conference on Science and Technology Parks*, Beijing, 19-21/09/2005.
- HOLBROOK, J. Adam. Research funding: key to clusters. In: *Anais do XXI IASP World Conference on Science and Technology Parks*, Bérghamo, 20-23/9/2004.
- HUSSLA, Ingo; HUSSLA, Andrea. Cluster management and cluster networking with respect to European digital industries. In: *Anais do XXII IASP World Conference on Science and Technology Parks*, Beijing, 19-21/09/2005.
- HERRERA, A. Novo Enfoque do Desenvolvimento e o papel da Ciência e da Tecnologia. In: DAGNINO, R.; THOMAS, H. *Ciência, Tecnologia e Sociedade: uma reflexão latino-americana*. Taubaté, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária. 2003.
- LEITE, L.; A. de S.; PESSOA, P.F.A. de P. Estudos da Cadeia Produtiva como subsídio para a pesquisa e desenvolvimento do agronegócio. CNPAT/EMBRAPA. Fortaleza, 1996.
- LITTLE, P. E. In *Agropolos – uma proposta metodológica*, p-97-98, 1999. 10.
- MAINON, D. 1996. *Passaporte Verde: Gestão Ambiental e Competitividade*. Rio de Janeiro. Ed. Qualitymark, 1996.
- MOWERY, D. E ROSENBERG, N. *Technology and the pursuit of economic growth*, Cambridge University Press, Cambridge. 1989.
- MCT Ciência, Tecnologia e Inovação: desafio para a sociedade brasileira (Livro Verde), Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasília, 2001; Web: <http://www.mct.gov.br>.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Ação Regional do MCT / CNPq / FINEp: Diretrizes para 2001/2002. Brasília. 2001. 12.

ROCHA, I. “Ciência, Tecnologia e Inovação: Conceitos Básicos – Curso de Especialização em Agente de Inovação Tecnológica - ABIPTI-SEBRAE-CNPq, p. 131, 1996” 1

ROCHA, I. “Plataforma: conceito e operação” in Ementa para Apresentação do Processo de Plataforma MCT/2001, p. 3-4, 2000.

SCHUMPETER, Joseph A. Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA, Fábio Q. B. Sistemas Locais de Inovação: Algumas reflexões para a construção de uma base conceitual. I Simpósio em Gestão Estratégica de Negócios. Rio de Janeiro, 2003.

STOKES, Donald E. Pasteur’s quadrant. Washington, D.C.: Brookings, Institution Press, 1997.

TÖDTLING, Franz; KAUFMANN, Alexander. SMEs in Regional Innovation Systems and The Role of Innovation Support. Journal of Technology Transfer, 27, 15–26, 2002.

WALTER, Gunter H. Mechanisms for Enhancing Co-operation between Academia and Industry: Activated Technology Transfer as an Example. In: ANGUELOV, S. ; P.Lasserre. European S and T Policy and the EU Enlargement. Venice: UNESCO Venice Office, 2000, pp. 43-58.

UFAL - Inovação e Propriedade Intelectual

Ementa

Inovação Tecnológica: conceitos e importância no desenvolvimento econômico. Propriedade Intelectual PI: conceitos, patentes, marcas, desenho industrial, software, indicações geográficas, cultivares. Patentes: legislação, histórico, estrutura, tramitação no INPI, depósitos em outros países – PCT, período de graça, extinção do privilégio. O papel dos NIT nas ICTs. Informação Tecnológica.

Bibliografia:

- CARLA EUGENIA CALDAS BARROS. Manual de Direito da Propriedade Intelectual. Evocati. 2007.
- FÓRUM NACIONAL DE GESTORES DE INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA. Manual básico de acordos de parceria de P,DeI : aspectos Jurídicos. Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia ; org. Luiz Otávio Pimentel. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010. 158 p.
- WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. World intellectual Property indicators. Disponível em:
http://www.wipo.int/export/sites/www/ipstats/en/statistics/patents/pdf/941_2010.pdf
- Leis vigentes sobre PI.
- Site do inpi: www.inpi.gov.br
- Site do WIPO: www.wipo.int

UFBA - Ciência e Inovação

Ementa

Capacitar os alunos nas formas de transferência do conhecimento para a sociedade através da propriedade intelectual, seus tipos, e respectivas especificidades, adequações e inadequações. Capacitar os alunos na elaboração de patentes e dar noções de elaboração de artigos científicos e de emissão de pareceres de artigos científicos.

Ao final do curso o aluno deverá ter compreensão da transferência de conhecimento para a sociedade através da ciência, da propriedade industrial e da inovação, tendo uma visão crítica de quando utilizar cada um deles. Deverá ter noções de como elaborar artigos científicos no formato de revistas indexadas com corpo de referees bem como de dar pareceres em artigos. Deverá ser capaz de elaborar documentos de patentes.

Bibliografia

Leis vigentes no Brasil no semestre em que a disciplina for ministrada.

ABES - Associação Brasileira das Empresas de Software (www.abes.org.br)

ABPI - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (www.abpi.org.br)

ABPI - Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial (www.abapi.org.br)

CGEE (www.cgee.org.br, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos)

INPI (www.inpi.gov.br, Instituto Nacional de Propriedade Industrial)

MAYERHOFF, Z. D. V. L.; Uma Análise sobre os Estudos de Prospecção Tecnológica. Cadernos de Prospecção. , v.1, n.1, 2008, p.3 – 3. Disponível em [www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/Cadernos01\[02\].pdf](http://www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/Cadernos01[02].pdf), acesso em 31 mar. 2012.

MCTI (www.mct.gov.br, Ministério da Ciência e Tecnologia)

NIT/UFBA - Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade Federal da Bahia (www.portaldainovacao.org/organizacao/detalhe/1)

OMPI - Organização Mundial de Propriedade Intelectual (www.wipo.int)

PCT - Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), Patent Cooperation Treaty. Disponível em www.inpi.gov.br/index.php/patente/pct, acesso em 31 mar. 2012.

PIMENTEL, L. O., Propriedade Intelectual e a Universidade: Aspectos Legais, 1ª ed, Florianópolis: Fundação Boiteaux – Konrad Adenauer Stiftung, 2005, v.1, 182p.

QUINTELLA, C. M., Editorial. Cadernos de Prospecção. , v.1, n.1, 2008, p.3 – 3. Disponível em [www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/Cadernos01\[02\].pdf](http://www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/Cadernos01[02].pdf), acesso em 31 mar. 2012.

QUINTELLA, C. M.; TEIXEIRA, L. S. G.; KORN, M. G. A.; COSTA NETO, P. R.; TORRES, E. A.; CASTRO, M. P.; JESUS, C. A. C.; Cadeia do Biodiesel da Bancada à Indústria: Uma Visão Geral com Prospecção de Tarefas e Oportunidades para P,DeI. Quím. Nova, 2009, v. 32, p. 793-808.

QUINTELLA, C.M.; e col. Cartilha da PI - Propriedade Intelectual: O quê? Quem? Por quê? Para quê?, Salvador, BA: EDUFBA - Editora da UFBA, 2006.

RUSSO, S. L. (Org.) ; SILVA, G. F. (Org.) ; SERAFINI, Mairim Russo (Org.) ; PAIXÃO, A. E. (Org.) ; NUNES, M. A. S. N. (Org.) . Capacitação em Inovação Tecnológica para Empresários. 1. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2011a. v. 1. 343 p.

SNPC - Serviço Nacional de Proteção de Cultivares do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (www.agricultura.gov.br)

TRIPS - Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (ADPIC - TRIPS). Disponível em www.inpi.gov.br/images/stories/27-trips-portugues1.pdf, acesso em 31 mar. 2012.

WIPO Successful Technology Licensing (STL) - Training of Trainers, organizado por The World Intellectual Property Organization (WIPO) e Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) do Brasil, Rio de Janeiro, INPI, 2006.

UFBA - Propriedade Intelectual seu licenciamento e transferência de tecnologia

Ementa

Capacitar os alunos na forma adequada e legal na utilização dos seus resultados de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, sua apropriação através de patentes e outras formas de propriedade industrial, negociação e transferência de tecnologia, visando empreendedorismo. Para isso serão mostradas as formas de uso da propriedade industrial pela sociedade a nível internacional, nacional e institucional, focando na formação de empresas de base tecnológica. Será mostrado como é possível usar o ferramental de propriedade intelectual e de prospecção tecnológica para definir formas de transferência de tecnologia para a sociedade. Serão abordados com casos concretos de como os aspectos da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico se refletem em termos contratuais. Serão mostradas técnicas de negociação e sua concretização em transferência de tecnologia através de elaboração de contratos.

Ao final do curso o aluno deverá ser capaz de participar da avaliação dos seus resultados de pesquisa, sob a forma de propriedade intelectual, compreendendo termos contratuais de base tecnológica, visando seu uso pela sociedade de forma legal e justa, deste modo aumentando a qualidade e o uso de sua pesquisa pela da sociedade.

Deverá ter compreensão dos termos técnicos e das várias opções que podem ser exploradas ao longo de sua pesquisa. Deverá poder avaliar de forma crítica a pertinência de empreender na direção de produtos e processos de base tecnológica e de como se dá a transferência de tecnologia, com base em seus conhecimentos científicos e de desenvolvimento tecnológico.

Terá as bases relacionadas ao empreendedorismo de base tecnológica.

Bibliografia

MAYERHOFF, Z. D. V. L.; Uma Análise sobre os Estudos de Prospecção Tecnológica. Cadernos de Prospecção. , v.1, n.1, 2008, p.3 – 3. Disponível em [www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/Cadernos01\[02\].pdf](http://www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/Cadernos01[02].pdf), acesso em 31 mar. 2012.

MCTI (www.mct.gov.br, Ministério da Ciência e Tecnologia)

NIT/UFBA - Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade Federal da Bahia (www.portaldainovacao.org/organizacao/detalhe/1)

OMPI - Organização Mundial de Propriedade Intelectual (www.wipo.int)

PCT - Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), Patent Cooperation Treaty. Disponível em www.inpi.gov.br/index.php/patente/pct, acesso em 31 mar. 2012.

PIMENTEL, L. O., Propriedade Intelectual e a Universidade: Aspectos Legais, 1ª ed, Florianópolis: Fundação Boiteaux – Konrad Adenauer Stiftung, 2005, v.1, 182p.

QUINTELLA, C. M., Editorial. Cadernos de Prospecção. , v.1, n.1, 2008, p.3 – 3. Disponível em [www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/Cadernos01\[02\].pdf](http://www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/Cadernos01[02].pdf), acesso em 31 mar. 2012.

QUINTELLA, C. M.; TEIXEIRA, L. S. G.; KORN, M. G. A.; COSTA NETO, P. R.; TORRES, E. A.; CASTRO, M. P.; JESUS, C. A. C.; Cadeia do Biodiesel da Bancada à Indústria: Uma Visão Geral com Prospecção de Tarefas e Oportunidades para P,DeI. Quím. Nova, 2009, v. 32, p. 793-808.

QUINTELLA, C.M.; e col. Cartilha da PI - Propriedade Intelectual: O quê? Quem? Por quê? Para quê?, Salvador, BA: EDUFBA - Editora da UFBA, 2006.

RUSSO, S. L. (Org.) ; SILVA, G. F. (Org.) ; SERAFINI, Mairim Russo (Org.) ; PAIXÃO, A. E. (Org.) ; NUNES, M. A. S. N. (Org.) . Capacitação em Inovação Tecnológica para Empresários. 1. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2011a. v. 1. 343 p.

SNPC - Serviço Nacional de Proteção de Cultivares do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (www.agricultura.gov.br)

TRIPS - Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (ADPIC - TRIPS). Disponível em www.inpi.gov.br/images/stories/27-trips-portugues1.pdf, acesso em 31 mar. 2012.

WIPO Successful Technology Licensing (STL) - Training of Trainers, organizado por The World Intellectual Property Organization (WIPO) e Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) do Brasil, Rio de Janeiro, INPI, 2006.

UFBA - Prospecção Tecnológica

Ementa

Capacitar os alunos em prospecção tecnológica e desenvolvimento tecnológico, com apropriação através de propriedade industrial. Para isso serão dadas as bases de processo de investigação e desenvolvimento tecnológico associado à viabilidade para empresas de base tecnológica com propriedade industrial. Serão mostradas formas de transferência da tecnologia para a sociedade após a apropriação dos resultados. Serão acessadas bases de patentes e será realizado mapeamento tecnológico.

Ao final do curso o aluno terá uma visão ampla do desenvolvimento tecnológico e dos conceitos a ele associados, com espírito crítico. Deverá ser capaz de consultar bases de dados de artigos, de patentes e de marcas. Deverá compreender a prospecção tecnológica, saber acessar bancos de dados de patentes e realizar buscas, importar patentes, sistematizar o conhecimento nelas existente, compreender conceitos de maturidade tecnológica, gargalos e nichos tecnológicos, e identificação de oportunidades. Deverá conseguir fazer prospecção tecnológica do tipo mapeamento. Saberá como, através da prospecção tecnológica, poderá aumentar a qualidade da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico, e identificar o melhor modo de transferir para a sociedade o conhecimento desenvolvido.

Bibliografia

Leis vigentes no Brasil no semestre em que a disciplina for ministrada.

ABES - Associação Brasileira das Empresas de Software (www.abes.org.br)

ABPI - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (www.abpi.org.br)

ABPI - Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial (www.abapi.org.br)

CGEE (www.cgee.org.br, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos)

INPI (www.inpi.gov.br, Instituto Nacional de Propriedade Industrial)

MAYERHOFF, Z. D. V. L.; Uma Análise sobre os Estudos de Prospecção Tecnológica. Cadernos de Prospecção. , v.1, n.1, 2008, p.3 – 3. Disponível em [www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/Cadernos01\[02\].pdf](http://www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/Cadernos01[02].pdf), acesso em 31 mar. 2012.

MCTI (www.mct.gov.br, Ministério da Ciência e Tecnologia)

NIT/UFBA - Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade Federal da Bahia (www.portaldainovacao.org/organizacao/detalhe/1)

OMPI - Organização Mundial de Propriedade Intelectual (www.wipo.int)

PCT - Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), Patent Cooperation Treaty. Disponível em www.inpi.gov.br/index.php/patente/pct, acesso em 31 mar. 2012.

PIMENTEL, L. O., Propriedade Intelectual e a Universidade: Aspectos Legais, 1ª ed, Florianópolis: Fundação Boiteaux – Konrad Adenauer Stiftung, 2005, v.1, 182p.

QUINTELLA, C. M., Editorial. Cadernos de Prospecção. , v.1, n.1, 2008, p.3 – 3. Disponível em [www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/Cadernos01\[02\].pdf](http://www.portaldainovacao.org/uploads/fckeditor/Cadernos01[02].pdf), acesso em 31 mar. 2012.

QUINTELLA, C. M.; TEIXEIRA, L. S. G.; KORN, M. G. A.; COSTA NETO, P. R.; TORRES, E. A.; CASTRO, M. P.; JESUS, C. A. C.; Cadeia do Biodiesel da Bancada à Indústria: Uma Visão Geral com Prospecção de Tarefas e Oportunidades para P,DeI. Quím. Nova, 2009, v. 32, p. 793-808.

QUINTELLA, C.M.; e col. Cartilha da PI - Propriedade Intelectual: O quê? Quem? Por quê? Para quê?, Salvador, BA: EDUFBA - Editora da UFBA, 2006.

RUSSO, S. L. (Org.) ; SILVA, G. F. (Org.) ; SERAFINI, Mairim Russo (Org.) ; PAIXÃO, A. E. (Org.) ; NUNES, M. A. S. N. (Org.) . Capacitação em Inovação Tecnológica para Empresários. 1. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2011a. v. 1. 343 p.

SNPC - Serviço Nacional de Proteção de Cultivares do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (www.agricultura.gov.br)

TRIPS - Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (ADPIC - TRIPS). Disponível em www.inpi.gov.br/images/stories/27-trips-portugues1.pdf, acesso em 31 mar. 2012.

UFBA - Cultura Científica

Ementa

A historicidade da Cultura Científica. Dispositivos institucionais da Cultura Científica. Alfabetização, Educação e Vulgarização no campo da Cultura Científica. Formas de Comunicação no âmbito da comunidade científica e suas relações com a sociedade. Comunicação Pública da Ciência: Difusão e Divulgação Científica e Tecnológica. Representação sociocultural da ciência e dos cientistas. Políticas de Ciência e Tecnologia e Inovação. Mídia, C,TeI e Sociedade. Representações sociais de C,TeI nas práticas midiáticas.

Referencias

- Bourdieu , P. *Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BURKE, P. *Uma história Social do Conhecimento. De gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 2003.
- CHASSOT, A. *Alfabetização Científica: questões e desafios para a educação*. 2.ed. Ijuí: Unijuí, 2000. 432p
- _____. *A ciência através dos tempos*. São Paulo: Moderna, 1994.
- FAYARD, P. *La communication scientifique publique*. Lyon: Chr.So., 1988.
- FERNANDES, A.M. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.292p.
- GRANGER, G-G. *A Ciência e as Ciências*. Tradução, Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 1994.122p.
- GUARESCHI, P.A.(org). *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- GUARESCHI, P.A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs). *Textos em representações sociais*. 6ª ed.Petrópolis, RJ:Vozes, 2000.
- GUIMARÃES, E.(org). *Produção e Circulação do Conhecimento – Estado, Mídia e Sociedade*.vol.1.Campinas,SP: Pontes Editores, 2001. 269p.
- _____. *Produção e Circulação do Conhecimento – Política, Ciência, Divulgação*. Vol. 2. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003. 220p
- KUNSCH, M.M.K., FISCHMANN, R.(orgs.). *Mídia e Tolerância: a ciência construindo caminhos de liberdade*. São Paulo Edusp, 2002. 184p.
- KUHN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. SP: Perspectiva, 1987
- LATOUR, B.; WOOLGAR S. *A Vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos*. Tradução, Ângela Ramalho Vianna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.310p.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994
- MATTOZO,V. *Energia, ambiente e mídia: qual é a questão*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005. p55-103
- MARTÍNEZ, E.; FLORES, J.(org.). *La popularización de la ciencia y la tecnología: reflexiones básicas*. México: Fondo de Cultura, 1997.
- ORDOÑEZ, J.E. *La ciencia y su público: Perspectivas Históricas*. Madrid,Espanha: CSIC, 1990. 443p.
- PROJECT 2061. *Science Literacy for a changing future*. Washington DC: American Association for The Advancement of Science, 1995. 320p.
- POINCARÉ, H. *O valor da Ciência*.Tradução, Maria Helena F. Martins. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995. 173p.
- SOUZA, C.M.; MARQUES, N.; SILVEIRA, T.(org.). *A comunicação pública da Ciência: Ciência, Tecnologia e Sociedade*. Taubaté, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003. 195p.
- SNOW, C.P. *As duas culturas e uma segunda leitura – uma versão ampliada das duas culturas e a revolução científica*. Tradução, Geraldo Gerson de Souza e Renato Rezende. São Paulo: Edusp, 2002. 136p.

VOGT, C. (org). *Cultura Científica - Desafios*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2006. 232p

VOGT, C.; POLINO, C.(orgs). *Percepção Pública da Ciência*. Campinas,SP: Editora da Unicamp;São Paulo,SP:Fapesp, 2003.187p

ZAMBONI, L.M.S. *Cientistas, Jornalistas e a Divulgação Científica – subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica*. São Paulo: FAPESP/Editora Autores Associados, 2001. 270p.

UFPI, UFBA, UFAL - Bionegócios e Marcos Legais em Biotecnologia (RENORBIO)

Ementa

Propriedade intelectual: conceitos, tipos, cenário atual e perspectivas futuras. Empresas em biotecnologia e utilização de recursos relacionados a tecnologia da informação envolvendo produtos biotecnológicos.

Biossegurança em pesquisa biotecnológica. Biossegurança pessoal e do ambiente. Procedimentos e tipos de materiais manuseados e níveis de biossegurança em laboratórios em empresas.

Noções básicas sobre a elaboração de documentos de patentes.

Bibliografia

1.Costa, M.A. .F. Biossegurança e Qualidade: uma necessidade de integração. *Revista Biotecnologia*, ano I, número 4, jan/fev., p.32-32, 1998.

2.Majumder M. A. Respecting difference and moving beyond regulation: tasks for U.S. bioethics commissions in the twenty-first century. *Kennedy Inst Ethics J*. 2005 Sep;15(3):289-303.

3.Lauritzen P., Stem cells, biotechnology, and human rights: implications for a posthuman future. *Hastings Cent Rep*. 2005 Mar-Apr;35(2):25-33.

4.Nelson, D.L.; Cox, M.M., *Principles of Biochemistry*. Fourth edition. W.H. Freeman and Company, 2005.

5. Emerick, M. C., Silvio V.,F. Da Costa, M. A., *Gestão em Botecnológica: alguns tópicos*, Editora Interciência / RJ – 1999.

<http://www.cro-rj.org.br/biosseguranca/Manual%20Biosseguranca%20praticas%20corretas.pdf>

6. Federman, S. R., *Patentes: Desenvolvendo seus Mistérios*, Rio de Janeiro, Qualitymark, 2006.

7. Fernandes, M. S., *Bioética, Medicina e Direito de Propriedade Intelectual*, Editora: Saraiva , 2012.

UFPI - Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

Ementa

Estudar a transferência de conhecimento científico para a sociedade através de propriedade intelectual e de serviços: artigos, patentes, marcas, e outros, os resultados de pesquisa e desenvolvimentos com apropriação dos resultados. Normas básicas de redação de patentes

Bibliografia:

1. Pimentel, L. O. Propriedade Intelectual e Universidade: Aspectos Gerais, Florianópolis, Fundação Boiteux, 2005.
2. Guimarães, A.S; Johnson, G. F., Sistemas de Informações: Administração em tempo real, Rio de Janeiro, Qualitymark, 2007.
4. Silva, A. C. T.; Inovação: Como Criar Idéias que geram Resultados, Rio de Janeiro, Qualitymark, 2003.
5. Silva, C. L.; Licenciamento, Marca e Significado, Marketing de reconhecimento, Rio de Janeiro, Qualitymark, 2004.
6. Federman, S. R., Patentes: Desenvolvendo seus Mistérios, Rio de Janeiro, Qualitymark, 2006.
7. Fernandes, M. S.; Bioética, Medicina e Direito de Propriedade Intelectual, Editora: Saraiva , 2012.
8. Domingues, I. (org.) Conhecimento e Transdisciplinaridade II Aspectos Metodológicos; Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.

Para consulta

www.inpi.gov.br , Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)

<http://www.cgее.org.br> , Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)

www.institutoinovacao.com.br; Instituto Inovação (MG);

www.mct.gov.br , Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

www.abpi.org.br , Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (IBPI)

www.wipo.int , Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI)

8. www.ufpi.br/nintec - Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia

IFBA- Gestão do Conhecimento e Aprendizagem Colaborativa**Ementa:**

A gestão do conhecimento como atividade humana: os processos de geração e difusão do conhecimento em diferentes espaços sociais. Conceitos de capital humano e de capital intelectual. Ativos tangíveis e intangíveis. Gestão do Capital intelectual. Compartilhamento do conhecimento tácito e transformação em conhecimento explícito.

Referências:

A Quinta Disciplina, Peter Senge, Rio de Janeiro: BestSeller, 2009.

ANDRADE, M. T. T.; FERREIRA, C. V.; PEREIRA, H.B.B.. Uma ontologia para a Gestão do Conhecimento no Processo de Desenvolvimento de Produto. Gestão e Produção, v. 17, p. 537-551, 2010.

Aprendendo Significativamente,- Elcie F. Salzano Masini ; Maria de los Dolores J.Peña, São Paulo: Vetor, 2010.

Aprendizagem e Inovação Organizacional, Afonso Fleury, Maria Tereza Leme Fleury, São Paulo: Atlas, 2010.

Aprendizagem Organizacional e Competências, Roberto Ruas, Claudia Simone Antonello e Luiz Henrique Boff, São Paulo: Artmed, 2005.

- Aprendizagem Organizacional em Tempos de Mudanças, Antonio Vieira de Carvalho, São Paulo: Pioneira, 1999.
- Aprendizagem Organizacional no Brasil, Claudia Simone Antonello, Arilda Schmidt Godoy, Porto Alegre: Bookman, 2011.
- BUZAN, Tony e BUZAN, Barry. The Mind Map Book: How to Use Radiant Thinking to Maximize your Brain's Untapped Potencial. New York: Plume, 1996.
- Capital Intelectual, Maria Thereza Pompa Antunes, São Paulo: Atlas: 2008.
- Capital Intelectual, Thomas A. Stewart, Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.
- Capital Social, Redes e Desenvolvimento: um estado da arte da teoria. Ana Maria Ferreira Menezes e Manoel Justiniano Melo da Fonseca. In: Francisca Santos Aragão e Osmar G. Sepúlveda. Reflexões de Economias Baianas 2009. Salvador: CORECON-Ba, 2010.
- Chicago (USA): The University of Chicago Press, 1993.
- Cognição e Aprendizagem Humana, Richard E. Mayer, São Paulo: Cultrix, 1977.
- Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. Robert D. Putnam. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- DUNN, G. e EVERITT, B. S. An Introduction to Mathematical Taxonomy. Mineola: Cambridge University Press, 2004.
- Empresas 2.0, Andrew McAfee, Rio de Janeiro: Campus, 2010.
- Entrevista com Zigmunt Bauman. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=POZcBN0-D4Aefeature=youtu.be>>. Acesso em 8 de agosto de 2011.
- Gestão do Conhecimento na Administração Pública. Fábio Ferreira Batista et al. Brasília: IPEA, junho de 2005. Texto para Discussão nº 1095. Disponível em <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 13 de agosto de 2008.
- Gestão do conhecimento no Brasil: casos, experiências e práticas de empresas públicas. Maria Teresinha Angeloni,; Andea Valéria Steil et al. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.
- Gestão do Conhecimento, Hirotaka Takeuchi, Ikujiro Nonaka, Porto Alegre: Bookman, 2008.
- Gestão do Conhecimento, Hirotaka Takeuchi, Ikujiro Nonaka, Porto Alegre: Bookman, 2008
- Gestão do Conhecimento. SERPRO. Disponível em <http://www1.serpro.gov.br/publicacoes/gco_site/m_sumario.htm>. Acesso em 15 de agosto de 2011.
- Gestão Estratégica do Conhecimento, Maria Teresa Leme Fleury ; Moacir de Miranda Oliveira Jr, São Paulo: Atlas, 2010
- Governo que Aprende: gestão do conhecimento em organizações do executivo federal. Fábio Ferreira Batista. Brasília: IPEA, junho de 2004. Texto para Discussão nº 1022. Disponível em <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 13 de agosto de 2008.
- Human Capital: theoretical and empirical analysis, with special Reference to Education. Gary S. Backer, 3ª Edição.
- Introdução à gestão empresarial. Paulo Eduardo Moraes. Curitiba: IBPEX, SD.
- MIKA, P. Social Networks and the Semantic Web. New York: Springer, 2007.
- NEWMAN, M. E. J. Networks: An Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa. Theodore W. Schultz. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

ONTORIA-PEÑA, Antonio et al. Mapas Conceituais: Uma Técnica para Aprender. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

PARK, Jack (ed.). XML Topic Maps: Creating and Using Topic Maps for the Web. Boston: Addison Wesley, 2003.

Personal Knowledge: Towards a Post-Critical Philosophy. Michael Polanyi. Chicago: University of Chicago Press. 1958.

SHADBOLT, N. and MILTON, N. (1999). From knowledge engineering to knowledge management. British Journal of Management, 10 (4), p. 309-322.

STUDER, R., BENJAMINS, V. R. and FENSEL, D. (1998). Knowledge Engineering: Principles and Methods. Data and Knowledge Engineering, 25, p. 161-197.

IFBA- Construção e Difusão do Conhecimento para Inovação Tecnológica

Ementa:

Conceitos e indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação. A economia da inovação tecnológica. Modelos de inovação tecnológica. Sistemas de inovação. Trajetórias tecnológicas, ciclos longos e paradigmas. Estratégias de inovação em empresas. Cooperação entre produtores e usuários do conhecimento. A criação do conhecimento no setor produtivo. Promoção da inovação tecnológica nas empresas.

Referências:

Brasil. Lei de Propriedade industrial, Lei nº. 9276, 1996

Chris Frreman e Luc Soete. The Economics of Industrial Innovation. The MIT Press, 2000

Clayton Christensen, Curtis W. Johnson, and Michael B. Horn. Disrupting Class: How Disruptive Innovation Will Change the Way the World Learns. 2008

Dálcio Roberto dos Reis. Gestão Da Inovação Tecnológica. Manole,2007

Donald E. Stokes. O quadrante de Pasteur: a ciência básica e a inovação tecnológica. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

Elias Ramos-de-Souza, material cedido pelo autor.

Everett M. Rogers. Diffusion of Innovations. New York: The Free Press, 1995

Giovanni Dosi. Innovation, Organization and Economic Dynamics: Selected Essays. EE, 2001

Hirota Takeuchi; Ikujiro Nonaka. Gestão do Conhecimento. Porto Alegre: Bookman, 2008.

I. Nonaka e H. Takeushi. Criação do conhecimento na empresa. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

IBGE, PINTEC, 2012. <http://www.pintec.ibge.gov.br/>

INPI, 2012. www.inpi.gov.br

J. Shumpeter. Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

João Roberto Loureiro de Mattos; Leonam dos Santos Guimarães. Gestão da Tecnologia e Inovação: uma abordagem prática. São Paulo: Saraiva, 2005.

JOE TIDD, JOHN BESSANT E KEITH PAVITT. GESTÃO DA INOVAÇÃO. Bookman, 2008;

José Carlos Barbieri; Antonio Carlos Teixeira Álvares; Jorge Emanuel Reis Cajazeira. Gestão de ideias para inovação contínua. Porto Alegre: Bookman, 2009.

Linsu Kim e Richard R. Nelson (org.). Tecnologia, aprendizado e Inovação. Campinas: Editora da Unicamp, 2005

Linsu Kim. Da Imitação à Inovação: a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coreia. Campinas: Editora da Unicamp, 2005

Luiz Fernando Leite. Inovação: o combustível do futuro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

Martius Vicente Rodriguez y Rodriguez (org.). O Valor da Inovação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Paulo Bastos Tigre. Gestão da inovação: a economia da tecnologia do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

ROSENBERG, NATHAN ; MOWERY, DAVID C. TRAJETORIAS DA INOVAÇÃO. Unicamp, 2005

Thomas Kuhn. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2003

Informações Complementares

Observações

TODOS os membros do corpo docente têm experiência anterior em gerar resultados de sua pesquisa e conviver com a apropriação através de Propriedade Intelectual (PI) e com a transferência da tecnologia (TT) para a sociedade, especialmente através de seu envolvimento nos Núcleos de Inovação Tecnológica preconizados pela Lei de Inovação, e através dos Sistemas Estaduais, Locais e Institucionais de Inovação.

O corpo docente se encontra distribuídos em diversas áreas do conhecimento, configurando claramente a sua interdisciplinaridade. Neste sentido, gostaríamos de destacar as competências dos docentes que possuem uma grande variedade de formação e experiência, ressaltada pela alta produção técnica, independente do tempo de titulação, garantindo assim uma das principais características que se espera deste doutorado, uma real interdisciplinaridade no ensino e na pesquisa com foco em propriedade intelectual e inovação. Isto é essencial, pois a interdisciplinaridade da PI e TT, dada a sua alta complexidade, transcende claramente a multidisciplinaridade dado que, além de agregar diversas áreas do conhecimento, requer o desenvolvimento e testes de novas metodologias e intersubjetividades, dada a natureza múltipla de facetas e procedimentos e concretizações existentes e seu grau crescente de intersubjetividade.

No entanto, para que este profissional possa ser competente, é essencial que tenha uma formação básica sólida, com muito boa ciência, e altamente integradora. O corpo docente tem perfil de desenvolvedor de tecnologia e de convivência com PI e TT focando os aspectos da PI relativos a produtos, processos, métodos, protótipos, aparatos, formulações, potenciais novos usos, entre outros passíveis de apropriação por PI e focando os aspectos da TT de programas, políticas e demandas do conhecimento pela sociedade, extensão universitária, direito e as demandas sociais, inserção e redução de desperdícios e de subprodutos, controle de qualidade, condições de trabalho em ambientes de inovação, vulnerabilidade e risco, impactos da tecnologia, identificação de padrões, inserção de paradigma, especificidades dos setores empresariais, entre outros.

Assim, a convergência de diferentes subáreas do conhecimento, não pertencentes à mesma área, é essencial para que a PI e TT possam contribuir para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, partilhando métodos existentes e criando novos métodos, gerando novos conhecimentos e formando profissionais com perfil distinto dos existentes, para poder atuar em PI e TT nos ambientes de inovação tecnológica. Neste PG ora proposto, a PI e a TT estão intimamente relacionadas, pois uma boa apropriação já tem que ter em vista sua transferência para a sociedade, e a transferência para a sociedade depende da qualidade da apropriação da PI.

Diversos orientadores já são formados em nível de doutoramento, em temas interdisciplinares que transcendem a multidisciplinaridade, como é o caso da Coordenadora desta APCN que tem seu DPhil em Ciências Moleculares obtido em 1993 na University of Sussex, UK, que é uma universidade criada nos anos 60 que só tem cursos de graduação e de pós-graduação em temas interdisciplinares.

Os docentes têm realizado cursos de PI e TT, após a assinatura do TRIPS e da promulgação da Lei da Inovação, ministrados pelo INPI e pela Organização Mundial de Propriedade Industrial, que têm ainda mais induzido e fortalecido sua atuação interdisciplinar.

Esta equipe tem atuado conjuntamente através da Rede NIT-NE e através dos projetos institucionais dos sistemas de inovação. Recentemente decidiu formalizar sua atuação conjunta dado o sucesso e a sinergia experimentada ao longo dos 8 anos de trabalhos conjuntos, a APPITTE.

O corpo permanente tem experiência anterior em orientação de mestrado. Os membros colaboradores / participantes têm os seguintes perfis:

- 5 (cinco) funcionários de empresas de grande porte com experiência em pesquisa e desenvolvimento e coordenação de projetos empresariais;
- experiência anterior como co-orientadores de mestrado;
- 7 (sete) recém-doutores com índice de produção bom.

A competência e experiência em orientação de pesquisa pelo corpo docente são expressivas, especialmente considerando a realidade do tecido social da região do país onde o curso atua, onde são raros os programas de doutorado pela falta de massa crítica, sendo 25 bolsistas de produtividade em pesquisa representando 60% do corpo permanente e 12% do corpo colaborador / participante.

A produção científica e tecnológica em periódicos é expressiva em revistas e em livros com Qualis alto.

Todos os membros docentes, seja do corpo permanente, seja do corpo colaborador / participante, coordenam e/ou participam de projetos vigentes financiados por agências de fomento.

Críticas e Sugestões

A dificuldade de preencher tantas janelas poderia ser facilitada pela importação da nova Plataforma Lattes, sendo inclusive a informação de maior confiabilidade por já ter sido validada. Sugerimos olhar o sistema da FINEP de avaliação de projetos on-line que já o fazia há 3 anos atrás.